

DL

Liberdade de Imprensa e Publicidade

Um jornal que se orgulha de, arrostando ao longo de mais de meio século de existência dificuldades de vária ordem, ser independente, não pode deixar de ter em conta as condições materiais que condicionam a vida e a própria liberdade da imprensa.

Os leitores devem ter a perfeita consciência de que a difusão dos jornais no nosso país é limitada. Limitada por razões de instrução e de habitação, limitada por razões de nível de vida. Para muitos portugueses o preço do jornal pesa no orçamento individual ou familiar. Muitos portugueses, embora alfabetizados, não adquiriram o hábito da leitura. Em Portugal, a percentagem de analphabetos é ainda muito elevada.

Os leitores, o público consumidor de jornais e de revistas, constituem um sector minoritário da população portuguesa. As tiragens dos nossos jornais diários são baixas e não permitem, portanto, níveis de rentabilidade satisfatórios. No caso, particular, dos jornais diários além da receita dos exemplares vendidos, o equilíbrio da gestão financeira depende do espaço vendido para utilização publicitária.

A venda de espaço para publicidade não obriga um jornal que se orgulha de ser independente a qualquer atitude de favoritismo ou de complacência em relação aos utentes do suporte publicitário que o jornal é. O anunciante é um comprador de espaço e apenas isso. E nenhum anunciante poderá pretender a exclusividade ou exceder limites aceitáveis. O jornal por seu turno é livre de criticar, de defender uma orientação, de se demarcar da intenção e do conteúdo da matéria publicitária nele inserta.

A publicidade de uma empresa não identifica o jornal com a entidade empresarial, nem o constitui garante da qualidade do produto. A publicidade de um espectáculo teatral, no «Diário de Lisboa», não pode impedir o crítico de manifestar um juízo desfavorável em relação a esse espectáculo, nem o anúncio relativo a um livro nos inibe de o criticar com severidade se tal for mister. Os anúncios de uma central sindical não representam adesão às suas propostas, nem as convocatórias publicadas de uma organização deverão ser entendidas como adesão ou preferência. Nem será obrigatório o uso do produto de higiene, da marca de camisas, a preferência pela companhia de aviação, pela hospedagem

Continua na pág. 5



Novas notas de 20\$00 a partir de 5.ª-feira

As novas notas de 20\$00, com a efígie do almirante Gago Coutinho e, no verso, um hidrovião em frente da torre de Belém, entram em circulação na próxima quinta-feira. O Banco de Portugal, que explica o facto por um outro — estar em circulação já a quase totalidade dos 30 milhões de notas «Garcia de Orta», surgidas em Janeiro passado, esclarece que esta emissão é também de 30 milhões de unidades e deverá ser a última desse valor, pois as moedas de 25\$00 acabarão por substituí-las. Está por outro lado em estudo a nota de 5.000\$00 a que fizemos referência em tempo.

Paralisação dos jornalistas teve adesão quase unânime

«Os jornalistas paralisaram de novo em defesa dos seus direitos como protesto contra o bloqueamento da sua contratação colectiva, e denunciando a ofensiva patronal, muito em particular da Associação de Imprensa Diária, contra as suas condições de trabalho» — este o primeiro parágrafo de uma moção da Comissão Negociadora Sindical, aprovada esta manhã (com ligeiras alterações no último parágrafo), pelos jornalistas dos vespertinos, no decurso de uma paralisação de duas horas (das 10 às 12), em prol do Contrato Colectivo de Trabalho, que se encontra bloqueado, como é do conhecimento público, pela atitude intransigente das entidades patronais.

«Esta paralisação — lê-se no documento — poderá afectar o direito do povo português a ser informado, mas através dela os jornalistas defendem o direito a informar e a liberdade de expressão, nos termos constitucionais.

1 — «O objectivo da luta não pode ser reduzido a uma tabela salarial. Estão ameaçados direitos contratuais há muito conquistados.

2 — «Está em causa o próprio exercício da profissão, no âmbito do qual a luta pela dignificação

profissional tem ainda de passar por conquistas fundamentais, como o Estatuto do Jornalista, a Carteira Profissional, o Código Deontológico, o sistema de preparação e valorização profissional.

3 — «Os jornalistas defendem uma política democrática e constitucional para a Informação, cuja inexistência e indefinição são da responsabilidade dos órgãos do poder.

4 — «Os trabalhadores da Comunicação Social, designadamente os jornalistas, reivindicam

o direito constitucional de participarem na reestruturação do sector, salvaguardando o direito ao trabalho e ao salário, a liberdade de contratação, o acesso à informação, a liberdade de expressão e a independência face ao poder político e económico, nomeadamente perante o Governo e a administração pública.»

«As entidades patronais, os gestores públicos e o Governo devem assumir as suas respon-

Continua na pág. 20



HOJE HÁ «EXCLUSIVO»

O nosso suplemento dedicado à vida internacional publica hoje uma entrevista com Joaquim Chissano, ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique e importantes artigos de grande actualidade sobre o Camboja, a Etiópia, o Japão, São Tomé e Príncipe e Cuba. O «Exclusivo» inclui ainda a continuação do estudo sobre «O petróleo e o dólar» (3), novos dados sobre o «caso Watergate» e uma análise das relações sino-americanas.

Indira Gandhi foi presa

(Pág. 20)

Desvalorização do escudo é fantasia — garante Jacinto Nunes

Trata-se de «pura fantasia» a notícia, posta a circular, de que o escudo poderia desvalorizar dentro em breve — segundo o vice-primeiro-ministro Jacinto Nunes, à ANOP, esta manhã. Jacinto Nunes recordou o facto de, durante a apresentação do Programa do IV Governo na Assembleia da República, foi declarado que o escudo continuará a sofrer uma desvalorização deslizante, de acordo, aliás, com o que

está programado no acordo com o Fundo Monetário Internacional, FMI. «O IV Governo ten-

ciona honrar os compromissos assumidos» — garantiu Jacinto Nunes.

UMA «HERANÇA» DO III GOVERNO Passam a pagar juros os devedores dos Serviços Públicos

Um suplemento ao «Diário da República» da passada sexta-feira insere hoje um decreto assinado pelo eng. Nobre da Costa e pelo ministro da Indústria e Tecnologia do terceiro Governo, cujas linhas gerais, ao transformar empresas e serviços públicos em entidades usurárias, são pelo menos inéditas, e mais insólitas nos parecem se pensarmos que os principais devedores das empresas e serviços públicos são outras empresas e outros serviços públicos.

O diploma, relativo ao estabelecimento de normas, quanto à cobrança de débitos de consumidores e utentes de serviços públicos, diz que poderão ficar sujeitos ao regime previsto no

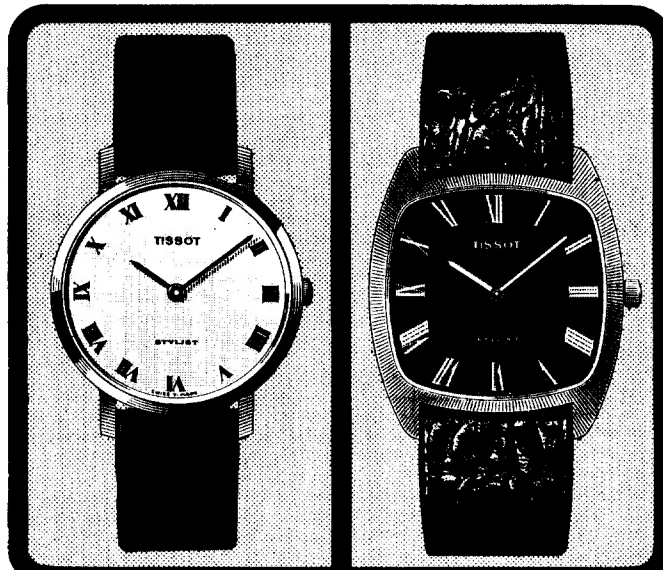
decreto os devedores «com atrasos de pagamento superiores a sessenta dias, contados a partir da data das correspondentes facturas, emitidas pelas respectivas entidades fornecedoras».

O referido regime estipula que a importância em dívida vencerá juro correspondente à taxa limite fixada às instituições de crédito nas operações activas e prazo superior a 90 dias, podendo ser suspensa a prestação de serviços se o consumidor ou utente não pagar a dívida até dez dias depois de findo o prazo de noventa dias.

Este decreto, cuja justificação,

Continua na pág. 20

TISSOT STYLIST



Por que motivo tantas pessoas usam o Tissot ?

Porque a colecção Tissot, pela sua qualidade causa admiração. São relógios feitos para durar.

Cada relógio Tissot é garantido em 153 países

TISSOT O RELÓGIO QUE CONQUISTOU O MUNDO INTEIRO

CCT DOS JORNALISTAS

CNS desmonta campanha patronal (e também governamental) contra profissionais da Informação

«Face às posições justas e à serenidade da luta dos jornalistas, a mais influente das entidades patronais da Informação, a Associação da Imprensa Diária, ameaçou com o desemprego e o encerramento de órgãos de Informação. Não se poderá permitir que as entidades patronais, o Governo ou qualquer outro poder alimtem, como já o fizeram, campanhas contra o conjunto dos jornalistas e demais trabalhadores da Informação» — afirma a Comissão Negociadora Sindical (CNS), através de um comunicado, em resposta à posição patronal tornada pública nos dias 14 e 15 do corrente mês, logo após a paralisação de uma hora da passada terça-feira, paralisação a que aderiram quase 100 por cento da classe.

Impõe-se desmontar campanhas, — continua a CNS —, esclarecer a opinião pública, alertar o conjunto dos trabalhadores, em nome de uma classe profissional que, na sua esmagadora maioria, vem lutando pela dignificação, pelo pleno exercício da sua função, pelo direito a informar e, nos termos constitucionais, por uma Informação que sirva os reais anseios e interesses do povo português.

«Dai que seja calunioso afirmar, como o fez a AID em comunicado, que «os jornalistas não aceitam trabalhar mais». Na revisão de 1976 do seu CCT, os jornalistas aumentaram voluntariamente o seu horário de trabalho, que era vulgarmente de 30 horas, para 35 por semana, conquistando simultaneamente o direito a dois dias de folga semanais, que nunca haviam tido.

«As organizações internacionais de jornalistas, nos seus estudos sobre as condições de trabalho, apontam exactamente para um período de descanso de dois dias por semana e para a redução do horário, considerando excessivas as 40 horas.

«Portanto, ao defenderem as suas actuais e duramente conquistadas condições contratuais, os jornalistas portugueses não pretendem privilégios: apenas a manutenção de condições de trabalho internacionalmente reconhecidas como as adequadas à sua profissão, desgastante e criadora, incompatível com relógios de ponto.

«Além disso, no interesse da Informação, deve procurar-se a qualidade e não a quantidade, que a AID parece pretender com a sua proposta de 8 horas de trabalho diário.

PROFISSÃO FEITA A «PULSO»

«O jornalismo, em Portugal, continua a ser uma profissão feita a «pulso». Na ausência de esquemas de preparação e valorização profissional, e face à complexidade crescente das técnicas da comunicação social e às necessidades de especialização, o jornalista necessita de tempo livre e de condições materiais mínimas para a sua actualização e autorealização.

«Aliás, a argumentação patronal de que «os jornalistas não querem trabalhar mais» cai por terra, e as administrações sabem isso, com a verificação de que, em muitas empresas jornalísticas, as folhas de horas extraordinárias são longas. Quer isto dizer que os jornalistas, geralmente contra sua vontade e com o sacrifício do seu tempo livre, prolongam horários e, sendo isto prática corrente, só pode significar a deficiente estruturação das redacções e a insuficiência dos quadros. Porém, há jornalistas desempregados e inactivos.

«Quanto à tabela salarial e ao «adiamento» de 7,5 por cento proposto pelo patronato, basta dizer que, no princípio de 1974, um redactor ganhava 11 000\$00; em Janeiro de 1976, passou a 13 200\$00; hoje, 24 meses depois, continua a ser essa a tabela mínima do CCT. Se nada disto tem a ver com o custo de vida, o «adiamento» de 7,5 por cento (menos de 1000\$00), sem retroactividade, ainda menos tem. Entretanto, estavam as entidades

patronais a regatear aos jornalistas um simples aumento legal de 20 por cento, e o Governo aumentava os gestores das empresas públicas da comunicação social para vencimentos de 42 a 55 contos, com dez meses de retroactividade. Um chefe de Redacção, jornalista responsável por uma Redacção e quase sempre de larga experiência e carreira profissional, tem na actual tabela salarial 17 500 escudos.

«Desde há cerca de vinte anos, os jornalistas têm uma diuturnidade de 10 por cento sobre o salário contratual de repórter ou redactor por cada cinco anos na mesma categoria e empresa, até ao máximo de três. As entidades patronais querem agora impor 500 escudos em cada três anos, até ao máximo de cinco diuturnidades.

«O jornalismo, já se disse, é uma profissão desgastante. As estatísticas das organizações internacionais dos jornalistas apontam elevadas percentagens de doenças nervosas e cardiovasculares na profissão. Poderá dizer-se que se envelhece depressa no jornalismo. Por isso, os profissionais de muitos países, mesmo na Europa Ocidental, já conquistaram a diuturnidade por antiguidade na profissão, independentemente da empresa. Os jornalistas portugueses ainda têm de bater-se para não deixar recuar o seu actual sistema de diuturnidades quando deveriam fazê-lo avançar. Aliás, conhecendo-se a mobilidade do emprego dos jornalistas e as vicissitudes do sector pode considerar-se que vence diuturnidades cerca de 30 por cento da classe, e maior parte delas não ultrapassa ainda a primeira. Isto em termos de massa salarial global dos jornalistas não deverá ultrapassar os 5 por cento.

«É portanto sobre tais «reivindicações» dos jornalistas quanto a horários e diuturnidades, independentemente do aumento salarial, que a AID, numa manobra que só pode iludir quem desconhecer totalmente os dados elementares da questão, faz basear as suas ameaças de despedimentos e encerramentos de empresas alegando «falta de compreensão dos jornalistas» que contariam «forçar uma situação impossível».

BRUTAL AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

«Os jornalistas e demais trabalhadores do sector recusam a transferência da responsabilidade das empresas que não gerem. Casos de gestão deficiente, ausência de reestruturação e racionalização do sector, aumentos das matérias-primas, são motivos para a crise agitada pelo patronato, não as reivindicações dos trabalhadores. Não podendo equilibrar as empresas, por causas próprias e externas, as entidades patronais tentam passar a factura da crise aos trabalhadores.

«Tal factura, para os jornalistas, seria o ainda maior aprofundamento da degradação das suas condições de trabalho, pondo em sério risco o exercício livre e democrático da profissão. A subjugação dos jornalistas às ameaças de encerramento dos seus jornais, a dispersão profissional por outros locais ou actividades que permitam alguma recuperação face ao brutal aumento do custo de vida, são condições que atingem os jornalistas.

«Mas não só. O desemprego e a inactividade prolongada e traumatizante para profissionais que, em nome de uma reestruturação inexistente, viram suspender ou encerrar os seus órgãos de informação — casos de «O Século», «Mulher», «Século Ilustrado», «Vida Mundial», «Jornal do Comércio» e «Flama» — têm hoje por companhia o contrato a prazo. De forma alarmante prolifera a contratação de jornalistas a prazo, como na RDP e na RTP. Que garantias de liberdades de expressão tem o jornalista que sabe poder ser despedido dentro em breve se os seus superiores hierárquicos ou a administração acham «incômoda» a sua escrita? A autocensura tende a instalar-se nas redacções, para além de

casos de censura interna declarada, já por vezes denunciada e provada.

«O CCT dos jornalistas é claro sobre os modos de admissão e acessos à profissão. Tais normas são iludidas pela contratação a prazo. Assim como iludido ou combatido tem sido um órgão importante conquistado pela classe e consignado na Lei de Imprensa e no CCT — o Conselho de Redacção. Este órgão de intervenção democrática dos jornalistas na designação de directores e chefias de Redacção e em matérias relacionadas com a actividade profissional, terá de funcionar em todas as Redacções e ser devidamente reconhecido. Isso não acontece actualmente, e por exemplo na RTP cuja administração pretende continuar a não reconhecer este instrumento fundamental de defesa dos jornalistas. Nesse sentido tem proposto que o actual CCT em discussão abra uma excepção para a Rádio de forma a que questões tão importantes como a designação dos elementos de chefia continuem a ser feitas à revelia dos jornalistas.

«Mas faltam instrumentos fundamentais, não só para os jornalistas como para a informação e a sua política. Não existem as leis da Rádio e da Televisão, sucessivamente prometidas e adiadas. Na RTP continua a reinar uma lei de excepção. Na RDP, a maioria dos jornalistas continua sujeita ao estatuto salazarista dos funcionários civis do Estado e às suas penas. Nesta empresa jornalistas com a mesma actividade e trabalhando lado a lado estão sujeitos a três estatutos laborais diferentes: o EDFCE (os oriundos da ex-EN), Lei Geral do Trabalho (oriundos do sector privado) e o famigerado sistema da contratação a prazo.

PROFISSÃO SEM ESTATUTO

«Os jornalistas continuam sem Estatuto da profissão, sem Carteira Profissional, sem Código Deontológico reconhecido, sem esquema de preparação e valorização profissional. Através do seu Sindicato, os jornalistas já se pronunciaram em Julho de 1977 sobre projectos de Estatuto do jornalista e do Regulamento da Carteira Profissional, propostas que jazem nas gavetas do Palácio Foz. Em Setembro de 1976, aprovaram um Código Deontológico, ainda hoje não devidamente reconhecido. O trabalho de revisão dos Estatutos do Sindicato está interrompido pela falta de definição destes documentos fundamentais para o exercício da profissão, aos quais os Estatutos do Sindicato se devem adequar. Em Maio de 1978, a classe pronunciou-se sobre um projecto de bases gerais para uma política de informação. Apesar das falhas de algumas ambiguidades do projecto do Governo, foi uma contribuição positiva para a definição de algo que desde sempre o Sindicato tem defendido como indispensável a uma reestruturação democrática da comunicação social. Ora tal projecto nunca passou disso mesmo.

Também esquecido nas gavetas do agora MCS andará um documento elaborado por uma Comissão Sindical sobre a reestruturação do sector. Aí se definiam conceitos e princípios essenciais para a comunicação social. Outros casos e documentos poderiam acrescentar-se para demonstrar a participação que os jornalistas têm procurado dar à resolução de uma crise que não ignoram, mas que não decretaram, não gerem, nem pagam. O direito constitucional que assiste aos jornalistas e demais trabalhadores de participarem na reestruturação do seu sector será sempre reafirmado, sobretudo quando se deixar pura e simplesmente de fechar órgãos de Informação e se passar a racionalizar e a melhorar o sector.

«A degradação do sector tem servido para a sua utilização e tem sido causada pelo uso que o poder dele tem procurado fazer. A presente situação no sector, a infle-

Continua na pag. 9

Conselho de Informação recusa visionamento prévio dos programas TV

O Conselho de Informação para a RTP resolveu sugerir à Televisão a realização de uma reportagem dedicada aos Conselhos de Informação.

O conselho, que se reuniu ontem de manhã no Palácio de S. Bento, deliberou, por outro lado que, «de acordo com a lei que o regula, não é da competência do conselho o visionamento prévio».

O Conselho de Informação para a RTP decidiu reactivar o grupo de trabalho sobre tempo de antena e direito de resposta na RTP.

Este conselho já se tinha reunido dias antes — exactamente a 14 — em sessão extraordinária convocada pelo Partido Socialista, tendo na altura emitido uma declaração segundo a qual considerava «intolerável» o propósito de intervir na RTP contido numa carta de Proença de Carvalho ao presidente do Conselho de Administração, Soares Louro.

Recorde-se que junto da Assembleia da República, funcionam quatro Conselhos de Informação: para a Imprensa, para a RTP, para a RDP e para a ANOP.

Cada um destes conselhos é constituído por representantes dos cinco maiores partidos políticos, na proporção de um por cada dez deputados (com um mínimo de um).

Uma das atribuições dos Conselhos de Informação é assegurar a independência, perante o Governo e a Administração Pública, dos meios de Comunicação Social pertencentes ao Estado ou a entidades directas ou indirectamente sujeitas ao seu controlo económico.

Outra das atribuições dos Conselhos de Informação é «assegurar uma orientação geral que respeite o pluralismo ideológico, possibilite a expressão e o confronto das diversas correntes de opinião».

Aos conselhos compete, também, garantir «o rigor e a objectividade da Informação» e «impedir a apologia ou propaganda de ideologia fascista e de quaisquer outras igualmente contrárias às liberdades democráticas e à Constituição».

Cada um dos conselhos elabora o seu regimento interno, o qual, depois de ser objecto de parecer favorável da Comissão de Direitos Liberdades e Garantias, é homologado pelo presidente da Assembleia da República.

Os serviços de apoio aos Conselhos de Informação funcionam no Palácio de S. Bento, sendo os encargos respectivos cobertos por dotação orçamental da Assembleia.

A mais importante decisão da reunião de ontem — recusa do

visionamento prévio dos programas de TV — partiu de uma proposta do PS por se considerar que o visionamento prévio seria «uma clara forma de ingerência na RTP e resultaria, como forma de pressão intolerável dum órgão cujo objectivo é preservar a independência e o pluralismo da Televisão e não servir de instrumento inquisitorial dos partidos nele representados».

Propósitos contrários haviam sido manifestados pelos representantes do PSD no Conselho de Informação para a RTP.

Rescisão com Neves de Sousa alvo de inquérito à RDP

O Conselho de Informação para a Radiodifusão (RDP) decidiu na sua última reunião constituir uma comissão de inquérito para apreciar a rescisão do contrato, por parte da RDP, com o nosso camarada de trabalho e ex-colaborador da estação emissora oficial, Neves de Sousa.

A comissão é constituída por Gualter Basílio (PS); José Luis Belchior Fernandes (PSD); Lourenço Faria, (CDS); João Paulo Guerra, (PCP) e Jorge Massada, (UDP).

Ontem mesmo outro grupo de trabalho do CI para a RTP (encarregado de elaborar um relatório sobre as actividades da emissora a nível nacional) reuniu-se com diversos responsáveis da estação.

O chefe do Departamento de Informação, Manuel Magro, o di-

rector do Serviço de Programas, Igrejas e Caeiro e os directores dos quatro canais participaram no encontro, que teve lugar no Palácio de S. Bento.

Este grupo de trabalho está a preparar um relatório referente, nomeadamente, ao pluralismo, rigor, objectividade e independência dos noticiários da RDP.

Por outro lado, também a comissão de inquérito à suspensão do programa «Acção Sindical» se reuniu em S. Bento.

Esta comissão que funciona no âmbito do Conselho de Informação para a RDP elaborou o seu relatório sobre a suspensão daquele programa — que estava a cargo do jornalista José Pedro Castanheira. O relatório vai ser apresentado na quarta-feira ao plenário do Conselho de Informação para a RDP.

Ainda a busca ao «Página Um»

O Sindicato dos Jornalistas manifestou aos Ministérios da Comunicação Social e da Justiça a sua «viva preocupação» pela busca efectuada na última quinta-feira às instalações do jornal «Página Um».

Segundo um informador daquele jornal, a Polícia procurava cartazes da Organização Unitá-

ria de Trabalhadores que motivaram recentemente o julgamento e condenação de militantes da OUT por um tribunal de Lisboa.

O Sindicato dos Jornalistas relaciona aquela busca com outra feita há seis meses à delegação do «Página Um» no Porto, e afirma ser tal comportamento da Polícia «susceptível de ameaçar a liberdade de Imprensa».

FILMODAFILTEXTIL

ABERTAS AS INSCRIÇÕES

salão a decorrer de 29/3 a 3/4

1979

CONFECÇÕES (EXPORTAÇÃO E MERCADO INTERNO)
TÊXTEIS EQUIPAMENTOS
OUTROS SECTORES LIGADOS À MODA.

FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA
PRAÇA DAS INDÚSTRIAS, LISBOA 3 TELEFS. 63 90 44/8 E 64 52 51/3
TELEX 12282 FIPTOP P. DELEGAÇÃO NO NORTE:
R. OLIVEIRA MONTEIRO, 453 TELEFS. 69 92 36 E 69 92 46 — PORTO.

ponto a ponto

Por ocasião do 17.º aniversário do assassinato pela PIDE, do seu militante e escultor, José Dias Coelho, a Comissão de Freguesia de Alcântara do PCP promove esta tarde, pelas 19 horas, na Rua José Dias Coelho (ao Calvário) uma concentração-homenagem à memória daquele resistente antifascista. Seguir-se-á, no centro de trabalho de Alcântara do PCP uma sessão de esclarecimento sobre «o Fascismo em Portugal», com a presença de Dias Lourenço.

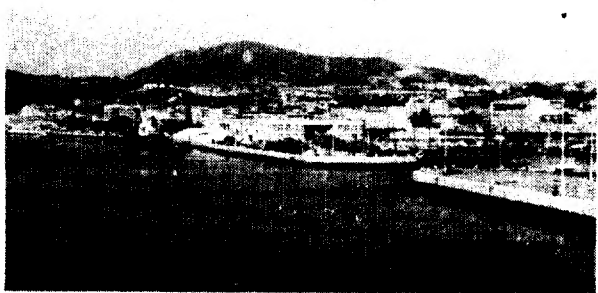


O general Ramalho Eanes recebeu ontem no Palácio de Belém a delegação venezuelana que se deslocou a Portugal para assistir à inauguração da estátua de Simón Bolívar, herói nacional da Venezuela, na Avenida da Liberdade em Lisboa.

O dirigente do PS Edmundo Pedro, recentemente julgado e absolvido em tribunal por posse ilegal de armas de guerra, afirmou em Gouveia, há dias, a sua intenção de processar os jornais «O Dia», «Jornal Novo» e «Expresso» por terem publicado «acusações injustificadas à sua pessoa, que são próprias da direita».



Em reunião efectuada em Braga, com a participação de Salgado Zenha, António Reis e Raúl Rego, o I Encontro de Gestores Autárquicos do PS daquele distrito, aprovaram uma moção a enviar ao Presidente da República manifestando preocupação pelo atraso verificado na promulgação da Lei das Finanças Locais.



Recensearam-se já no concelho de Setúbal mais de 25 mil pessoas, ou seja, mais de quarenta por cento do número de eleitores recenseados em 1976. Registe-se que dos 451 delegados e colaboradores no concelho 339 são do PCP. O PS forneceu 69 nomes. Quanto a delegados apenas o PCP os apresentou em todas as freguesias. O PS 38, PPD 22, CDS 13 e UDP 18.

ENSINO PARTICULAR NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (4)

O problema da liberdade de ensinar e aprender

ÂNGELA MIGUEL

Celebrar a liberdade é sempre um acto respeitável e dignificante que, além do mais, tem a virtude, para o celebrante, de deixar os interlocutores pouco à vontade, com receio de parecer que se opõem a ela... Levada à saciedade, a celebração vai assumindo a forma, por vezes, de uma tática corriqueira e esvaaziada.

A LIBERDADE DE ENSINO

O conceito de liberdade de aprender e de ensinar, segundo os três projectos de lei em causa, do PSD, do CDS, do PS, encontra-se explanado nos respectivos preâmbulos e artigos iniciais. Adicionando o essencial das propostas neles contidas a liberdade de ensino assentaria substancialmente em dois princípios:

1 - Do acesso de todos à educação e livre opção do rumo a seguir num sistema educativo pluralista, com prioridade reconhecida aos pais na escolha do género e orientação da educação e do ensino para os filhos; podendo uns e outros pronunciarem-se sobre o ensino e os métodos pedagógicos.

2 - Da livre afirmação pessoal, capacidade crítica e criadora dos estudantes, com pleno desenvolvimento da sua personalidade, aptidões e talentos, bem como da livre interpretação pelo docente do objecto do seu ensino. (1) com respeito da liberdade de consciência de aluno e pais.

Para o PSD e o CDS a livre criação de estabelecimentos de ensino privado surge como condição indispensável para a concretização daqueles dois princípios.

O PS, se bem interpretamos (é ou era...) menos peremptório, parecendo limitar-se a aceitar a criação de tais estabelecimentos, bem como dos de índole cooperativa, remetendo ao Estado o apoio e a coordenação do ensino neles ministrado.

Os partidários da liberdade de ensino concebida como expansão do ensino não estadual, procuram legitimar, doutrinarmente as suas pretensões referindo-se a princípios extraídos da Constituição da República Portuguesa (CRP) e da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH). Poderiam também referir-se às encíclicas papais, o que seria coerente em partidos que se reclamam, de um modo ou de outro, da filosofia social da Igreja Católica.

Da CRP, que todos têm o direito à educação e ao ensino, em igualdade de oportunidades; que é garantida a liberdade de aprender e ensinar, não podendo o Estado atribuir-se o direito de programar a cultura e a educação segundo quaisquer directrizes ideológicas. E da DUDH: que é reconhecida aos pais a prioridade na escolha da educação para os seus filhos.

Tais princípios não os pomos em causa, claro está. A questão essencial é, entretanto, saber, nas presentes circunstâncias e à luz daqueles dois estatutos, qual o papel do ensino privado na sua concretização.

LIBERDADE DE ENSINO E ENSINO PRIVADO

O debate deste assunto não pode porém colocar-se, em nosso entender, apenas no terreno do direito e da definição das condições formais da liberdade de ensinar e de aprender; não pode esquecer-se ou ignorar-se,

hoje, no nosso País, a consideração de dados económicos e sociológicos, no delineamento da estrutura escolar capaz de favorecer a igualdade de oportunidades de acesso à escola. A fim de que a liberdade de todos seja real.

Circunsritos ainda de certo modo, àquele terreno formal, em que principalmente decorreu o debate parlamentar, parece-nos ser de assinalar o seguinte: As largas carências da rede escolar do ensino público, durante a ditadura, acompanharam-se em certas zonas de um crescimento quantitativo muito sensível do ensino particular. Mas apesar desta acção supletiva, herdamos desse período as taxas de escolarização mais baixas da Europa! O ensino tinha então carácter eminentemente selectivo e elitista, como o comprovam a alta taxa de analfabetismo, a brevidade da escolaridade obrigatória,

LIBERDADE DE ENSINO E JUSTIÇA SOCIAL

Os imperativos de justiça social trazidos com a Revolução de Abril, evidenciavam a necessidade, neste domínio da educação, de uma política de discriminação positiva em relação àqueles que durante quase meio século foram privados de frequentar a escola. Assim, a Constituição de 1976 cometeu ao Estado consideráveis tarefas:

«Garantir a todos os cidadãos o direito ao ensino e à igualdade de oportunidades na formação escolar» (Art.º 74.º), como tantas vezes foi referido pelos proponentes dos projectos sobre a liberdade de ensino.

Mas nos termos do estatuto constitucional, em que se delineia o projecto nacional de uma sociedade democrática e socialista, afirma-se: «O Estado criará uma rede de estabelecimentos

berdade de ensinar e de aprender não é, neste momento da vida nacional e para a maioria da população portuguesa, o exercício do direito de criação e manutenção de escolas privadas para que os pais possam escolher «o género e orientação da educação a dar aos seus filhos» (Art.º 3.º - Projecto de Lei 75/I) ou «assegurar a educação e o ensino dos seus filhos em conformidade com as suas convicções religiosas ou filosóficas» (Art.º 1.º - Projecto de Lei 107/I).

A prática da liberdade como possibilidade de opção entre vias plurais é hoje inacessível para os muitos que, na educação, como de resto na saúde, mais não aspiram do que poder frequentar a escola e socorrer-se do hospital! Escola e hospital que pagam, como todos os portugueses.

E a pergunta que se avoluma é esta: na situação que o País actualmente vive, em que medida o apoio financeiro ao ensino privado irá afectar as obrigações correntes que o Estado tem com



a sub-representação das camadas populares no ensino pós-obrigatório. A expansão do ensino particular que então se verificou não corrigiu, antes promoveu a natureza de classe do ensino. Basta reparar que foi ao nível do secundário e no ramo liceal que se deu o grande crescimento do número de discentes dos estabelecimentos de ensino particular.

Num período de expansão quantitativa do sistema de ensino o ministro Galvão Teles ordenou uma série de estudos preparatórios de um Estatuto da Educação Nacional. Entre eles, um relativo ao ensino particular, que veio a ser publicado em 1967 (2); deste estudo, bastante apologetico desta modalidade de organização dos recursos educativos nacionais, extractamos alguns dados comprovativos do que atrás ficou dito.

Em 1963, dos 213 concelhos metropolitanos continentais com escola secundária apenas 67 possuíam escola oficial, enquanto em todos eles existia escola particular.

Por outro lado, verificava-se que ao nível de ensino liceal 60% dos alunos frequentava as escolas privadas. A situação era bem diferente no ensino técnico particular: 6% da totalidade dos alunos; e no ensino primário particular com uma percentagem ainda inferior: 4,6%.

oficiais de ensino que cubra as necessidades de toda a população» (Art.º 75.º).

A luz daquele projecto nacional, que não pode ser esquecido nem minimizado na consideração de nenhum problema, nem autoriza a citação tendenciosamente selectiva da Constituição, o conteúdo do Art.º 75.º ascende ao lugar da grande prioridade no domínio da educação e do ensino.

Nesta perspectiva, revertamos agora ao princípio enunciado em (1), onde se fala de **liberdade de ensino como direito de todos à educação e livre opção do rumo escolar a seguir**. Vejamos o que é por demais claro: não é só o acesso à educação que depende da concretização daquele preceito constitucional; igualmente o direito à livre opção. Naturalmente que a possibilidade tão reclamada de opção educativa só começará quando existir uma rede de escolas públicas que cubra todo o País. Naquelas regiões onde não existe escola pública ou onde não há escola ou só há escola privada, falar de liberdade de ensino de igualdade de oportunidades e de livre escolha educativas, ou é acto de impudor ou de má fé. O problema não pode ser escamoteado pelo baralhar dos dados.

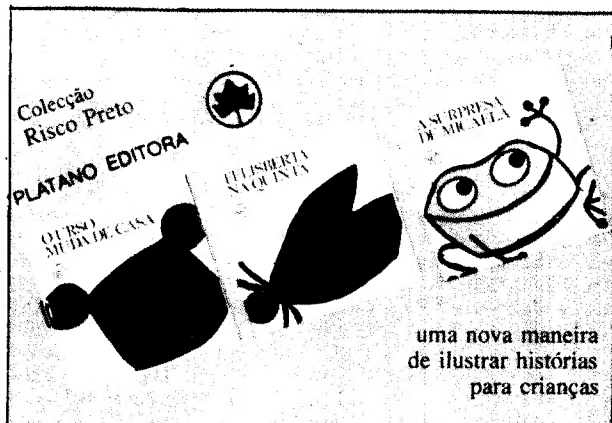
A explicitação mais clara e a concretização mais eficaz da li-

berdade de ensino público e com o imperativo constitucional referido? Obrigações que são anuais as condições essenciais do direito de todos ao ensino e a livre opção educativa (3).

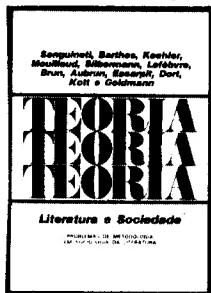
(1) Observe-se no entanto, que no projecto do PSD se afirma (Art.º 23.º): «os professores e outros trabalhadores dos estabelecimentos de ensino particular têm obrigação de respeitar a respectiva linha de orientação doutrinária, religiosa, filosófica ou pedagógica, a qual é definida pela entidade instituidora, ou por quem lhe suceder e assegurada pela direcção pedagógica» e que no mesmo projecto o direito dos docentes de livremente ensinarem (Art.º 2.º) era acautelado no Art.º 8.º que dizia ser aquele direito «definido nos diplomas regulamentares do estatuto dos docentes» e, ainda, que «o exercício do direito reterido respeitaria sempre a liberdade de consciência e o direito de crítica dos alunos e, durante a menoridade dos pais, e não poderia revestir as características da propaganda partidária».

(2) MEN (G. E. P. A. E.), **Trabalhos preparatórios do Estatuto da Educação Nacional**, vol. II, 1967.

(3) No nosso País, a parte do orçamento do Estado para a Educação e Ensino tem vindo a decrescer sensivelmente, em 1976 correspondia a 15,4%, em 1977 a 14,6% e em 1978 o seu valor era de 12,0%. Ora, em países da Europa ocidental mencionados no Parlamento, a dotação para o sector chega a elevar-se a 1/4 do orçamento.



Literatura e Sociedade
Problemas de Metodologia em Sociologia da Literatura
Coleção Teoria, n.º 44
Preço — 230\$00



EDITORIAL ESTAMPA

R. Escola do Exército, n.º 9 r/c Dt.º Tel. 555663

McGraw-Hill
Editora McGraw-Hill de Portugal Lda.

Rua Rosa Damasceno, 11-A e 11-B — LISBOA 1
Telefones 57 66 92 - 57 73 22

ÚLTIMOS LANÇAMENTOS

ELONKA — Manual de Instrumentação — Vol. II
JONES — Orçamento
KANITZ — Como Prever Falências
McPARTLAND — Como Projectar Sistemas Eléctricos
RICARDO — Teoria das Estruturas
SPIEGEL — Probabilidade e Estatística
SOUNIS — Curso Prático de Microbiologia

A VENDA NAS BOAS LIVRARIAS

Os Grandes Livros da Humanidade

OS LUSÍADAS
DE LUÍS DE CAMÕES
CONTADOS ÀS CRIANÇAS
E LEMBRADOS AO POVO



Todas as obras célebres da literatura universal postas ao alcance de todos, em adaptações de linguagem moderna, simples e clara, subscritas por nomes ilustres ou respeitadas das letras portuguesas contemporâneas.

Volumes publicados:

A Odisseia de Homero
Peregrinação de Fernão Mendes Pinto
História Trágica Marítima de Gomes de Brito
O Caramuru de Frei José de Santa Rita Durão
Crónica do Condestável
Viriato Trágico de Braz Garcia de Mascarenhas
Divina Comédia de Dante
Eneida de Virgílio
Viagens de Gulliver de Jonathan Swift
A Ilíada de Homero

SÁ DA COSTA editora

PODER LOCAL

Código fascista "chumba" duas novas freguesias

Duas novas freguesias: da Pontinha (em Lisboa) e Santa Lusía (em Tavira) propostas, respectivamente, pelo PCP e pelo PPD/PSD, estão em vias de o não vir a ser tão cedo, ao encalhar em dispositivos do Código Administrativo fascista ainda em vigor, o qual no seu artigo 9.º estabelece o critério a que deve obedecer a criação deste tipo de autarquias.

Face ao inqualificável de tal situação, os deputados que integram a subcomissão parlamentar encarregada do estudo das propostas de criação de novas freguesias, decidiram consultar os respectivos partidos sobre a metodologia a seguir.

Segundo o relator daquela subcomissão, Carvalheira Antunes, «tais disposições são inaplicáveis por inconstitucionais e, nessa circunstância, verifica-se uma situação de vazio legal que só poderá ser resolvida, pela apresentação, caso a caso, de projectos de lei na Assembleia da República ou, então, por uma nova lei que substitua as disposições do Código Administrativo fascista».

PELA CONSTRUÇÃO DO MUNICÍPIO DA AMADORA

Durante uma reunião promovida pela Aliança Povo Unido (APU), na Venda Nova, sob o lema «Com o Povo Unido, construir o município da Amadora», foi divulgado um documento-proposta sobre este problema, de acordo com o qual o futuro município ficaria dividido nas seguintes oito freguesias: Amadora, Reboleira, Damaia, Buraça, Venda Nova, Brandão, Fagueira e Mina.

«Estas freguesias, além de atenderem à situação geográfica, procuram respeitar os sentimentos populares», refere a proposta da APU, para acrescentar que «criar o concelho da Amadora é neste momento não só um imperativo administrativo, sócio-económico e político, mas também uma imposição legal: a Lei 22/77, publicada há cerca de ano e meio, criou para esse efeito a Comissão Instaladora do Município da Amadora (CIMA). Mais: esta Lei 22/77 determina que a instalação do novo conce-

lho esteja realizado, o mais tardar, até 31 de Dezembro de 1979».

De acordo com a mesma proposta, as questões mais importantes a resolver são três: delimitação do futuro município e das suas freguesias; instalações municipais e de freguesia; e estudo da organização dos serviços, sendo a primeira a mais premente.

FOZ DO DOURO: JUNTA DE FREGUESIA PUBLICA MENSÁRIO

Sob o título «O Progresso da Foz», começou agora a publicar-se na Foz do Douro, editado pela Junta de Freguesia local, um novo mensário, que de acordo com o seu editorial pretende «pugnar pelo enriquecimento material e social da freguesia e, tanto quanto possível e desejável, das freguesias vizinhas».

Dirigido por José de Castro «O progresso da Paz Foz», que saiu com oito páginas formato tablóide, «parte de um acordo estabelecido entre representantes das diferentes forças políticas

com assento na respectiva autarquia».

BRAGA VAI PAGAR

A Assembleia Municipal de Braga, reunida sob a presidência de Salgado Zenha, aprovou o plano e orçamento da Câmara daquele concelho, dos Serviços Municipalizados e do Turismo, para o ano de 1979. A Assembleia autorizaria ainda a entidade a contrair um empréstimo para a liquidação da importância em dívida à EDP, no valor de 60465 contos.

A sessão estiveram presentes 74 dos 132 membros da Assembleia.

LISTA UNITÁRIA VENCE EM ALCÂNTARA

Ao recolher 222 votos dos 224 entrados nas urnas, uma lista unitária de esquerda ganhou as eleições para a Comissão de Moradores de Alcântara.

Realizados pelo processo de voto directo e secreto, a partir dos cadernos eleitorais resultantes do recenseamento de 1975, estas eleições tiveram uma participação muito superior às que tiveram lugar há três anos.

COMISSÃO DE TURISMO DO ALGARVE PREVÊ 1979

Venha gente na baixa e média estações

MONTE GORDO (do nosso enviado Júlio Rodrigues) — Os sectores de animação e promoção foram os mais privilegiados na acção que a Comissão Regional de Turismo do Algarve desenvolveu este ano. No relatório a propósito apresentado pelo presidente da CRTA, Cabrita Neto, no último fim-de-semana, em Monte Gordo, refere-se que esse prevalecimento se fica a dever às «estruturas insuficientes» do organismo, a que são cometidas tarefas próprias, mais de divulgação e indicação que de intervenção. Meia dúzia de pessoas é responsável e intervém na CRTA (além de Cabrita Neto, Fernando Soares, Valter Contreiras, Relvas, Isabel Maria, João Leal, Pedro Abreu), desdobrando-se na vastidão de serviços que à comissão compete, por vezes em «locais fixos de trabalho que passam despercebidos do público», e por isso mesmo «quase ignorados».

Mas, os números (em dinheiro) movimentados pela CRTA são elucidativos e assinalam o crescimento da comissão: 22 815 contos há três anos, 26 375 em 1976, e 42 755 contos o ano passado. Este ano, entre Janeiro e Novembro, a receita ilíquida do organismo rondou os 58 mil contos, incluindo 5172 de subsídios da SEC e da SET, e excluindo as «contas de ordem». O imposto de Turismo, por seu turno, rendeu 51 226 contos e, se a lei das Finanças Locais (que Ramalho Eanes ainda não promulgou) não determinar condições de comparticipação das Câmaras para aquele, uma outra dificuldade se juntará às que conjuntural e estruturalmente qualificam e quantificam o turismo algarvio.

Para além da animação e da promoção (e estas envolvendo mais de vinte mil contos em propaganda, diversão, desporto e divulgação), a CRTA despendeu cerca de quatro mil contos em iniciativas várias, quer nas praias de Albufeira e do Carvoeiro, quer na aquisição e adapta-

ção de uma caravana e na compra de uma máquina para limpeza de praias, a que acrescem 1880 contos em transportes e comunicações. Durante o ano, a comissão, através do seu departamento próprio procedeu também a diversos tipos de acções essencialmente dirigidas a «uma melhor ocupação do Algarve no Inverno», e será aqui de lembrar, entre outras, o «Cross das Amendoeiras em Flor» e o rali automóvel. Em mercados de interesse para a região, e em sincronismo e apoio aos Centros de Turismo e Direcção-Geral, a CRTA esteve em diversas mani-

pos ou coisa que o valha, para aquele efeito, tem recorrido a igrejas. O «Cross Internacional» de Vilamoura, a internacionalização do Carnaval de Loulé, ainda o Rally do Algarve, os concursos hípicas de Penina e Vilamoura, campeonatos de golfe, ténis e vela, que incorporaram o programa do ano que agora termina, fazem parte do esquema de 79.

Claro que — e para que o seu plano de actividades responda às solicitações que aumentam de ano para ano — a CRTA reclama um melhor serviço de ligações por parte da TAP, o avanço

de electricidade (um exemplo: uma avaria ou corte em Faro deixa Olhão, Tavira, Monte Gordo e Vila Real de Santo António às escuras). Daí que a CRTA esteja na disposição de consignar uma verba ao Gabinete de Planeamento do Algarve.

SANIDADE TURÍSTICA

É óbvio que o turismo no Algarve, como de resto em todo o país, não pode ser concentrado apenas em favor unicamente do desenvolvimento hoteleiro. Os parques têm, neste aspecto, um papel muito significativo a desempenhar. Mas, sem infra-estruturas (apoios sanitários nem sanidade nas zonas apropriadas), que fazer. A CRTA, no relatório apresentado aos órgãos da Comunicação Social, é bem explícita nesse aspecto: «Problema deveras preocupante é o da sanidade nos locais de forte afluência turística, motivo de reclamações constantes, não só da parte de turistas como de residentes». A esse problema só indirectamente a comissão poderá dar resposta.

De acordo com a «política» seguida relativamente às instalações dos «casinos» de Armação de Pêra e da Manta Rota, da esplanada da Quarteira e outros bens, a CRTA orientará a sua actividade do próximo ano no sentido de subsidiar ou compartilhar a construção de acessos a locais de interesse turístico e, com a colaboração das demais entidades com competência na matéria, a dotar a região da melhor sinalização turística.

Os acontecimentos previstos para o ano e as suas datas de concretização apontam (e isso parece ter merecido particular cuidado por parte da CRTA) para um melhor aproveitamento nas épocas de baixa e média estação com um conjunto de iniciativas que encontrou o melhor acolhimento dos responsáveis pelas unidades hoteleiras.



Turismo algarvio em análise num hotel de Monte Gordo

festações, nomeadamente congressos, feiras e «semanas», do Estoril a Acapulco (Congresso Anual da ASTA).

SERVIÇO DA TAP E INFRA-ESTRUTURAS

A comissão, que para o ano, entre outros certames e iniciativas, tem programado um Verão internacional com o apoio da Gulbenkian, fez saber aos jornalistas que no Algarve não há nenhum local para concertos, e à falta de um Palácio de Coneres-

progressivo da rede rodoviária, uma aproximação ferroviária do Norte com o Algarve com mais rapidez e melhores condições, a resolução do problema das nove passagens de nível da região, o fornecimento de abastecimentos a um nível internacional, o arranque definitivo de infra-estruturas urbanísticas em ordem às centenas de milhares de turistas que ali acorrem durante todo o ano, e com particular incidência entre Junho e Outubro. É que o Algarve é uma região com deficiências no saneamento básico (esgotos, sobretudo), na distribuição de água, no fornecimento

Comissão de Turismo de Viana quer criar praia fluvial

A Comissão de Turismo de Viana do Castelo, deu ontem a conhecer o seu plano de actividade para 1979, do qual ressalta o seu empenhamento de dar continuidade ao esforço que tem vindo a desenvolver no sentido de incrementar o número de visitantes nacionais e estrangeiros.

Assente na divulgação de Viana e do seu concelho, tanto através da beleza paisagística como de monumentos de arquitectura, museus, etnografia, gastronomia e artesanato, o plano propõe-se apoiar iniciativas culturais, folclóricas e des-

portivas, de carácter marcadamente turístico.

Incentivar festas, romarias e feiras, cujas características sejam aproveitáveis para a propagação da região, é outro dos objectivos da Comissão de Turismo.

Relativamente às praias do concelho, aquela comissão manifesta a sua preocupação pelos cuidados de que necessitam, com excepção apenas das de Afife e de Carreço, às quais já foram atribuídas verbas para a construção de instalações sanitárias e balneários.

Neste capítulo, é intenção da Câmara Municipal servir uma praia fluvial que sirva especialmente a população de Viana.

O plano da Comissão de Turismo de Viana do Castelo para o próximo ano prevê ainda a concessão de apoio à deslocação de grupos folclóricos vianenses, ao estrangeiro, como forma de propagação da região.

Outros incentivos serão dispensados às festas de Nossa Senhora da Agonia, e às da «Mimosas», que, segundo a comissão de turismo, começam já a interessar a nível internacional (nomeadamente agentes de viagens belgas e holandeses).

Liberdade de Imprensa e Publicidade

Continuação da pág. 1

no hotel, pelo local de férias objectos de uma campanha publicitária. Os trabalhadores do jornal tal como os leitores, não estão vinculados à matéria publicitária. O jornal é livre. Livre, o leitor.

Dentro de limites socialmente admissíveis, e observando exigências de moralidade pública, o espaço é vendido para fins publicitários. E isso sucede, porque os jornais necessitam dessa receita que nem sequer poderá ser considerada complementar, que é, na realidade, básica para assegurar a rentabilidade comercial.

A necessidade de vender,

espaço publicitário implica um certo respeito pelo comprador desse espaço: o anunciante. Dentro de limites, que as circunstâncias poderão alterar — alargando-os, estreitando-os — a venda de espaço publicitário deverá reflectir a independência e a liberdade do próprio jornal.

De resto, dentro da proporção normal de ocupação do espaço na imprensa escrita e da distribuição da informação, das colaborações, do texto redaccional, e da matéria publicitária, sempre que a «publicação jornalística» não é um mero pretexto para venda comercial de espaço, o anúncio representa até uma garantia para o leitor: a garantia de que o anunciante considera que o jornal é um suporte publicitário válido, o reconhecimento da sua expansão útil, da sua capacidade de atrair e de interessar leitores.

O comprador do espaço publicitário, que sempre deverá ser identificado, é autonomamente responsável pela utilização do espaço que o jornal lhe facilita. Daí que repudiamos qualquer responsabilidade, mesmo judicial, no que respeita à publicidade, sem enfeitar os, o dever de defender os nossos leitores de mistificações e mesmo de falsidades. Mas o que não aceitamos é a função de censores.

O jornal é um todo e na sua globalidade deverá ser consumido, apreciado e

criticado pelos leitores.

O «Diário de Lisboa» não tem a preocupação de se autovalorizar. Mas a consideração que nos merecem os nossos leitores habituais, justifica não só esta explicação aos que têm estranhado certas inserções publicitárias que consideram dissonantes com a orientação do seu jornal, como a informação, que gostosamente lhes transmitimos, de que a posição do «Diário de Lisboa», à luz dos estudos do valor relativo dos jornais como suportes publicitários, é francamente favorável. Somos o segundo jornal da tarde em Portugal. No que se refere à expansão nacional, somos o primeiro jornal da tarde nalgumas áreas regionais. Somos um jornal com grande impacto de leitura na faixa do público entre os 20 e os 40 anos.

Que concluir? Que a inserção de anúncios que não correspondem às nossas orientações, opiniões pessoais, pontos de vista críticos, que destoam do texto e do contexto, é ainda uma prova de que este jornal é uma voz livre; de que a redacção não aceita ser condicionada; de que o «Diário de Lisboa» é um órgão de imprensa de espírito aberto, dialogante, fomentador do contraste de opiniões e do livre debate das ideias. Esta é mais uma prova de que o teu jornal, leitor, é um jornal independente.

“IRREALISTA, INJUSTA E IMORAL”

Margem percentual da EDP criticada por Câmaras do Norte

A questão das relações que as Câmaras têm em relação à EDP (Electricidade de Portugal) foi analisada e discutida numa reunião que se efectuou ontem à tarde, na Junta Distrital do Porto.

A reunião estiveram presentes representantes dos Ministérios da Administração Interna e da Indústria e Tecnologia e das Câmaras distritais do Porto, Viana do Castelo e de Braga.

No decurso dos trabalhos, o representante do município de Gaia classificou de «irrealista, injusto e imoral» o actual conceito

de margem percentual da EDP.

Pelo mesmo dirigente municipal foi proposta a nomeação de uma comissão representativa das Câmaras dos três distritos para, em Lisboa, em diálogo com os Ministérios da Administração Interna e da Indústria e Tecnologia, se estabelecer uma plataforma de acordo, que satisfaça os municípios e a EDP.

A proposta foi aprovada, tendo ficado assente que a delegação será constituída por representantes das Câmaras de Vila do Conde, Esposende e Viana do Castelo.

CNA e o vinho a importar

COIMBRA, 19 — A Confederação Nacional da Agricultura proclamou em Coimbra que a JNV não pode distribuir pelos armazéns o vinho importado sem prévia discussão com os agricultores. Esta tomada de posição da CNA, assumida em reunião efectuada nesta cidade, vem no momento próprio, isto é, quando se anuncia que Portugal vai importar 800 mil hectolitros de granel para responder à procura interna, permitindo que a produção nacional seja para exportar como artigo de primeira.

Defenderam com veemência os intervenientes na reunião que os subsídios sejam dados à produção e não aos comerciantes e reclamou também, não só a diminuição ou bonificação das

taxas de juro e a desburocratização do crédito, como a entrada em funcionamento do Seguro Nacional Agro-Pecuário, tal como «a Constituição o consagra e os interesses da lavoura e do País o exigem».

Outra deliberação tomada pelos agricultores participantes toca no novo preço dos pesticidas, cujo aumento de 30% foi condenado. «A continuação dos aumentos dos preços contra a lavoura será a ruína dos agricultores e da economia nacional» — foi então afirmado. Condenada também foi a Junta Nacional das Frutas, que quebrou o compromisso de importar batata de semente e abandonou as cooperativas «nas mãos dos intermediários-importadores».

HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DO LORVÃO

CONCURSO PUBLICO N.º 142

FORNECIMENTO

DE UMA MÁQUINA DE CONTABILIDADE

Está aberto concurso público para a aquisição de uma máquina de contabilidade, tipo electrónica (está excluído o equipamento considerado mini computador).

As propostas serão recebidas até às 10 horas do dia 22 de Dezembro de 1978, as quais deverão vir em envelope fechado e lacrado dirigido ao Serviço de Aprovisionamento referenciando o número do concurso. A respectiva abertura e leitura terá lugar em acto público consecutivo ao termo do prazo para a recepção.

O caderno de encargos encontra-se patente nos Serviços acima referidos e será enviado a quem o solicitar.

Lorvão, 14 de Dezembro de 1978

Pel' A Comissão Instaladora,
José Gaudêncio

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Setúbal

Av. 5 de Outubro, 87 - 1.º — Setúbal

M O Ç ã o

Considerando os boatos postos a circular pelo M.A.S. sobre o conteúdo e data de saída do Projecto de Portaria para o Sector, de efeitos desmobilizadores para os trabalhadores:

Considerando a próxima realização do Plenário de Sindicatos e C.T.'s. em 20/12/1978.

Os trabalhadores da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Setúbal reunidos em Plenário de Greve em 13/12/1978, exigem da C.S.N. o desmascaramento e clarificação de todas as notícias e boatos postos a circular até à data do Plenário atrás referido, bem como a imediata divulgação do Projecto de Portaria, logo que o mesmo seja do seu conhecimento, a fim de em Plenários de Caixas se proceder à respectiva análise conjunta.

OS TRABALHADORES DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA
DE SETUBAL

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

A Mesa da Assembleia Geral, no cumprimento de disposições estatutárias, informa que afixou às 9 horas do dia 18 de Dezembro de 1978, na sede do Sindicato, os CADERNOS DE VOTAÇÃO, para a Assembleia Geral de 18 de Janeiro de 1979.

Para efeitos de consulta dos CADERNOS DE VOTAÇÃO, a que os sócios do Sindicato deverão proceder, lembra que aqueles se encontrarão expostos entre os dias 18/12/78 e 6/1/79, com o seguinte horário:

Segunda a sexta-feira — das 9 às 23 horas
Sábado — das 9 às 12 horas

A Mesa da Assembleia Geral informa ainda que está a providenciar no sentido de anexar aos cadernos agora expostos todos os trabalhadores não constantes dos mesmos, cujas reclamações forem devidamente fundamentadas.

Lisboa, 18 de Dezembro de 1978

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Renato André dos Santos Ferro

PUB.

INFORMAÇÃO

O SINDICATO DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE SETÚBAL, INFORMA OS TRABALHADORES DO COMÉRCIO E A POPULAÇÃO QUE O COMÉRCIO RETALHISTA DO DISTRITO DE SETÚBAL, ESTÁ ENCERRADO NOS DIAS 24, 25 (NATAL) E 26 DE DEZEMBRO, PELO QUE A POPULAÇÃO DEVERÁ EFECTUAR AS SUAS COMPRAS ATÉ AO DIA 23 DE DEZEMBRO.

SETÚBAL, 14 DE DEZEMBRO DE 1978

A DIRECÇÃO

INFORMAÇÃO

O SINDICATO DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE SETÚBAL, INFORMA OS TRABALHADORES ABRANGIDOS PELO CONTRATO DO COMÉRCIO RETALHISTA, QUE JÁ HOUVE ACORDO NAS NEGOCIAÇÕES QUE DECORRIAM ENTRE OS SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES PATRONAIS QUANTO À REVISÃO DA TABELA SALARIAL.

PRODURIRÁ EFEITOS A PARTIR DE 1 DE DEZEMBRO DE 1978.

INFORMAÇÕES DETALHADAS PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO DAS DELEGAÇÕES OU SEDE DO SINDICATO.

SETÚBAL, 14 DE DEZEMBRO DE 1978

A DIRECÇÃO

FIM DO ANO NA MADEIRA

27/12 — 1/1
29/12 — 2/1
Desde 3860300

Inclui: Passagem aérea Lisboa/Funchal/Lisboa. * Transporte do aeroporto ao hotel e vice-versa * Estadia no hotel quartos c/banho
Taxas e impostos incluídos * assistência permanente.

Informações e inscrições

Agência de Viagens

CATUR

1.º ANO DA BIBLIOTECA PÚBLICA 17
1601 16 1978, Lisboa, 1.º S.º 2



Depois de se recensear
conserva o cartão de eleitor

Inscree-se no recenseamento
só recenseado poderá votar

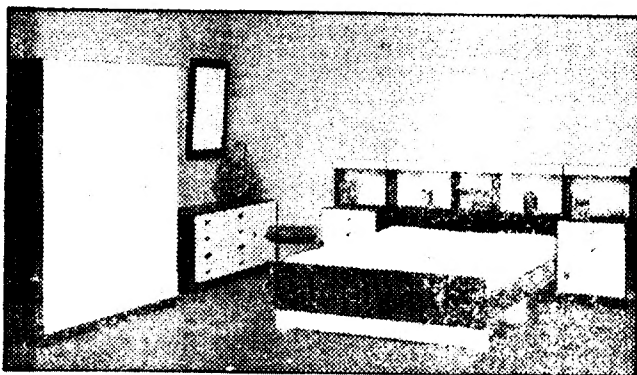
MAI/STAPE

INFORMA-SE A POPULAÇÃO

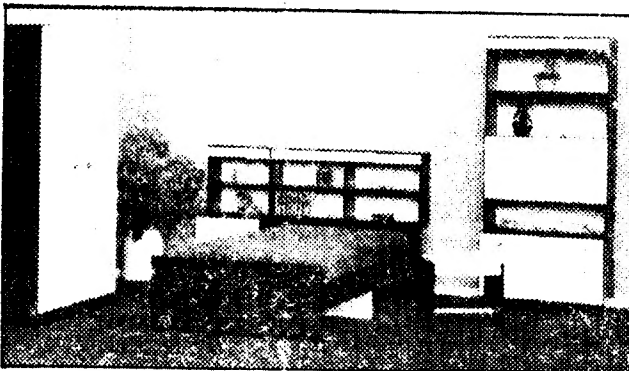
de **ALMADA, BARREIRO, SETÚBAL,**
E O PÚBLICO EM GERAL

VENHA A PARTIR DE AGORA
o 1º SUPERMERCADO
de MÓVEIS
em PORTUGAL

Aberto à hora do Almoço e até às 23 horas
VEJA PARA ACREDITAR:

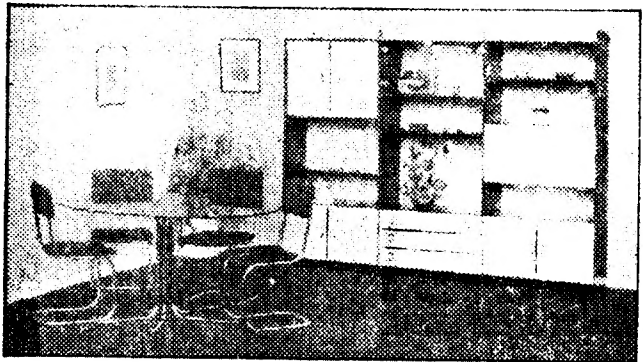


QUARTO DE CASAL DESDE 11 950\$00



QUARTO DE CRIANÇA DESDE 8500\$00

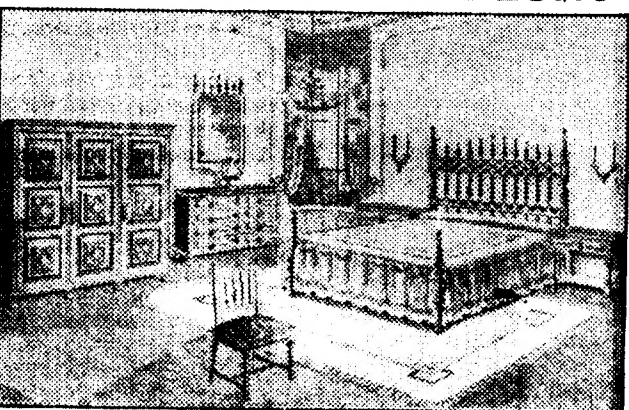
GRANDE VARIEDADE EM MOBÍLIAS E MAPLES DE LUXO



CADEIRAS 1950\$00 — 1580\$00

MESA 6500\$00 — 4950\$00

ESTANTE 18000\$00 — 12 850\$00



QUARTO SÉCULO VII DESDE 20 850\$00

MUITAS MAIS MOBÍLIAS E CONJUNTOS DE MAPLES
A PREÇOS INACREDITÁVEIS
FACILIDADES DE PAGAMENTO
AVENIDA 25 DE ABRIL, 45 — ALMADA — TEL. 2 76 90 01

SINDICATO DOS TRABALHADORES Têxteis, LANIFICIOS E VESTUÁRIO DO SUL

Comunicado n.º 227

DIA 20
CONCENTRAÇÃO
19 HORAS

FRENTE AO MINISTÉRIO DO TRABALHO
COMUNICADO N.º 227

Convocada pela Comissão Dinamizadora das Empresas com Salários em Atraso, com o apoio da UNIAO DOS SINDICATOS DE LISBOA, da C.I.L. e do NOSSO SINDICATO terá lugar no próximo dia 20, pelas 19 horas, frente ao Ministério do Trabalho uma CONCENTRAÇÃO cujo objectivo é o de serem pagos os salários aos trabalhadores de um grande número de empresas cuja situação se descreve a seguir:

"MILHARES DE TRABALHADORES SEM SALÁRIOS"

As estruturas representativas de milhares de trabalhadores vêm junto das populações e das instituições democráticas lançar um alerta para a grave situação em que vivem entre outros, trabalhadores de empresas dos seguintes ramos de actividade:

Ramo de Actividade	N.º Trabalhadores	Meses em atraso
Construção Civil	3860	de 2 a 9 meses
Indústrias Eléctricas	1285	de 3 a 24 meses
Cerâmica	200	até 3 meses
Comunicação Social	1109	de 6 a 12 meses
Pescas	1380	de 2 a 3 meses
Comércio	355	de 2 a 8 meses
Metalúrgicos	5769	de 1 a 12 meses
Têxteis	3636	de 1 a 12 meses
Ferrovários	+ de 20 000	Novembro

Nos ramos de actividade citados as Empresas que temos conhecimento estarem nessas condições são as seguintes:

TORAX; TOJAL; CONSTROIR; CONCETAL; J. PIMENTA; HABITAT; VIRGILIO PRETO; LUSO; SUÇA; ANTONIO LOPES SIMÕES; GLOBRA; JOÃO JACINTO TOMÉ; MOBITOM; BELA EUROPA; MANUEL PINHEIRO RIBEIRO; PINHEIRO COSTURA L.D.; COMETU R. C.; METALURGICA DUARTE FERREIRA; MESSA; MESSA COMERCIAL; J. J. GONÇALVES; INDÚSTRIAS TÊRMICAS NUNES CORREIA; SOTECNA; FÁBILUX; BERKAWST; MONTEIRO E AMADOR; GRACINDA FLORES; LEVITEX; NANI BERNA; CARLA MARINA; JAIME TARRÉ; FÁBRICA DE HAÇAO TOMAR; SIMÕES E C.; MANUEL LOPES HENRIQUES; MANUEL DINIZ JUNIOR; SUSTELO; EURONI; VANDA E COLHO; J. DELGADO; SÉRGIO SAMPAIO; LANIFICIOS MONTE CRUZ; VITÓRIA LANÇA; NAPOLEÃO L.D.; COMPANHIA PORTUGUESA DE PESCAP; SNAPA (MAR); O SÉCULO; REGIMPRESSA; EXPRESSO BLOCO; SOMAPRE; ELECTRODOMESTICOS — C. RETALHISTAS REUNIDAS; ARNALDO TRINDADE; SEMEGA; JOÃO J. TOMÉ; HONORATO HENRIQUES; INSTALADORA CANHA; A DESUMBRANTE; J. E. AZEVEDO E SILVA; NUCEL; J. EMILIO MARCUS; FACEL; CANALI X; LUIS BANDEIRA; COMETNA (teve salários em atraso de dois meses que foram regularizados há poucos dias).

Além do não pagamento de salários, verificam-se outras ilegalidades sobre os trabalhadores, tais como:

Despedimentos sem justa causa, não pagamento de subsídios, férias e Natal, processos disciplinares indiscriminados, destacando-se a Dirigentes, Delegados Sindicais e elementos de Comissões de Trabalhadores, agressões físicas e morais, repressão sobre as mais variadas formas, não cumprimento das Convenções Colectivas de Trabalho, corte de direitos anteriormente adquiridos.

Procura-se assim esconder os efeitos de uma política desastrosa e vergonhosa submissão aos interesses do imperialismo e do FMI que foi desenvolvida pelos últimos Governos e acentuada pelo defuncto Governo de Nobre da Costa.

As mentiras da reacção e do grande patronato, as ofensas à dignidade e ao esforço daqueles que são a força da Nação, são desmentidas pelas realidades dos factos.

Hoje, milhares de trabalhadores portugueses não recebem os seus salários há vários meses, apesar de na maioria dos casos continuarem a produzir normalmente.

Hoje, milhares de famílias tem dificuldades na sua subsistência.

No entanto, as empresas em causa, não estão condenadas ao fracasso e ao desastre. Existem propostas concretas apresentadas pelos trabalhadores e até dos anteriores governos que se não se concretizaram devido ao corte de financiamento da Banca e ao desinteresse dos últimos Governos que levaram a situações degradantes, vindo a atingir também os pequenos e médios industriais e comerciantes, que não conseguem vender os seus produtos devido ao cada vez mais reduzido poder de compra dos trabalhadores, por outro lado, a não concessão de crédito por parte da Banca às pequenas e médias empresas.

O executivo de Nobre da Costa, enquanto tudo fez para que nada fosse feito nestas empresas abriu as portas da Banca aos sabotadores que regressaram às empresas desintervencionadas, sobrepondo os interesses do grande capital aos interesses nacionais.

Mas conscientes de que a voz da nossa razão será ouvida, que a nossa unidade tem peso, e que a nossa luta se insere na luta mais geral pela defesa dos direitos e conquistas das massas trabalhadoras, continuaremos a defender os nossos postos de trabalho, salvaguardando o futuro das empresas, embora sem ilusões na modificação da política do Governo face à composição do actual executivo, não quebraremos a nossa resistência e a nossa unidade, no caminho da luta pelo pagamento dos salários em atraso e pela resolução dos problemas com que as empresas se debatem. Os trabalhadores destas empresas, com o apoio das suas estruturas representativas e com a solidariedade da população em geral, desenvolverão a curto prazo uma acção de massas que constitua uma das formas de luta que levem os órgãos reponsáveis deste País a tomar medidas de acordo com os reais interesses dos trabalhadores, da economia, e independência nacional.

PELO PAGAMENTO DE SALÁRIOS!
DIREITO AO TRABALHO E AO PAO!
A NOSSA UNIDADE, A NOSSA RAZÃO E A
NOSSA LUTA, VENCERÃO!

Lisboa, 14/12/78

P'la Direcção

TRIBUNAL DE POLÍCIA

Um director "de Judiciária" muitíssimo especial...

O repórter confessa que ficou logo de início em espanto (leia-se em «suspense»): um réu assim (tão bem vestido, tão apumado, tão «boas maneiras», tão doutra «estirpe»), como jamais por ali ousara ver e que pelos olhos de muitos outros dos presentes, habituados àquelas andanças, também não lhes era coisa corrente (pelos casos relatados ao longo dos anos da existência desta secção os leitores compreendem sem dificuldade onde pretendemos chegar). Mas comecemos a narrativa: três agentes da Polícia Judiciária entraram no cinema «Eden», entre serviço e arejar um pouco. Era sábado à noite e a lotação estava esgotada. Uma alternativa: o camarote reservado às autoridades. Fiscal indagado e a resposta: «já lá está um senhor director da vossa polícia». Aqui o «apetite» cresceu nos três agentes. Um director? e quem seria? Pelo que lá foram na peugada do fiscal, camarote adentro. Lugares vagos apenas um, pelo que dois ficaram de pé e o outro sentado.

Mas logo que o «lusco-fusco» de quem vem da rua lhes deixou de tólar a visão, os três olharam, quase em simultâneo, para o rosto do senhor director. Um espanto: nenhum deles conhecia tal cara entre os quadros da corporação. E então, na categoria (reduzida) de directores nem pensar. Depois foi só aguardarem a chegada do intervalo (para não gerar confusão) nem espartar a caça (salvo seja). «queira identificar-se, somos da Judiciária», disse um dos agentes, dirigindo-se ao «senhor director». A reacção do personagem foi de calma total, apresentando sem vacilar um cartão, datado de há 15 anos, em que se podia ler: Rui Alvaro da Costa Moraes Serrão, delegado de Procurador da República-Comarca de Lisboa». Voz de prisão (director da PJ não era, pelo que se tornava necessário averiguar até onde che-

gava a veracidade daquele cartão já caducado.

As diligências confirmariam que o falso director da Polícia Judiciária era de facto o doutor tal e tal de Serrão, antigo delegado de Procurador da República, funções que abandonara há quinze anos para se integrar no sector administrativo, onde neste momento desempenha o cargo de director de serviços numa Repartição de Propriedade Industrial da Direcção-Geral do Comércio.

Como testemunha de defesa do réu, o director-geral daquele organismo: «O doutor Serrão, um funcionário superior... muito bem comportado...». Juiz: «Bem comportado? Então como justifica o senhor este gesto por ele praticado?». Director-geral: «Bem... não posso justificar... não sei... esse gesto...». Gesto que serviria igualmente de matéria-base para o depoimento dos três agentes-captivos, do fiscal do «Eden» e de um arrumador daquele cinema, sempre com o meritíssimo a frisar: «Repare-se que o cartão não era falsificado... estava apenas desactualizado». E o dr. Serrão a confessar tudo de uma prática (em que pelos indícios já não seria «virgem», antes pelo contrário), em voz muito baixa, como se tudo aquilo fosse só uma questão entre a sua importante pessoa e o juiz. Depois a sentença: «O réu utilizando o cartão de que era titular nos tempos em que exercia as funções de delegado de Procurador da República nesta comarca de Lisboa, o que já não acontecia com efectividade há cerca de quinze anos, ocupou no cinema «Eden» o camarote reservado às autoridades bem sabendo que o fazia à revelia da Lei pois já não tinha no momento nem exercia obviamente a função em tal cartão referenciada... pelo que vai condenado como autor material do crime na multa de cinco mil escudos, em alternativa no caso de

não pagamento, em 32 dias de prisão... para além dos custos».

«E a questão principal, baseada no facto do doutor Serrão se haver intitulado como director da Polícia Judiciária», interrogaram-se os agentes da PJ, interrogou-se o repórter, interrogaram-se os presentes. face a tal omissão da mais importante matéria constante nos autos.

Para onde havia sido relegada, se no acordão nem sequer aparecia referida? Seria tudo isto pelo facto de o réu se chamar Serrão (doutor) e ainda por cima desempenhar uma função superior? E se o réu se chamasse, por exemplo, Ambrósio (embora um Ambrósio bem vestido) e em lugar de funcionário superior fosse desempregado e tivesse um cartão «caducado» de aspirante (de qualquer serviço público)? Não teria ele sido severamente castigado (não por ter ido ao cinema «à borla») mas sim por se haver feito passar por director de uma corporação policial?

Ou não tivessem alguns presentes as condenações bem severas neste mesmo lugar de certos «Ambrósios» (e porque não de apelido Serrão) só pelo facto de se terem apresentado como simples agentes de uma qualquer polícia, ou como falsos médicos, ou até como falsos enfermeiros.

Mas não sejamos totalmente injustos (nem parciais). Após a leitura do acordão (ou melhor) antes de fechar o acordão, o juiz perguntaria ao fiscal do «Eden»: «Senhor fiscal, qual era o preço do bilhete?». Fiscal: «Sessenta escudos, senhor doutor?». Juiz ditando para a acta: «O réu terá ainda de pagar cem escudos de indemnização à gerência do cinema Eden»...

MANUEL GERALDO

Exposição sobre Tolstoi desde hoje na Gulbenkian

É hoje aberta ao público na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, uma exposição documental e fotográfica sobre a vida e obra de Léon Tolstoi, integrada nas comemorações do 150.º aniversário do seu nascimento. A exposição, que esteve em Paris e em Genebra, foi inaugurada pelo embaixador da URSS, Arnold Kalinin, pelo vice-director do Instituto de Literatura Universal da Academia das Ciências da URSS, Piotr Palievsky, e por membros do Conselho de Administração da Fundação.

OPINIÕES SOBRE TOLSTOI

As opiniões de escritores de diferentes países sobre Léon Tolstoi mostram o papel exercido pelo grande escritor russo na vida espiritual dos intelectuais estrangeiros e a influência por ele exercida sobre a literatura mundial. Estas opiniões desmentem, além disso, os pontos de vista falsos e não científicos que sobre Tolstoi ainda hoje são correntes na crítica literária burguesa.

Romain Rolland (França): «Nos melhores romances franceses que li até agora, os acontecimentos desenrolavam-se em torno de uma acção, de uma certa intriga. Neste caso, são cinco, seis, dez — e a própria vida. Os personagens são apresentados não só num certo momento de viragem espiritual, mas em todos os momentos da vida e sob todos os aspectos. As figuras são autênticas.

embora com frequência estejam cheias de contradições. Elas mudam imperceptivelmente (...). Causa-me admiração como é que Tolstoi, tratando os factos com tanto cuidado e reproduzindo a realidade dum modo tão escrupuloso, conseguiu prender-nos com tanta paixão a alguns dos seus heróis, cuja personalidade, com os seus mistérios, ele conseguiu desvendar com o instinto subtil de um profundo conhecedor dos corações humanos...»

Oscar Wilde (Inglaterra): «Tolstoi sabe «criar multidões na sua tela gigantesca, sem contudo a sobrecarregar. No início, as suas obras não nos proporcionam a sensação de unidade que constitui o maior encanto de Turgueniev, mas, depois que nos familiarizamos com os detalhes, descortina-se à nossa frente um todo completo que possui a grandeza e a simplicidade do género épico».

Anatole France (França): «Quando ele nos concita a termos fé, a sofrermos e a termos paciência, a sua abnegação heróica assume a forma duma luta tão impetuosa e um carácter tão decidido e diria, demolidor, que nos obriga a meditar e a duvidar, multiplicando as nossas forças».

Leão Feuchtwanger (Alemanha): «A quinta-essência da doutrina de Tolstoi, na sua última fase, reside na tese mais perigosa do Evangelho: «Não resistis ao mal». Mas quase toda a obra construtiva e viva de Tolstoi é um só apelo ardente e arrebatador: resisti ao mal!».

Charles Snow (Inglaterra): «Tolstoi é o maior de todos os romancistas e «Guerra e Paz» é o melhor dos romances até hoje escritos».

Arnold Kettle (Inglaterra): «Em Tolstoi não existe nada da psicologia

dos eleitos, nem uma gota da exclusividade de classe, social ou intelectual, que, com tanta frequência, diminui o valor da literatura moderna (...). A meu ver, o mais importante no talento admirável de Tolstoi é o seu dom de descobrir na arte um ponto de vista cujo fundamento é genuinamente popular».

Jaroslav Iwaszkiewicz (Polónia): «É de admirar a que ponto era Tolstoi moderno na sua visão da História, a que ponto corresponde ao estado actual da ciência tudo o que ele havia relatado sobre os seus processos mais profundos, e mais ainda, tudo o que ele apresentara através do teor e do desenrolar da acção na sua obra literária».

François Mauriac (França): «O génio de Tolstoi surpreende a minha imaginação sobretudo pelo facto de, tendo ressuscitado em «Guerra e Paz» toda uma época histórica, ter, paralelamente, através das figuras dos seus heróis, retratado nesse romance a sorte da Rússia muito para além dos limites dessa época».

Alejo Carpentier (Cuba): «Em «Guerra e Paz» Tolstoi deu-nos um modelo de romance épico que no nosso continente ainda está à espera do seu autor. Mas, além disso, ao apresentar um quadro monumental da vida russa, antes durante e depois da invasão de Napoleão, ele revelou-nos um mundo surpreendentemente parecido com o nosso — um mundo que conhecíamos, que suportamos e que ganhamos ao preço de tantos sacrifícios durante muitas gerações, a começar pelas primeiras batalhas pela independência — que, por um capricho da História, começaram nos mesmos anos em que Léon Tolstoi iniciou a sua actividade literária».

Edmundo Pedro processa três jornais de direita

O dirigente socialista Edmundo Pedro revelou em Gouveia que iria levar a tribunal um processo contra os jornais «O Dia», «Jornal Novo» e «Expresso».

Edmundo Pedro afirmou que aqueles jornais publicaram acusações injustificadas à sua pessoa, que são próprias da direita.

EVA, LDA



CABELEIREIRO EM PLENA ACTIVIDADE

MARQUÊS DE POMBAL, 1
R. C. CASTELO BRANCO, 23

Atenção moradores da Cruz de Pau, Barreiro e arredores

ESTEJAM ALERTA!

Não hesite, venha já visitar-nos, oferecemos bons preços, boa assistência e boa qualidade de compra do seu mobiliário, sinta o prazer de ser bem servido. Visite a nossa sensacional campanha de preços em mobiliário, agora da fábrica directamente ao público.

PREÇOS DE SENSAÇÃO

	ERA	É
Quarto casal moderno	24.000\$00	11.950\$00
Quarto criança moderno	15.000\$00	8.500\$00
Jogos de mapas (desde)	7.000\$00	4.500\$00
Quartos Século XVII — Mogno	29.000\$00	20.850\$00
Salas Século XVII — Mogno	38.000\$00	27.500\$00
Mesas de refeição — Mogno vidro	8.000\$00	4.950\$00
Cadeiras cromadas	2.200\$00	1.580\$00

GARANTIMOS TOTAL ASSISTÊNCIA

SOCIEDADE REVENDEDORA DE MÓVEIS, LDA.

Telefones: 86 19 65 - 87 40 07 - 87 33 60

Rua das Boiras, N.º 8-B — Cruz de Pau
Rua Professor João Prates, N.º 1-B — Barreiro

Apresente este anúncio e receberá a oferta surpresa

ABERTO ATÉ ÀS 21 HORAS E NA HORA DO ALMOÇO E SÁBADOS ATÉ ÀS 19 HORAS

ESQUENTADORES

5 LITROS 2490\$

10 LITROS 5290\$

RADIO PRIMAVERA

Rua Gomes Freire, 9-B
Lisboa - T. 549406 574042

TRIBUNAL DO TRABALHO DE LISBOA

2.ª PUBLICAÇÃO

O Doutor Manuel Cordeiro Mendonça Freitas, Juiz do 2.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa:

Faz saber que pela 2.ª Secção do 2.º Juízo deste Tribunal, correm editos de 20 dias contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos da executada Móveis Taborda, Lda, com sede na Rua Jesse Duro, n.º 26 A e B, Lisboa para o prazo de 10 dias posteriores a este edito, para apresentarem o pagamento dos seus créditos, pelo produto dos bens penhorados sobre que tem a penhora, total ou parcialmente, a execução de sentença proferida por Maria do Rosário Neves Alves dos Santos, contra a executada Móveis Taborda, Lda, com sede na Rua Jesse Duro, n.º 26 A e B, Lisboa, em 11 de Junho do ano corrente, no lugar de Casal do Borralho, da freguesia de Milhárado, do concelho de Matra, onde residia, os indivíduos seguintes:

Lisboa, 10 de Novembro de 1978.

O Juiz
a) Manuel Cordeiro Mendonça Freitas
O Escrivão
a) Vítor Manuel Mendes dos Reis

CARTÓRIO NOTARIAL DE ÁGUEDA

Certificado

Certifica-se, para efeitos de publicação, que pela escritura de 20 de Julho de 1978, lavrada de fls. 82 a fls. 82 V.º, do respectivo livro n.º 4994 e rectificada pela escritura de 7 do corrente mês de Dezembro, lavrada de fls. 18 a fls. 18 V.º, do respectivo livro n.º 996, deste Cartório, como aqueles foram habilitados como únicos herdeiros de Maria de São José da Cunha e Melo Romão, natural da freguesia de Ois da Ribeira, deste concelho e que faleceu, em 11 de Junho do ano corrente, no lugar de Casal do Borralho, da freguesia de Milhárado, do concelho de Matra, onde residia, os indivíduos seguintes:

a) seu marido, António dos Santos Romão, natural da freguesia da Lousa, do concelho de Loures e residente em Lisboa, com quem era casada no regime de separação absoluta.

b) sua mãe, Nazare Pires da Cunha, viúva, natural da freguesia de Ois da Ribeira, deste concelho e residente no lugar de Trassão, deste concelho de Águeda.

Águeda e Cartório Notarial, aos treze de Dezembro de mil novecentos e setenta e oito.

Esta conforme
O 3.º Adjunto,



CABEDAL e ANTÍLOPE CONFEPELE

APRESENTA MODELOS BASEADOS NA NOVA LINHA DA MODA

ODOS OS TAMANHOS
COMPRA NA FÁBRICA
PREÇOS DA FÁBRICA

RUA DO OURO

ENTRADA PELA RUA DA ASSUNÇÃO, 99

Em OLHAO o **Diário de Lisboa** está à venda no Quiosque da Praça Patrão Lopes

Carter felicita Mota Pinto

Por motivo da passagem na Assembleia da República do Programa do IV Governo Constitucional, o Primeiro-Ministro Mota Pinto recebeu felicitações do presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter. Mota Pinto recebeu também felicitações de vários chefes de Estado, nomeadamente, do primeiro-ministro do Canadá, Pierre Trudeau, do primeiro-ministro de Israel, Menahem Begin, do primeiro-ministro romeno, Manea Mănescu, e do primeiro-ministro egípcio, Mostapha Khalin.

CDS vai hoje a S. Bento

Uma delegação do CDS é esta tarde recebida pelo Primeiro-Ministro, em S. Bento, numa audiência pedida pelos centristas e que pretende analisar «alguns aspectos da situação política», segundo informação daquele partido.

Encabeçada por Amaro da Costa, presidente da Comissão Directiva do CDS, a delegação apresentará cumprimentos a Mota Pinto, em nome dos novos dirigentes centristas, e dará conhecimento das conclusões do Congresso do Porto, referiu o mesmo informador.

PARA UMA VISITA DE QUATRO DIAS "Número dois" de Cuba chega amanhã a Lisboa a convite do CR

Está prevista para as 8 horas a chegada amanhã a Lisboa do vice-presidente do Conselho de Estado da República Socialista de Cuba, Carlos Rafael Rodríguez, que se desloca a convite do Conselho da Revolução. A visita prolongar-se-á até sábado.

Rafael Rodríguez, considerado normalmente como o «número dois» da hierarquia cubana, terá dois encontros com o general Ramalho Eanes: o primeiro, amanhã à tarde, actuando Eanes na qualidade de presidente do CR; o segundo será na quinta-feira, desta vez com Eanes na qualidade de Presidente da República. Haverá ainda um encontro com o Primeiro-Ministro Mota Pinto e com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas Cruz.

Na sexta-feira o dirigente cubano será oficialmente recebido pelo Conselho da Revolução, no Palácio do Restelo, e, nesse mesmo dia, efectuará visitas a empresas, industriais da área de Lisboa, designadamente à Setenave.

Trata-se da primeira visita de

um dirigente da República Socialista de Cuba a Portugal, depois do 25 de Abril de 1974. Nada ventillou quanto aos problemas que serão abordados nas conversações de Rafael Rodríguez em Lisboa. Especula-se, todavia, sobre a abordagem de temas africanos, dada a presença cu-

ba em antigas colónias portuguesas (Angola e Moçambique) e à fase actual das relações destas com Lisboa. Destaque-se ainda que Cuba é um dos países com quem Portugal mantém relações comerciais mesmo antes do 25 de Abril, importando açúcar daquele país.

Sanches Osório "mina" o CDS

Tentando cavar espaço político à direita do próprio CDS, Sanches Osório, de novo a dirigir o PDC, encontra-se em digressão pelo Norte do País. Uma nota do gabinete de Imprensa do PDC diz que o secretário-geral daquele partido está a «contactar os delegados distritais e conce-
lhos» com quem estabelece «directrizes e a linha de estratégia

política rumo às próximas eleições». Acrescenta a referida nota que Sanches Osório será alvo de diversas «sessões de homenagem pelo seu regresso ao PDC, partido que dirigiu até (a intenciona de) 11 de Março de 1975. Nas primeiras semanas de Janeiro, diz o PDC, Sanches Osório estará no Sul do País com idênticos objectivos.

Jacinto Nunes diz aos "fans" da Europa que não é vergonha ser pobre

Representantes de todos os países da Comunidade Económica Europeia e bem assim da Espanha e Grécia, participam no Seminário da Juventude para a União Europeia que desde ontem de manhã está a decorrer na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

O Seminário abriu com uma intervenção do vice-primeiro-ministro, prof. Jacinto Nunes, que sublinhou a exigência de a

Europa ter de ajudar Portugal «por motivos políticos e económicos, no esforço que o País tem que fazer para se poder juntar à CEE».

Assistiu à sessão inaugural o dr. Vitor Constâncio, Presidente da Comissão para a Integração Europeia e foi apresentada pelos deputados Lucas Pires (CDS) e António Rebelo de Sousa (PSD) uma comunicação subordinada ao tema «A situação política portuguesa no contexto europeu».

Ao falar aos «jovens» defensores da união da Europa capitalista Jacinto Nunes disse-lhes, depois de advertir que Portugal é um dos países mais pobres deste continente, que «não é vergonha ser pobre. Vergonha é, sim, disse o vice-primeiro-ministro, recusarmo-nos a lutar por deixar de sê-lo. É esta luta que o Governo a que tenho a honra de pertencer está determinado a conduzir».

«Sem prejuízo de procurarmos manter e alargar as nossas relações com todos os países do Mundo. É na Europa que nos situamos e é na Europa que queremos viver» — continuou.

«Economicamente, a nossa futura adesão ao Mercado Comum constitui um desafio ao nosso projecto de criar melhores condições de vida e de justiça social para os portugueses. Os nossos propósitos de acelerar o crescimento económico-social do País — imperativo do governo — só podem ser estimulados pelos esforços que temos de desenvolver em ordem a juntar-nos à Comunidade Europeia».

Jacinto Nunes concluiu a sua intervenção afirmando que se pedimos tratamento especial aos outros membros da CEE e como condição para a nossa entrada na Comunidade, «não é para a sombra deles nos refugiarmos na indolência, no «dolce

farniente» com que delapidámos o período que nos foi concedido pelo anexo G, quando da nossa adesão à EFTA».

O Seminário prossegue, hoje, em Lisboa e continuará até à próxima sexta-feira. Ontem ainda, há a destacar a intervenção do prof. Jorge Miranda, membro da Comissão Constitucional que referiu aspectos parciais da Constituição que exigem ajustamentos para a adesão de Portugal à CEE.

Jorge Miranda entende que estes problemas não são excessivamente graves, tanto mais que podem ser revistos na Constituição, a partir de 1980. Acentuou-se no entanto que, à luz da Constituição, representantes dos Açores e da Madeira deviam participar nas negociações para a integração de Portugal na comunidade, podendo dar-se o caso de aquelas regiões virem a exigir o regime especial.



movestar Móveis e Decorações, Lda.

NOSSA GAMA LINHA 79, A PREÇOS ESPECIAIS DE LANÇAMENTO
ATE FINS DE DEZEMBRO

GARANTIMOS NOSSA QUALIDADE DO MOBILIÁRIO
E DAMOS FACILIDADES DE PAGAMENTO

Quarto de casal electricado	11 850\$00
Quarto de jovem electricado	11 900\$00
Móvel para sala electricado	13 500\$00
Mesa extensível com cadeiras	6 900\$00
Sofa cama 2 lugares	5 100\$00
Sofa cama 2 lugares com garantia, em veludo de Dracon	16 000\$00
Canto 3 elementos com garantia, em veludo Dracon	16 000\$00

ELECTRODOMESTICOS • ALCATIFAS • CANDEEIROS
ABERTOS DAS 9.30 AS 19 HORAS — SABADOS DAS 9.30 AS 13 HORAS

FAZEMOS ENTREGAS IMEDIATAS EM QUALQUER PONTO DO PAIS

AVENIDA DUQUE DE LOULÉ, 114 - 122

TELEFONES Secção de Vendas Escritórios Fábrica
5 96 08/9 5 96 12 92 39 88

MOTOPEÇAS

FÉRIAS — TEMPOS LIVRES * * * * * AQUARIOFILIA



GRANDE EXPOSIÇÃO DE
MATERIAL NACIONAL E
ESTRANGEIRO PARA CAM-
PISMO, PRAIA E AGORA
TAMBÉM AQUARIOFILIA



Andre JAMET

VITÓRIA
DE
MATOSINHOS

Repimpa

KARRIMOR

MONTE
CAMPO

(Tendas)

(Colchões)

(Mochilas)



(Grelhadores)



(Caixas isotérmicas)



(Sacos de dormir)



(Material de queima)



(Pilhas e lanternas)



ATÉ 10 DE JANEIRO DESCONTOS QUE VÃO DE 10 A 15 % !
(ATÉ ESTA DATA ESTAMOS ABERTOS AOS SÁBADOS DAS 10 AS 20 HORAS)

RUA ANTÓNIO ENES, 23 (à Av. Duque d'Ávila) Tel. 539620 — LISBOA



**SINDICATO
DAS INDUSTRIAS
ELÉCTRICAS
DO SUL E ILHAS**



CONCENTRAÇÃO

De Trabalhadores das Empresas com Salários em Atraso
e Irregularidades no Cumprimento do Pagamento

**4.ª-feira — 20 Dezembro — 19 horas
junto ao Ministério do Trabalho,
Praça de Londres**

- PELO PAGAMENTO DE SALÁRIOS EM ATRASO!
- PELA DEFESA DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA!
- CONTRA A REPRESSÃO PATRONAL!
- CONTRA OS DESPEDIMENTOS / PELO DIREITO AO TRABALHO!
- CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!

NA UNIDADE A FORÇA DOS TRABALHADORES

Camaradas:

Perante o aumento desenfreado do custo de vida, é cada vez mais difícil a situação dos trabalhadores portugueses na luta aspera pelo PÃO e pela sobrevivência. É ainda mais difícil e insuportável para os trabalhadores com salários em atraso.

Por tudo isto, o SINDICATO DAS INDÚSTRIAS ELÉCTRICAS DO SUL E ILHAS, apela à solidariedade dos trabalhadores do sector, de todos os democratas, mulheres, jovens e reformados, de todos aqueles que estão e estarão empenhados na defesa dos caminhos abertos pelo 25 de Abril, a participarem na concentração do dia 20/12/78 pelas 19 horas, junto ao Ministério do Trabalho.

QUE NINGUÉM FALTE À CONCENTRAÇÃO

Lisboa, 15/12/78

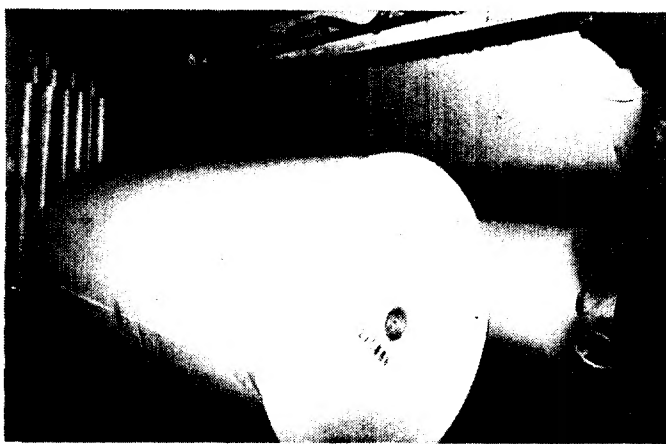
Processos disciplinares contra CT do Cachão

O problema com a comissão de trabalhadores do Cachão, a que já anteriormente fizemos referência (manobras e boatos no sentido de fazer acreditar que a permanência da CT eleita levaria ao encerramento daquele complexo) sofreu um agravamento com a instauração de processos disciplinares, pela administração, aos elementos dessa CT, com suspensão preventiva de dois deles.

Nas cartas que lhes foram enviadas a administração junta «notas de culpa» em que os trabalhadores em questão são acusados de se haverem dirigido por carta, comissão instaladora do complexo, em termos injuriosos e de haverem dado publicidade a essa carta. Como também noutra altura, já havíamos noticiado, o problema levantara-se em torno da aprovação dos estatutos da CT, tendo esta pergun-

tado por carta à CI, se havia nos seus estatutos «alguns pontos proibidos por lei ou que prejudiquem o normal exercício das competências e funções inerentes à hierarquia administrativa, técnica e funcional do complexo», como a mesma CI invocava. A isso a CI respondeu com a ameaça de processos disciplinares que agora acabou por concretizar. Nas cartas que acompanham as notas de culpa a CI diz ter havido «falta grave» e ter, assim, «a intenção de despedir os visados».

Entretanto, está marcada para hoje uma reunião geral de trabalhadores do complexo, convocada pela comissão de delegados sindicais, cuja ordem de trabalhos incide sobre a recondução da comissão eleitoral (que preparou as eleições da CT do último ano) ou escolha de uma nova comissão eleitoral.



Indústrias gráficas preparam greve

Em plenário agora efectuado, os trabalhadores abrangidos pelo CCTV das indústrias gráficas e de transformação do papel aprovaram por unanimidade e aclamação, uma jornada de luta através de uma paralisação no primeiro período de trabalho no próximo dia 27 de Dezembro, jornada esta que estava dependente de as entidades patronais corresponderem ou não às aspirações dos trabalhadores até ontem dia 18.

Segundo informação dada esta manhã pelo Sindicato dos Gráficos do Porto, as entidades patronais mantiveram a sua posição pelo que a jornada de luta se concretizará no dia indicado. Em comunicado da Federação dos Sindicatos das Indústrias abrangida pelas negociações do CCTV referido, acrescenta-se que os sindicatos já haviam feito as suas propostas para previsão das tabelas salariais e cláusulas de expressão pecuniária em 4 de

Setembro, último, obtendo contraproposta patronal que consideraram insuficiente dado não prever mais do que 13 por cento nos salários além de não consagrarem os subsídios de alimentação e actualizações mínimas.

Esta posição foi mantida depois em termos praticamente idênticos nas negociações subsequentes, até que em 30 de Novembro, acrescenta o Secretariado, «as entidades patronais assumiram uma atitude de pressão» fixando o aumento salarial em 15 por cento com ameaça de interrupção das negociações e pedido de intervenção do MT, posição essa que de novo se renovou, por parte das entidades patronais, em reunião de 12 de Dezembro corrente. Nestes termos, em plenário efectuado no último fim-de-semana, os sindicatos abrangidos pelo CCTV já citados tomaram a posição que igualmente acima referimos.

Desintervenção na Jacinto levanta oposição

«O exemplo do que tem acontecido nas empresas desintervencionadas, em que o regresso dos patrões traz a repressão, os despedimentos, a liquidação da organização dos trabalhadores, é suficiente para formarmos uma forte barreira em defesa da intervenção e impedirmos, que o Governo faça na nossa empresa, o que foi feito na Real Vinícola, na Abel Alves, Figueiredo, etc», lê-se num comunicado que nos

foi dirigido pelo Secretariado da célula do Partido Comunista Português, e um grupo de militantes do Partido Socialista da Fábrica de Fiação e Tecidos, Jacinto

«que preocupados com o futuro da nossa empresa têm reunido em conjunto» e apelam a todos os trabalhadores para que reforcem a sua unidade e organização com vista a impedir «o regresso do patrão sabotador e a reprivatização» daquela empresa.

O comunicado considera «que os trabalhadores devem ser ouvidos em tudo que diz respeito ao futuro da empresa» e estranham «que o Ministério da Indústria e Tecnologia se mostre tão antenado para quem tudo fez para sabotar a empresa, enquanto as propostas dos trabalhadores têm sido ignoradas».

EM FRENTE AO MT

Trabalhadores sem salário concentram-se amanhã

Os trabalhadores que desde há vários meses não recebem salários, concentram-se amanhã, às 19 horas, em frente ao Ministério do Trabalho, numa manifestação apoiada pela União dos Sindicatos de Lisboa e pela Cintura Industrial de Lisboa.

Só no distrito de Lisboa estão sem salários mais de 50 mil trabalhadores, «vítimas do boicote activo de algumas entidades patronais aos seus mais legítimos direitos e garantias, ou ainda em consequência da política de capitulação dos últimos Governos perante o FMI que tem levado inúmeras empresas a situação económica difícil, quando não à falência, reclamam urgentes medidas que ponham cobro, com brevidade, a esta grave situação em que se encontram».

declara em comunicado a Comissão Dinamizadora das Empresas com Salários em Atraso.

Engrossando o vasto número de trabalhadores sem salário, também os trabalhadores da linha do Oeste e do troço de via de Lamas a Coimbra, da CP, não receberam ainda os salários de Novembro nem o décimo-terceiro mês que costuma ser pago adiantadamente.

De acordo com informações sindicais, ao que se sabe, a empresa não dispõe ainda de verba para liquidar os salários do mês de Dezembro, ignorando-se qual a solução que irá ser adoptada.

Entretanto, largos sectores de trabalhadores têm apoiado através de moções de solidariedade, a concentração de amanhã.

CNS desmonta campanha patronal

Continuação da pág. 2

xibilidade patronal, a degradação das condições de trabalho dos jornalistas, e as intervenções do actual Governo na RDP e RTP, empresas públicas da Comunicação Social, levantam sérias e justificadas apreensões nos sectores democráticos da profissão. A Constituição e a Lei de Imprensa são claras na garantia da liberdade de expressão e da independência da informação, em particular da pertencente ao Estado e cuja importância e irreversibilidade tem sido defendida pela generalidade dos jornalistas. Não está em causa a existência de órgãos privados, mas poderá estar, a breve prazo, a do sector

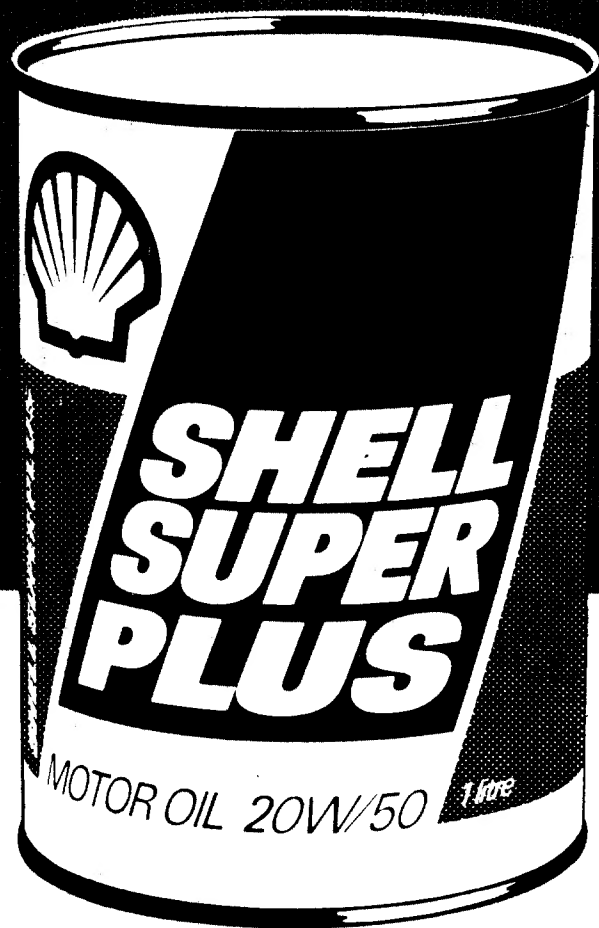
público e intervencionado. A reestruturação necessária deverá por isso atender aos princípios constitucionais que garantem o seu pluralismo e independência, bem como a audição dos trabalhadores, cuja participação no futuro das suas empresas não pode ser iludida. Os trabalhadores da CS, entre eles os jornalistas, têm vindo a «pagar» a crise do sector. Mas, serena e responsavelmente, recusam ser o «bode expiatório» de uma situação que não provocaram. A sua luta e unidade faz-se em torno dos seus direitos, liberdade e da independência da informação, que deverá ser colocada ao serviço dos reais anseios do povo português e das suas classes trabalhadoras.»

a **SHELL** lança mundialmente

**SHELL
SUPER
PLUS**

Agora, ao seu dispor, e ao mesmo tempo que no resto do mundo, o novo óleo da SHELL — o SHELL SUPER PLUS. Estudado até ao pormenor — ao longo de 5 anos. Duramente testado. Aprovado por todos os grandes fabricantes de automóveis e excedendo as especificações técnicas da API e CCMC (American Petroleum Institute e Committee of European Common Market Automobile Constructors). A utilização do SHELL SUPER PLUS é uma nova e espectacular protecção para o motor — dura mais tempo e poupa o carro. Poupa-lhe dinheiro.

o óleo ao seu nível



O «ferry» estremeceu e silenciou. Cabos passados, prancha descida, motores em marcha. O homenzinho pedia boleia, que a chuva batia forte e a carreira «tá bem, tá». Servente, gasto, mãos possantes, calejadas. «A companhia diz que não pode, mas a gente ainda pode menos», ia dizendo, enquanto à direita, em grandes letras vermelhas sobre uma parede de blocos, a sigla «AC» ficava para trás, numa correnteza de escritórios de bom aspecto.

«Era aqui dantes, a companhia, aqui na Tróia...» A cidade fantasma, abandonada, cartaz folclórico, atracção turística, ameaças de betão e pontas de ferro já ferrugento apontando ao céu cinzento, madeiras envelhecidas, uns andaimes algo frustrados, vedações violadas, patética indefinição de fronteiras. «São uns biscatozinhos de quando em vez, para desenrascar, que a venda já não fia e os filhos é que não têm a culpa, não é? Então como é que a gente podia aguentar? A companhia não paga à gente, não tem dinheiro. Esta vossumecê a ver?»

Estava a ver, estava a ver o desemprego e também os milhares de empregados com os salários atrasados, os direitos humanos. A crise da habitação, da construção civil. Estava a ouvir Mota Pinto: «A população portuguesa e a austeridade devera ser justamente repartida, ter de consumir o que corresponde ao seu trabalho. (...) não se conseguindo o fortalecimento da democracia, na prática, na mente e no sentimento dos portugueses, com emocionais afirmações de retórica». Claro.

Numa recente exposição à Assembleia da República, posteriormente divulgada na imprensa diária, afirmavam os engenheiros do quadro técnico da empresa AC-Trabalhos de Arquitectura e Construção SARL, intervencionada há quatro anos: «Apesar das dificuldades da situação, a AC é neste momento uma unidade de produção a fun-

cionar, uma unidade tão válida como qualquer outra, com as suas estruturas intactas, a sua rotina técnica e administrativa em funcionamento, os seus quadros, os seus encarregados e o seu pessoal, num total de cerca de 1500 trabalhadores». E que «a liquidação da empresa é decisão que não se pode aprovar, sobretudo se nesse sentido o Governo adoptar processos equívocos e disfarçados, processos que se reprovam com indignação».

Entendeu o «DL» oportuno ouvir com mais desenvolvimento aquele quadro técnico sobre o assunto, tendo para o efeito contactado alguns dos seus engenheiros — Vieira de Sá, Araújo Gomes, Alves Dias e Murta Marcos, a quem colocou algumas questões.

«DL» — Que circunstâncias determinaram o pressuposto referido na vossa exposição à AR, de acordo com o qual poderá o Governo ter adoptado, ou estar adoptando, processos equívocos e disfarçados conducentes à liquidação da empresa?

AC — Parece-nos conveniente começar por salientar que quando nos referimos ao Governo, na citada exposição à AR datada de 20 de Novembro passado, o Governo em exercício era o do eng. Governador da Costa, embora nos seus últimos dias de gestão. Mas é igualmente importante esclarecer que para nós, técnicos e co-responsáveis duma unidade de produção deste País, o Governo deve ser entendido como uma outra unidade, cuja acção não pode estar sujeita a soluções de continuidade, porque a sua enorme e total responsabilidade perante o País não se compa-

ENGENHEIROS DA EMPRESA AC AO «DL»

Na Construção Civil «sim não é motivo para alarmar»

dece com intervalos para mudanças, com curtos ou longos períodos de produtividade reduzida, diríamos em resumo, com maiores ou menores tempos de irresponsabilidade consentida. E o que é facto é que o AC tem sido fortemente prejudicado (e quem o não tem sido afinal?) com estes períodos que nós classificamos de irresponsabilidade consentida. Uma imagem que talvez traduza a situação poderá ser a do polícia que, por não estar de serviço, assiste com displicência e de consciência tranquila à lenta agonia dum acidentado, a quem uma ajuda enérgica e oportuna poderia certamente salvar. Foi o que se passou, muito em especial com o Governo Nobre da Costa. E como não acreditamos que as pessoas possam ser tão inconscientes e irresponsáveis como isso, a hipótese alternativa é de que se tratou duma actuação deliberada, intencional e objectiva, conducente de facto ao surgimento das condições necessárias à desestabilização da empresa, à sua autodestruição e ruptura definitiva.

«UM VERDADEIRO MONTE DE FOLHAS SOLTAS...»

«DL» — Factos? AC — Factos? A sua enumeração seria fastidiosa e porventura enervante, mas citaremos alguns como exemplos:

a) Em Maio deste ano o Governo declarou a empresa em situação económica difícil, reconhecendo simultaneamente perspectivas de rentabilização e admitindo a possibilidade da sua viabilização económica através de esquemas legais de saneamento financeiro. Mandou efectuar um estudo económico da empresa, por uma terceira entidade, com base no qual deveria o MHOP apresentar no prazo de 60 dias a Conselho de Ministros, um estudo pormenorizado de solução futura para a empresa. Até hoje!

b) Directamente associado ao facto anteriormente referido, e com grande espanto de todos nós, oficiou o MHOP em 13 de Novembro passado no sentido de solicitar à Comissão Administrativa da empresa que esta apresentasse uma proposta de solução do problema. Pode de facto perguntar-se para que terão então servido todos os estudos efectuados, toda a documentação produzida, todos os contactos havidos? E porque não adoptou o Governo tal medida, quanto a nós inédita, surpreendente e apenas destinada a fazer passar o tempo, antes de ter decidido prorrogar a intervenção por mais 6 meses, como entretanto fez, 5 dias antes, em 8 de Novembro?

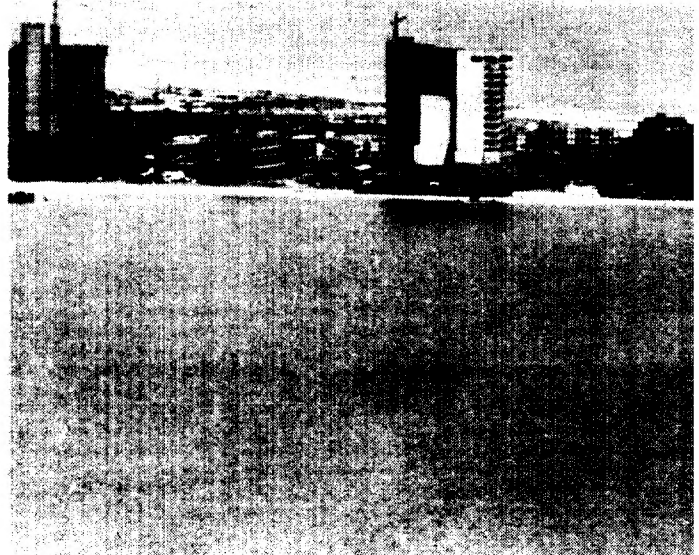
c) Ainda directamente associado aos dois factos anteriores, foi-nos confirmado pelo secretário de Estado da Habitação do Governo Nobre da Costa que o tal estudo económico há pouco referido, andou dois meses perdido na SEH. Sucedeu até, curiosamente, que tivemos a infeliz oportunidade de assistir à sua recuperação, um dia, na própria SEH, enquanto aguardávamos por uma reunião: entrámos numa sala de espera, entrou uma senhora secretária com um monte de papéis agarrados com ambas as mãos, depositou-os em cima da mesa, era o estudo económico do AC! Era indiscutível o seu aspecto: outrora ordenado, agridado, encaixado, agora um verdadeiro monte de folhas soltas, desencontradas, umas para cima outras para baixo, os anexos misturados com o texto, enfim, uma lástima. Claro que a responsabilidade era da anterior equipa, era sempre assim... E nós a vermos ali espelhado o esmero e atenção com que o problema AC estava a ser conduzido pelo Governo. Desanimador, de facto.

A INTERVENÇÃO ESTATAL

«DL» — Como chegou à vossa empresa à situação em que actualmente se encontra, isto é, quando e porque começaram os problemas?

AC — Como teria aqui cabimento aquela frase feita que diz que para se morrer só é preciso estar-se vivo! De facto o AC existia, pura e simplesmente, e como tal era uma unidade de produção como qualquer outra, conjuntamente condicionada. O que pode desde já dizer-se é que a história recente do AC revela factos extremamente positivos, motivo de orgulho aliás, para todos os seus trabalhadores, que disso têm consciência. O AC nasceu em 1969/70 e daí até ao 25 de Abril de 1974 quase que trabalhou em exclusivo para um único cliente, a TORRALTA, em Tróia e na Serra da Estrela; dispunha por essa altura de 3.000 trabalhadores e dum valioso quadro técnico e administrativo. O seu parque de equipamento era, como é ainda, volumoso e evoluído, e a empresa, na sua globalidade, caracterizava-se pela sua grande dimensão e pela excelente qualidade do trabalho produzido no sector da construção civil habitacional e turística. O AC, sem qualquer sombra de dúvida, era um excelente cartão de visita para todos os que lá trabalhavam. Mas para além de construir para um cliente apenas, como já se disse, fazia-o por administração directa.

Surge o 25 de Abril, a Torralta entra em dificuldades e as obras têm que parar (devendo a Torralta ao AC em Dezembro de 1974, 284 000 contos). E o AC vê-se assim, quase dum dia para o outro, com 3.000 trabalhadores sem trabalho, e com todo um potencial imobilizado. Dá-se, necessa-



Torralta, Tróia: um exemplo da qualidade do trabalho prod

riamente, a intervenção do Estado na empresa. Havia que modificar a situação com a maior urgência, e neste sentido o AC começa por tentar a sua inserção no mercado concorrencial do sector, estruturando-se e reconvertendo-se de forma a começar a trabalhar em regime de empreitada e de passar a concorrer às obras públicas, onde as houvesse. Ai surgiu a necessidade de dispersão dos seus milhares de trabalhadores por obras a iniciar de Norte a Sul do País, o que levanta problemas pelo facto de na sua maioria, os trabalhadores serem oriundos da agricultura e do Alentejo. A sua adaptação às novas condições é difícil, a flutuação é constante, e daí os problemas. O facto é que foi, no entanto, o próprio Governo, que reconheceu publicamente, em Agosto deste ano, que a empresa evidenciava uma sensível recuperação sob o ponto de vista económico-financeiro, após ter reconvertido a sua actividade, orientando-se para a execução de obras públicas, numa altura em que estão em curso mais de trinta obras espalhadas de Norte a Sul do País, num valor aproximado de 800 000 contos.

E o mérito é tanto maior quanto é certo que outras empresas, à partida em melhores condições que o AC, não conseguiram igualmente resistir aos condicionamentos, e hoje já não existem.

A BANCA NACIONALIZADA? UM EQUÍVOCO

Pode dizer-se então que os problemas actualmente existentes, de carácter eminentemente financeiro, têm dois tipos de origem: por um lado a actuação da Banca, que a pretexto da situação gerada logo após 1974

na fase de reconversão da empresa, a qual implicou naturalmente os seus custos materiais, alega o passivo elevado que a caracteriza (que por via dos juros aumenta anualmente, tornando-o irremediavelmente exagerado), para lhe fechar completamente as portas, não concedendo uma única garantia bancária e por isso levantando as maiores dificuldades à empresa, impossibilitando-a desta forma de ir a concursos, de assinar contratos, de recuperar garantias retidas, etc., para já não falar duma simples linha de crédito à empresa, como é normal em qualquer actividade industrial.

A isto chama-se asfixia; e não se percebe como ou porquê o nosso Ministério da Tutela, o nosso maior responsável portanto, se conforma, e

admite a manobra, a menos que com ela esteja solidário, situação que a verificar-se, temos de o reconhecer, é duma ambiguidade inacreditável.

Por outro lado, o facto de a facturação por nós mensalmente emitida, e nunca sera demais repetir que a empresa está ainda em laboração, facturação correspondente a trabalhos realizados nas obras em curso, não estar a ser atempadamente liquidada pelos respectivos clientes, é outra das origens dos problemas. Os débitos à empresa elevam-se neste momento a qualquer coisa como 100 000 contos! Com a curiosidade de todos os clientes em causa serem ao fim e ao cabo, Estado, isto é, ministérios, autarquias e outros organis-



«A irresponsabilidade consentida AC» — desabafo ao «DL» dos po empenhados em não deixar ir unidade de pro

mos oficiais ou públicos. É bom de ver-se que não é fácil a sobrevivência nestas condições; e de quem é a responsabilidade? Da empresa?

«DL» — Quais os reflexos, na prática, dos problemas referidos? AC — em primeiro lugar, o atraso de 5 meses de salários a todos os trabalhadores da empresa. A seguir, o facto de se encontrarem as obras deficientemente dotadas de materiais. E como efeitos secundários podemos referir a intraquilidade e desequilíbrio em que os trabalhadores se encontram, um rendimento de trabalho inferior ao normal, uma taxa de absentismo cada vez maior («a população portuguesa terá de consumir o que corresponde ao seu trabalho»: sim, professor Mota Pinto primeiro os ma-

“TALUDA” do NATAL

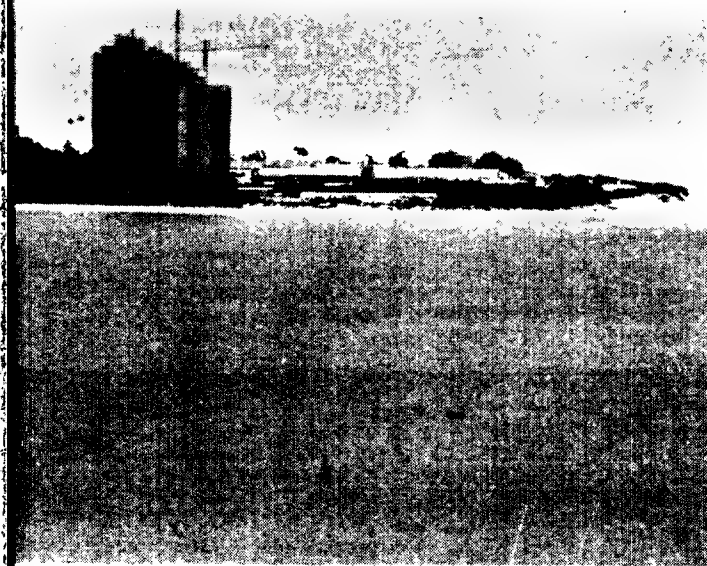


316.800 contos em prémios!

5.ª feira

Simulação"

es



zido no sector da construção civil habitacional e turística

teriais e as ferramentas, e depois as próprias obras, o betão, as serralhas, que sempre são um pouco mais indigestas, porque para pão não há dinheiro, nem para «emocionais afirmações de retórica», obras atrasadas e em deficiente situação económica, ameaças de rescisão de contratos por parte de alguns clientes, os fornecedores exigindo pronto-pagamentos, quando não pagamentos adiantados e até por vezes recusando futuras relações quando de posse dos necessários créditos, dificuldades na colaboração de subempreiteiros, enfim, um quadro tanto mais desanimador quanto é certo que tal é devido à inoperância do Governo, que ao longo do tempo e na



tem prejudicado fortemente a os entrevistados, engenheiros ou água abaixo uma importante lução deste País

prática, limitou a sua tutela à prorrogação sucessiva da intervenção, e já lá vão quatro anos, sem que se tenha entretanto debruçado a sério sobre o modo como a desintervenção se deverá processar. Inoperância tanto mais responsável quanto é do seu conhecimento, ou tem obrigação de o ser, que a instabilidade na empresa é latente e que se está muito perto do limite do que é possível pedir-se aos trabalhadores, em sacrifício, sensatez, compreensão e cooperação na superação das dificuldades, sem que se corra o risco de acusação de práticas demagógicas, como disse Mota Pinto, e muito bem, ao ser empossado. E que se começa a estar cansado, a repetição é frequente, as variações não chegam para superar a monotonia e o

cado público.

Uma semana mais tarde, é o «Diário Popular» que a toda a largura da sua primeira página, informa que por motivo de corte orçamental para 1979, vai parar a construção de habitações sociais. Por esses dias vai o Presidente do FFH à RTP 1 produzir idênticas considerações, e mais tarde é a RTP 2 a reportar os mesmos factos. Entretanto é o movimento das cooperativas de construção a manifestar as suas dificuldades e preocupações em relação ao futuro.

Considerar que as recentes afirmações do ministro pretendem constituir um desmentido do IV Governo a informações prestadas pelo III, é afinal uma forma de certo modo original de encerrar a situação, dado que a equipa é a mesma.

Considerar que o direito de simulação (como o direito de tempo de antena, e outros direitos) é uma saudável prerrogativa do Governo, assaz motivadora dum jogo mais vivo, mais dirigido à inteligência dos cidadãos, finta para a esquerda, fuga pela direita, enfim, são táticas; mas então a retórica e a demagogia?

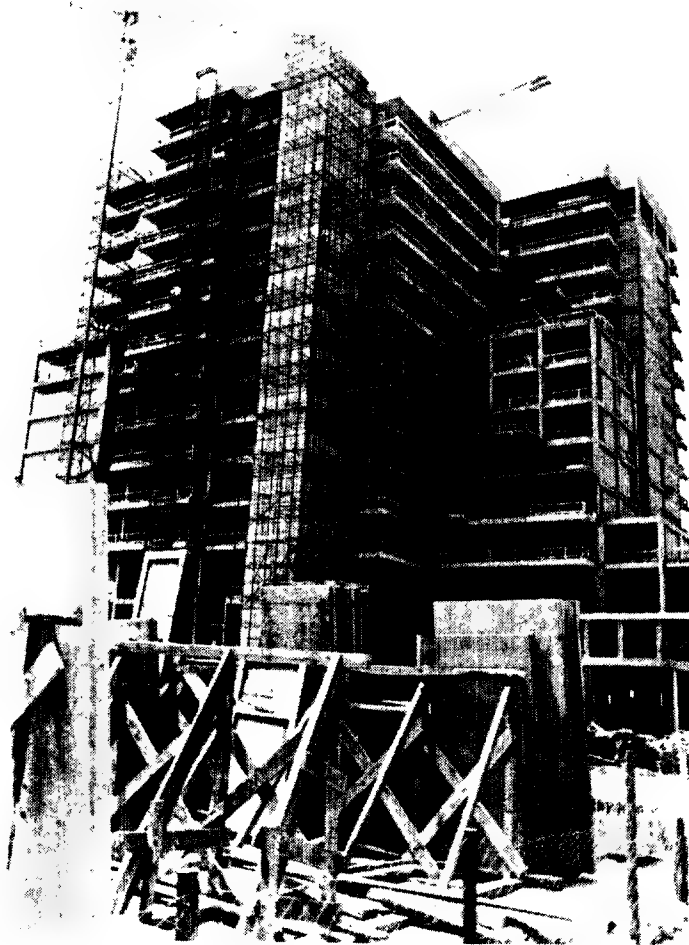
Quando o ministro diz que não houve cortes nem reduções (embora segundo ele próprio, o orçamento ainda não esteja feito), estará a referenciar os valores de 1978 ou os inflacionados para 1979? Porque se é aos primeiros que se refere, então houve mesmo cortes. Mas já houve ou vai haver?

NATAL À PORTA COM CINCO MESES DE SALÁRIOS EM ATRASO

No que à empresa diz respeito, é evidente que o facto do Estado nos dever, directo ou indirectamente, cerca de 100 000 contos, referentes a facturação emitida, é sinal que os diversos organismos nossos clientes não têm dinheiro para pagar: isto é uma facto real, é-nos dito quase diariamente por presidentes de Câmaras, engenheiros, fiscais, etc.. O estranho é que continua a assistir-se ao anúncio de novos concursos públicos, os quais se referem a obras a realizar em 1979/80, o que se por um lado pressupõe haver dinheiro, por outro levanta a dúvida se não estará o Estado a contar já com o financiamento «compulsivo» das empresas adjudicatárias. Pois que a realidade, no AC por exemplo, é que são os 5 meses de salários atrasados dos seus trabalhadores que estão a financiar muitas das obras.

DL» — Para finalizar, como pensam que a situação irá evoluir, a curto prazo?

AC» — A situação está a evoluir de facto para a ruptura. Temos alertado, nós os quadros, a Comissão de Trabalhadores, a Comissão Administrativa, todos afinal, para a fragilidade da situação, para a instabilidade em que nos encontramos. O acesso às entidades mais responsáveis tem sido muito difícil, é verdade: a nossa Comissão Administrativa (de que dois dos quatro elementos que a constituem estão demissionários há um mês), não tem conseguido que o mi-



As verbas estatais chegarão para acabar as obras em curso?

nistro a receba, nem tão pouco o SEH, e no entanto parece que o contacto estreito, agora mais do que nunca, poderia resultar em oportunos esclarecimentos e tentativas de orientação; quanto a nós, a resposta do ministro a um pedido de audiência formulado em 22 de Novembro pas-

sado, foi que nos dirigissemos à nossa Comissão Administrativa; fizemo-lo, analisou-se a situação, solicitámos à C.A. que, segundo instruções do ministro, fosse portadora do nosso pensamento; nesse mesmo dia solicitou, ou melhor insistiu a C.A. no pedido de audiência já há mais

tempo formulado; até hoje.

Começam a surgir sinais de perturbação e cedência, subscrevem-se moções que embora recheadas de considerandos correctos, sensatos e oportunos, apresentam propostas menos ponderadas, limitativas e por isso arriscadas. Estava previsto, de há muito que estava previsto e nós temo-lo dito publicamente; a paciência está a esgotar-se: alguns quadros solicitam a concessão de licenças a partir de Janeiro, a desmotivação e o absentismo acentuam-se.

Nós estamos em crer que se até ao fim do mês o Governo não demonstrar, por actos concretos, que o problema do AC se resolve numa forma positiva, então é perfeitamente legítimo admitir que a verdadeira intenção do Governo é declarar proximamente a falência da empresa. Dizêmo-lo porque, tendo já alguns dos nossos próprios clientes percebido claramente a situação, nos marcamos igualmente como limite o fim do mês para decidirem desencadear o processo de rescisão de contratos, caso não vejam o problema de fundo da empresa resolvido.

O Governo, que por via da intervenção é afinal o responsável pela empresa, terá efectivamente que assumir essa responsabilidade, e o facto é que ela aumenta por cada dia que passa, na razão directa do sacrifício em que todos os seus trabalhadores estão empenhados, dos prejuízos inerentes à situação em que as suas obras podem vir a ficar, da dependência em relação ao AC de muitos dos seus fornecedores e subempreiteiros, na razão directa ainda de todo o esforço desenvolvido ao longo dos anos por toda uma equipa colectiva de trabalhadores que muito de positivo estruturou e consolidou, na razão directa finalmente da crescente indignação perante toda a inoperância de sucessivos governos, perante toda a soma de contradições, indecisões e situações equivocadas que têm vindo a ser verificadas.

O Governo, voluntária ou involuntariamente, assumirá toda a responsabilidade dos seus actos; o desejável é que perante o País e a opinião pública, perante o sector da construção civil e perante a própria empresa, o faça com a dignidade que lhe é inerente.

20º ANIVERSÁRIO A. OLIVEIRA

ELECTRODOMÉSTICOS

PREÇOS COMEMORATIVOS PARA

500 TELEVISORES

500 FRIGORÍFICOS

500 RÁDIOS

500 FOGÕES, etc.

10 PIANOS

10 ÓRGÃOS

AV. ALM. REIS 91 LISBOA

R. ANGELINA VIDAL 63-65 LISBOA

TELEFONES: 536308/530838 TELEG.: OLIRA

530323/821938 TELEX: 14104

822687 RADIO TELEF.: CUY 2324

Contra a apresentação deste anúncio

valorizamos para efeito de troca o

seu velho TELEVISOR em — 3000.00

(OFERTA LIMITADA AOS PRIMEIROS 50 CLIENTES

INSCRITOS EM LISTA CUJA ORDEM SERÁ RESPEITADA)

PAPEIS DE PAREDE

ALCATIFAS

QUALIDADE ECONOMIA

REVESTIMENTOS PLÁSTICOS

R. José Duro 22 D (Alvalade)
Lisboa Telex 89 2057/80 0616



CENTRO DO LIVRO BRASILEIRO, LDA.
R. ALMIRANTE BARROSO, 13-2.º Tel. 550166/7/8 - LISBOA
RUA 31 DE JANEIRO, 146 - Tel. 21795 - PORTO
PORTUGAL

Uma oferta indispensável nas suas compras de Natal

Visite as nossas livrarias.

Lisboa

R. Ouro, 160

R. Rod. Sampaio, 30-B

Porto

R. 31 de Janeiro, 146

R. de Ceuta, 79

OPINIÃO

LIVRARIA-DISCOTECA

EXPOSIÇÃO-VENDA DE NATAL

Pintura Naïf - Loica do Redondo - Cerâmica de Lagos
Rua Nova da Trindade, n.º 24
Lisboa

A vinculação COLEÇÃO EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO

Autores: D. Anzieu, J. Bow Liby, R. Chauvin, F. Duyckaerts, H. H. F. Harlow, C. Koupnik, S. Lebouvier, K. Lorenz, Ph. Malrieu, R. A. Spitz, D. Widocher, R. Zazzo.



Preço — 250\$00

SOCICULTUR
LISBOA - R. Portugal Durão, 3-A. 7-B
Tel. 775593

NO NATAL OFEREÇA

LIVROS

FAÇA AS SUAS COMPRAS

NUMA DAS

POPULARES LIVRARIAS

CDL

quem ouve e lê vale por três

EUROPA

Conselho Basco convida a ETA ao diálogo

O Conselho Geral Basco, órgão máximo da pré-autonomia basca e integrado pelos partidos mais votados na região, fez ontem uma proposta de diálogo com a ETA militar e a EWTA político-militar, para «analisar a situação política, a violência e as bases de normalização da vida em Euzkadi, assim como temas

relacionadas com a ordem pública».

Ao mesmo tempo, fez um chamamento a esta organização para que «cesse a violência entre o nosso povo, porque não queremos nem mais mortos nem mais presos em Euzkadi e queremos construir o futuro do nosso povo pacífica e democraticamente».

A posição assumida pelo Conselho Geral Basco, reunido em Vitória, foi aprovada por unanimidade por todos os partidos que dele fazem parte e signi-

fica uma iniciativa política de inequívoca repercussão.

Não se conhece por agora a reacção das duas organizações da ETA, mas os observadores políticos de Madrid consideram-na importante e como última alternativa para a pacificação daquele território.

As iniciativas de diálogo entre o governo central e a ETA não deram resultado nenhum, e parece que o fracasso dos contactos havidos tornou a situação mais conflituosa, como a vivida semanas antes do referendo.

ASIA

Primeiro-ministro

japonês

alvo de atentado

A agressão de que foi vítima segunda-feira, em Tóquio, o primeiro-ministro japonês, Ma-yoshi Ohira, foi cometida por um extremista da direita.

Este, Sumio Hirose, de 21 anos, deplora num manifesto, que o Japão haja abandonado desde a última guerra mundial a «grande política» nacional que estava antes levando a cabo e se preocupe agora essencialmente com «a prosperidade material e as necessidades económicas». O governo, acusa o agressor, está a praticar «uma política aventureira que leva à confusão».

Os belgas à procura de novo Governo

O primeiro-ministro belga Paul Vanden Boeynants, entregou a demissão do seu Governo de coligação ao Rei Balduino, na sequência das eleições legislativas de domingo.

O soberano, que lhe pediu que permanecesse no cargo a título interino deverá encetar imediatamente as suas consultas com os dirigentes dos partidos sobre a formação do novo Governo. É provável que também nomeie, de acordo com os costumes belgas, um informador incumbido de determinar quem está mais

habilitado a chefiar o novo gabinete.

O ministro cessante dos Negócios Estrangeiros, Henri Simonet, advertiu que as negociações para a constituição de uma nova coligação serão difíceis e prolongadas.

As eleições que levaram a um parlamento pouco diferente do anterior, nada contribuíram para resolver os principais problemas deste país, profundamente dividido entre cinco milhões e meio de flamengos e quatro milhões e meio de valões e bruxelenses de língua francesa.

Pleno alerta na Grã-Bretanha

A Grã-Bretanha entrou hoje em pleno alerta por causa de atentados bombistas, após duas potentes deflagrações abalarem Londres, e guerrilheiros republicanos irlandeses advertirem que poderiam provocar mais rebentamentos, infligindo grande número de vítimas entre civis.

Uma comunicação emitida em Dublin pela ala provisória do IRA reivindicava a responsabilidade por uma série de atentados bombistas em Londres e em cinco cidades de províncias de Inglaterra, em 36 horas.

Não houve feridos graves em consequência de qualquer dos atentados, pois todas as bombas rebentaram de madrugada quando as ruas se acham praticamente desertas.

Contudo, o IRA avisou: «Escollhemos deliberadamente a altura e os alvos. Devemos, porém, agora preveni-los, povo inglês, de que, no futuro, os alvos e a altura poderão ser mudados».

As acções brutais contra presos republicanos — quase mil se acham presentemente na cadeia — «obrigar-nos-ão inevitavelmente a considerar infligir pesado número de vítimas entre civis», acrescentaram os guerrilheiros.

O pior atentado bombista do IRA na Grã-Bretanha ocorreu, em 1974, quando 19 pessoas foram mortas e mais 180 ficaram feridas, devido à explosão de bombas do tipo «napalm» em bares de Birmingham.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA AVISO

CONCURSO PARA FISCAL DE OBRAS

Faz-se publico, de harmonia com a deliberação tomada em reunião ordinária de 22 de Novembro de 1978 e após cumprimento das formalidades prescritas na alínea b) do n.º 3 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 294/76, de 24 de Abril, que se encontra aberto concurso documental, pelo prazo de trinta dias, a contar do dia imediato ao da publicação deste aviso no «Diário da República», para provimento, por contrato, de um lugar de fiscal de obras do quadro de pessoal maior dos serviços especiais, a que corresponde o vencimento mensal de 8700\$00.

A este concurso poderão candidatar-se, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 37/77, de 29 de Janeiro, desde que satisfaçam os mesmos requisitos, os trabalhadores da mesma categoria dos quadros permanentes de qualquer outra autarquia local, os agentes integrados no quadro geral de adidos e os contratados além dos quadros que, de modo continuado e a tempo completo, se encontrem sujeitos à direcção e disciplina dos competentes serviços das autarquias.

Podem ainda ser admitidos os indivíduos que possuam a habilitação do curso de construtor civil, regulado pelo Decreto-Lei n.º 37.029, de 25 de Agosto de 1948, ou equivalente, e, na falta de candidatos com a referida habilitação, a do curso de topógrafo de obras, ou ainda a dos cursos de carpinteiro civil ou de desenhador da construção civil, regulados pelo diploma legal citado.

Os concorrentes deverão apresentar, dentro do prazo acima indicado, na secretaria desta Câmara Municipal, requerimento, em papel selado, dirigido ao presidente da Câmara, com a assinatura aposta sobre uma estampilha fiscal de 100\$00 reconhecida por notário, com indicação do nome, profissão, estado civil, data do nascimento, filiação, naturalidade, residência, número e data do bilhete de identidade e serviço do Arquivo de Identificação que o emitiu e ainda a declaração referida no § 1.º do artigo 460.º do Código Administrativo relativamente aos requisitos exigidos pelos n.ºs 1.º a 6.º e 8.º do mesmo artigo, podendo também especificar quaisquer circunstâncias susceptíveis de influir na apreciação do mérito do candidato ou de constituírem motivo de preferência legal, conforme refere o § 2.º do mesmo artigo.

Paços do Concelho de Vila Franca de Xira, 11 de Dezembro de 1978.

O Presidente da Câmara,
José António Veríssimo Silva

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA AVISO

CONCURSO PARA FISCAL-TÉCNICO DE OBRAS

Faz-se publico, de harmonia com a deliberação tomada em reunião ordinária de 22 de Novembro de 1978 e após cumprimento das formalidades prescritas na alínea b) do n.º 3 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 294/76, de 24 de Abril, que se encontra aberto concurso pelo prazo de trinta dias, a contar do dia imediato ao da publicação deste aviso no «Diário da República», para provimento de um lugar de fiscal técnico de obras, pertencente ao quadro de pessoal maior dos serviços especiais, a que corresponde o vencimento mensal de 9400\$00.

A este concurso poderão candidatar-se nos termos do n.º 1 do Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 37/77, de 29 de Janeiro, desde que satisfaçam os mesmos requisitos, os trabalhadores da mesma categoria, dos quadros permanentes de qualquer outra, autarquia local, os agentes integrados no Quadro Geral de Adidos e os contratados além dos quadros que, de modo continuado e a tempo completo, se encontrem sujeitos à direcção e disciplina dos competentes serviços das autarquias.

Podem também ser admitidos indivíduos que possuam a habilitação do curso de construtor civil, regulado pelo Decreto-Lei n.º 37.029, de 25 de Agosto de 1948, ou equivalente.

Os concorrentes deverão apresentar dentro do prazo acima indicado, na Secretaria desta Câmara Municipal, requerimento, em papel selado, dirigido ao presidente da Câmara com a assinatura aposta sobre uma estampilha fiscal de 100\$00 reconhecida por notário, com indicação do nome, profissão, estado civil, data do nascimento, filiação, naturalidade, residência, número e data do bilhete de identidade e serviço do Arquivo de Identificação que o emitiu e ainda a declaração referida no parágrafo 1.º do artigo 460.º do Código Administrativo relativamente aos requisitos exigidos pelos n.ºs 1.º a 6.º e 8.º do mesmo artigo, podendo também especificar quaisquer circunstâncias susceptíveis de influir na apreciação do mérito do candidato ou de constituírem motivo de preferência legal, conforme refere o parágrafo 2.º do mesmo artigo.

Paços do Concelho de Vila Franca de Xira, 11 de Dezembro de 1978.

O Presidente da Câmara, — José António Veríssimo Silva

MOTIVO DE DOENÇA VENDO

1 carrinha Opel 1700, 1 carro Opel 1500, 1 Dodge, c/30 anos

Todos por 80 000\$00

Rua da Atalaia, n.º 57 e 59
Telef. 36 48 11 — LISBOA-2

ofereça **LIVROS** neste **NATAL**



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS EDITORES E LIVREIROS

MÉDIO ORIENTE

Soldados iranianos desobedecem aos oficiais

Uma unidade do exército iraniano que guardava o trajecto de uma grande manifestação contra o xá recebeu ontem ordens para recolher ao quartel, na cidade de Tabriz, no Nordeste, depois de alguns soldados se terem recusado a obedecer às ordens dos oficiais — declarou um alto funcionário.

O incidente, o primeiro caso do género de que há notícia em

meses de turbulência política, parece ter sido o mais sério num dia de luto organizado pelos opositores do xá em memória de cerca de 100 pessoas mortas em distúrbios ocorridos noutras cidades, na semana passada.

Outras informações chegadas a Teerão de Azerbeijão, indicam que os manifestantes capturaram alguns veículos militares,

mas os pormenores são contrários.

Rebentou tiroteio em Tabriz durante uma manifestação em que participaram 200 mil pessoas, segundo alguns, e 20 mil, segundo outros. Um residente da cidade disse ter sido informado de que houve feridos e talvez mortos, mas não soube indicar o total.

As lojas e as empresas encer-

raram em Teerão.

Entretanto um dirigente religioso iraniano adversário chegou a Paris, a fim de conferenciar com o mais poderoso adversário do xá, e declarou não haver solução para a crise iraniana antes de a dinastia Pahlevi do xá ser derrubada.

Por fim, a empresa francesa Renault (nacionalizada) vai despedir 1200 trabalhadores da sua fábrica de Grand-Couronne,

CIÊNCIA

A NASA abandona o Skylab

A NASA condenou definitivamente o laboratório espacial Skylab.

Com efeito, a agência espacial americana anunciou, segunda-feira à noite, que não poderá assegurar o salvamento desta estação espacial de 85 toneladas com o pequeno foguete que lhe deveria ser levado em 1979/80 pela tripulação dum voo do vai-e-vem espacial.

A decisão agora tomada significa que todo um corpo de 77,5 toneladas, o maior objecto feito pelo Homem actualmente em órbita, reentrará na atmosfera terrestre entre meados de 1979/meados de 1980, espa-

lhando um total calculado de 25 toneladas de fragmentos ao longo de uma cintura de 4 000 quilómetros de comprimento por 80 a 160 quilómetros de largura.

A NASA esclarece, entretanto, que 75 por cento do curso do Skylab se efectua sobre o mar, e que a possibilidade de qualquer fragmento ferir alguém ou causar danos materiais é inferior à que se relaciona com a queda de meteoritos.

A agência espacial norte-americana disse ainda que o Skylab será mantido sob constante observação e marcou para amanhã uma conferência de imprensa para esclarecer a opinião pública sobre a situação.

OFERTA DE NATAL

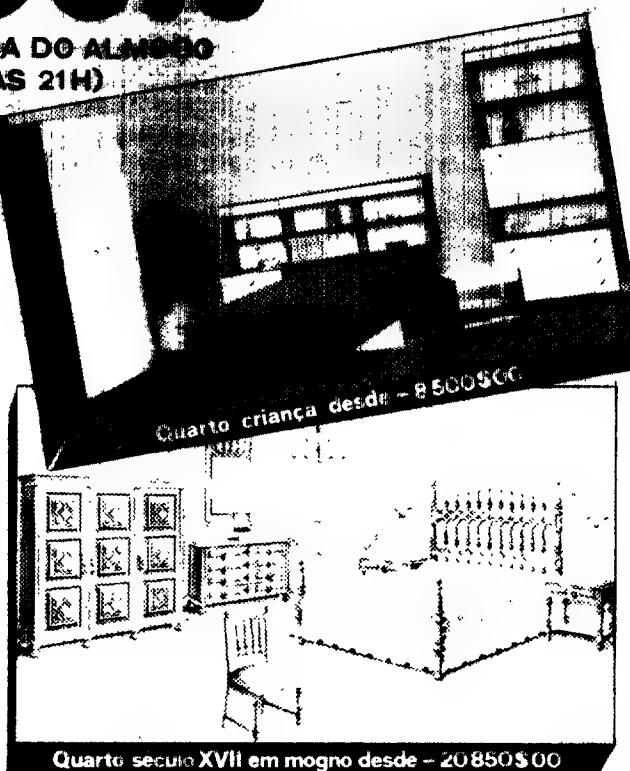
OFERECEMOS-LHE PREÇOS INACREDITÁVEIS

REVENDA DIRECTA AO PÚBLICO DE móveis

(ABERTO À HORA DO ALMOÇO E ATÉ ÀS 21H)



Móvel 12 850\$00 - Mesa 4 950\$00 - Cads 1 580\$00



Quarto criança desde - 8 500\$00

	ERA	É		ERA	É
Quarto de casal, moderno	22 800\$00	13 950\$00	Quarto de Criança	15 800\$00	10 500\$00
Salas modernas c/ cristaleira	13 800\$00	12 850\$00	Jogos de Maples em napa	7 000\$00	4 500\$00
Jogos de Maples em tecidos, riscas e outros	12 800\$00	7 750\$00	Salas Século XVII, mogno	38 800\$00	30 000\$00
Mesas de refeição, cromadas, tampo de vidro	3 800\$00	4 950\$00	Cadeiras cromadas a veludo ou napa	2 200\$00	1 580\$00

GRANDE VARIEDADE DE MOBÍLIAS E MAPLES DE LUXO
... e ainda **ARCAS, COLCHÕES** e muitos outros artigos
A PREÇOS NUNCA VISTOS

FACILIDADES DE PAGAMENTO

AVENIDA 5 DE OUTUBRO, N.º 55-B — TELEF. 54 68 60 — LISBOA

RUA LUCIANO CORDEIRO, 18-A — TELEF. 4 13 84 — LISBOA

RUA CONCEIÇÃO SAMEIRO ANTUNES, 13-B (junto ao Pão de Açúcar) — COVA DA PIEDADE

VEJA PARA AGREDITAR NAS FÁBRICAS DE MÓVEIS **CONFIANÇA E DARTY**



O recenseamento eleitoral é obrigatório

Inscreva-se no recenseamento
só recenseado poderá votar

MAI/STAPE



DISCOTECA FILINTO

OFEREÇA PREÇOS DE LUXO, COMBRANDO
NA DISCOTECA FILINTO

DISCOS, CASSETES, EPILOTS,
PERFUMARIA, BRINQUEDOS, ETC., ETC.

AV. 5 DE OUTUBRO, 52-A — LISBOA

TELEF. 54 68 60

GALERIA NACIONAL DE ARTE MODERNA BELÉM

Ciclo de «CINEMA DE ANIMAÇÃO»

Filme: «TINTIN E O TEMPLO DO SOL»

Classificação: Maiores de 6 anos

Sessões: 15.30 e 18.30 horas

Iniciativa da Direcção-Geral da Acção Cultural



MUNICÍPIO DE LISBOA

EDITAL N.º 181/78

Prazos de pagamento de licenças de velocípedes, de publicidade e de ocupação de via pública.

Faz-se saber que a abertura do cofre para pagamento das licenças a seguir indicadas se verifica nos seguintes prazos:

1) Licenças de velocípedes:

Os interessados deverão solicitar e pagar as licenças durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 1979. Findo este prazo será levantado auto de transgressão se o veículo for encontrado a circular.

2) Licenças de veículos de tracção animal:

A renovação é requerida igualmente nos meses de Janeiro e Fevereiro de 1979 e precedida de vistoria, nos termos do §1.º do art.º 42.º, do Regulamento de Trânsito. Findo este prazo será levantado auto de transgressão se o veículo for encontrado a circular.

3) Licenças de publicidade e de ocupação de via pública:

São solicitadas e pagas no mês de Janeiro, findo o qual proceder-se-á nos termos do disposto nos artigos 742.º do Código Administrativo.

Locais de pagamento:

As licenças serão pagas: as dos n.ºs 1) e 2) na Avenida 24 de Julho n.º 171 e as referidas no n.º 3) nos seguintes locais:

a) Paços do Concelho (Repartição de Impostos, Licenças e Contencioso Fiscal) para os contribuintes dos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º Bairros Fiscais

b) Rua Alexandre Herculano n.º 46 para os contribuintes dos 5.º e 6.º Bairros Fiscais

c) Avenida 24 de Julho n.º 171, para os contribuintes do 7.º Bairro Fiscal

Paços do Concelho de Lisboa, em 30 de Novembro de 1978
O Presidente da Câmara Municipal

(Aquilino Ribeiro Machado)

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

Festival da INTER: três espectáculos na final de Lisboa

«MARIA EMILIA», de Alves Redol pelo Grupo Experimental de Samora Correia

«AS MAOS DE ABRAAO ZACUT», de Luis de Stau Monteiro, pelo Grupo de Teatro de Carnide

«A SAPATEIRA PRODIGIOSA», de Federico Garcia Lorca. Tradução: Luis Francisco Rebello. Encenação: José Martins. Cenários e figurinos: Mario Alberto. Interpretação: Ana Madera, Conceição Pequito, Fernanda Fitor, Filomena Rodrigues, Henrique Nunes, Isabel D. Arte: Joaquim Cardoso, José Mora Ramos, Julio Rodrigues, Ofélia Silva, Ricardo Almeida, Silvina Pereira. Grupo de Teatro de Campolide (Amadores). Teatro da Academia de Santo Amaro, 12 - 1978.

Foi, a meu ver, um passo importante a realização do Festival de Teatro Amador por iniciativa da CGTP - IN, com a colaboração da APTA e do Sindicato dos Trabalhadores do Espectáculo. Foi-o em si mesmo, pelo facto de ter dinamizado a actividade de dezenas de grupos (mais de 80 em todo o país, alguns dos quais nascidos com e para o festival), mas foi-o sobretudo por implicar a consciencialização por parte dos trabalhadores de que também ali, ou seja no espaço cultural, têm uma palavra a dizer, uma prática a definir e a concretizar. Poderá discutir-se se o festival, sobretudo nas modalidades escolhidas, seria a forma mais correcta para a intervenção das estruturas organizadas dos trabalhadores. Trata-se, porém, de um problema em aberto que merece uma mais lata reflexão e aqui parece-me de assinalar em especial o significado da realização tendo em conta os seus resultados: concretos, embora sem esquecer a possibilidade de revisão de iniciativas deste tipo.

Os espectáculos que chegaram à final, da zona da Grande Lisboa (em que se registou a concorrência de mais de três dezenas de grupos)

foram apresentados no Teatro da Academia de Santo Amaro.

Esses três espectáculos, curiosamente, apontam para três das linhas percorridas pelo nosso teatro de amadores: uma linha de teatro rural (a definição é naturalmente aproximativa) que ainda conserva vestígios dum amadorismo tradicional que tinha no actor do povo o seu principal suporte; uma linha de teatro urbano (ou suburbano) que tenta uma aproximação, inevitavelmente frustrada, do (mau) teatro profissional através do recurso a textos complicados que implicam encenações rebuscadas, com o recurso à utilização da luminotécnica e da sonoplastia, de marcações aparentemente espectaculares; a terceira linha é a de um teatro urbano cuja prática sendo amadora, sob o ponto de vista institucional, exprime valores estéticos de outra ordem. Desta linha, era paradigma o Teatro de Campolide, agora profissionalizado, e segue-lhe as pisadas o actual grupo de amadores, dirigido por José Martins. O resultado, injusto para os restantes grupos concorrentes, é o grupo de Campolide poder ter um rendimento, a todos os níveis, que não está ao alcance dos outros grupos que lutam com carências de toda a ordem.

O espectáculo do grupo de Samora Correia é um espectáculo limpo, simpático, que defende bem um texto de Alves Redol que mesmo sendo menor não deixa de ter a dedada humaníssima do grande escritor; um espectáculo despretensioso mas correcto, cuja eficácia resulta sobretudo da qualidade dos intérpretes e em especial da intérprete feminina que dá gosto ver como está no palco, como escuta e como fala, como se mexe, como é ao mesmo tempo mulher e teatro, com aquela simplicidade de processos que e apanagem da verdadeira cultura popular (de que esta representação constitui um belo exemplo).

Quanto ao espectáculo de Carnide, é o contrário disso. Um texto que precisava de ser reescrito e apoiado

dramaturgicamente; uma encenação que segue as indicações do autor, deixando no abstracto o que foi de facto muito concreto, ou seja, a extinção dos judeus pelos nazis, como se porventura o público tivesse conhecimento do que a peça conta. Se a peça de Stau, para além da mensagem que exprime, pouco mais é do que um conjunto de lugares-comuns, a encenação vai pelo mesmo caminho e não é o uso de luzes e de sombras mais ou menos folclóricas que resolve a questão, muito pelo contrário. As cenas de conjunto e movimento chegam mesmo a ser ridículas, provocando o riso de assistentes, o que é confrangedor, tanto mais que se trata de trabalho de amadores, cujo esforço merece o meu maior respeito, como sempre. Apenas não há que confundir respeito com desistência crítica, por isso não posso nem quero deixar de dizer como me parece injustificado ver na final deste festival um espectáculo como este, capaz, por isso, de influenciar no pior sentido o teatro de amadores.

Como já dei a entender, o espectáculo de Campolide situa-se noutra zona. José Martins, sem grande respeito pela obra de Lorca, conseguiu dar-nos uma prodigiosa «Sapateira Prodígiosa», graças à inventiva de que deu provas, à coerência que marca o seu trabalho, à alegria que faz do espectáculo uma festa, à direcção de actores (porventura, mesmo assim, o ponto mais fraco, como é natural).

Usando tecido branco com bolas encarnadas que vai do pano de abertura ao que envolve a cena, dos vestidos das personagens às cortinas das janelinhas que estas transportam e aos próprios leques que usam (Mário Alberto sabe o que faz); criando formas que se transformam em sinais como acontece com as janelas portateis que as personagens empunham e com que a certa altura envolvem o corpo da Sapateira (que surge assim vítima da maledicência que a rodeia); integrando no espectáculo formas

várias como o teatro de marionetas e de sombras; indo até à ruptura com o texto, como através de algumas músicas e a exposição de um cartaz envelhecido do próprio espectáculo que surge, com a maior naturalidade, espetado no balcão da taberna da Sapateira - através de tudo isto, e do que fica por dizer, José Martins criou um espectáculo dum grande força comunicativa, dum alegria, raras no nosso teatro. Nem sempre os sinais da encenação são originais (como os saltinhos dos actores, por vezes, e as cabeças espreitando pelo tecido).

mas o facto não invalida o interesse do trabalho.

Acontece que por vezes o crítico é visitado pela graça (pagã), já se vê. Está ele a ver um espectáculo de que até pode gostar, quando, de repente, como nos folhetins, surge um actor, uma actriz (foi o caso) que bate o pé, olha dum certa maneira, mexe o corpo, começa a falar, e o crítico começa a sentir uns arrepios, começa a sentir vibrar qualquer coisa dentro dele, tremem-lhe os dedos que seguram a caneta dos apontamentos (creio que é a isto que se chama

crítica impressionista!). Foi o que me aconteceu com Conceição Pequito, na Sapateira, uma sapateira que se calhar nem o Lorca seria capaz de inventar. Vão vê-la e depois digam-me coisas.

Outros actores, no entanto, ajudam a Conceição a dar ao espectáculo o que a esse nível ele também significa. Um regalo.

O que dá raiva no meio disto tudo, é ver este espectáculo de amadores que custou 25 contos - e ver os milhares de contos que custaram os espectáculos dos teatros nacionais... Uma tristeza.

"Isto é espectáculo!"

Mário Contumélias (nosso camarada de imprensa) e Manuel José Soares são os responsáveis principais por bom trabalho discográfico: um «LP» do «Bric à Brac» denominado «Isto é espectáculo! que a «Orfeu» está lançando no mercado.

Raramente, cá por casa, houve tanto esmero na apresen-

tação de um produto musical: «Isto é espectáculo!» reúne (afinal) uma turma de «experts» movidos pelo afã de fazerem sempre melhor. Dai (acreditem) a qualidade deste «longa duração» que aglutina nomes como os de Arminda Neves e Luis Duarte (arranjos e direcção musical), Miguel Gil, José Ma-

nuel Cabeleira, Guilherme Scarpa Inês, Carlos Pereira, Rão Kyao e José Luís Tinoco (instrumentistas), Dulce Neves (voz), Moreno Pinto e Manuel Cunha (som), Manuel Vieira (concepção de capa), Arnaldo Trindade (assinatura de gravadora) e Manuel José Soares (produção). Nove composições estão nas duas faces do acetato: «Isto é espectáculo!», «É o cabaret», o «O boxe», «Travesti», «Segunda Parte» e «Os saltimbancos» (todas com letra de Mário Contumélias e música de Manuel José Soares); «Tu, Charlot!» e «A magia do circo» (letra da dupla e música de Manuel José Soares) e, ainda, «Futebol, futebol!» (letra e música de M. J. Soares).

Sem reboço não temos qualquer pejo em avisar: fica de mal com o bom gosto quem desprezar de ouvir «Isto é espectáculo!». Um belo disco.



Mário Contumélias e Manuel José Soares

N. de S.

À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais

TINTURARIA GUANABARA

DEPART. DE CONFECCOES

Av. João XXI 5-D - R. Infância 16, 55-C - LISBOA

Prémio Nobel da Literatura-1978

ISAAC BASHEVIS SINGER

O ESCRAVO

Historia da vida do patriarca da beleza que decorre na Polónia e na sua luta contra as várias comunidades judaicas

Editorial Minerva

Editorial Minerva

A VENDA EM TODAS AS LIVRARIAS



Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Beja

Avenida Vasco da Gama, 17 - Beja

AVISO

Para todos os contribuintes desta Caixa de Previdência, que a partir de 1 de Janeiro de 1979, se deverão dirigir obrigatoriamente ao Posto do Povo mais próxima da sua residência, a fim de tratar de todos os assuntos do seu interesse: Pagamento de contribuições, Inscrições, Documentação para efeitos de abono de família, Assistência Médica, Prestações Complementares, Reformas e Subsídios.

Beja, 7 de Dezembro de 1978

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

VENDE-SE

TOALHAS E COLCHAS DE CROCHET
Telef: 2079175

NOTARIADO PORTUGUES
Cartório Notarial de Mafra
A Cargo da Licenciada em Direito
Maria José Pimentel
Piqueira e Silva

CERTIFICADO para efeitos de publicação que por escritura de 13 de Dezembro de 1978, exarada de folhas 41 verso a folhas 43, do livro D-8, de «Escrituras Diversas», deste Cartório, foi outorgada uma escritura de Justificação Notarial, na qual António Lourenço e mulher Francisca dos Santos, residentes no lugar do Rogel, freguesia de Santo Estêvão das Gales, concelho de Mafra, declararam que, com exclusão de outrem, são donos e legítimos possuidores do seguinte imóvel: Prédio urbano composto de 1 amplo vao para arrecadação, com a área coberta de 75 m2, sito no referido lugar do Rogel, que confronta do norte com serventia, do sul com baldio, do nascente com estrada e do poente com Firmino Pedroso; inscrito, na respectiva matriz urbana, sob o artigo 586. Que o referido imóvel encontra-se omisso, na competente Conservatória do Registo Predial e, conquanto não haja documento, que permita fazer a prova do direito de propriedade, nem registo do respectivo título ou de mera posse, a verdade é que os outorgantes, António Lourenço e Francisca dos Santos possuem o referido imóvel, há mais de 30 anos, com exclusão de outrem e de boa fe, pelo que o adquiriram por usucapião.

É certidão de narrativa parcial que faz extrair, a qual vai conforme ao original, nada havendo na parte omitida da referida escritura, que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

Mafra, catorze de Dezembro de mil novecentos e setenta e oito.

O 2.º Ajudante
(a) Maria Luísa da Conceição
Miranda

ADOQUE teatro

Telef. 87 44 76

HOJE ÀS 21.30

"FARDOS E GUITARRADAS"

ULTIMAS REPRESENTACOES



HENRIQUE VIANA
NO GEN. GOMES
DA COSTA

NAO ACONS. A MEN. 18 ANOS

Atenção aos pais
Vão as compras
tranquilos deixando os
seus filhos a assistir a
peça infantil

O REGRESSO DA MALTA

19.30 - 21.30
21.30 - 23.30

MELHOR QUALIDADE ARTÍSTICA
PRÉMIO CAU FERRAT
FESTIVAL INTERNACIONAL DE SITGES
Espanha 78

6º MÊS
TEATRO DE QUALIDADE
do Zé
TELHADO

A BARRACA
A partir de amanhã às 21.30h
50.ª ATE 7/1 - R. Alexandre Herculano 70
Tel. 686300 (m/13) Sub SEC.

EXPOSIÇÃO-INVENTÁRIO 1

OBRAS DA COLECCÃO DA S.E.C

DE 5 A 22 DE DEZEMBRO 1978

DIAS ÚTEIS: DAS 15. AS 20 HORAS

SABADOS: DAS 14 AS 21 HORAS

DOMINGOS: DAS 10 AS 12 HORAS

E

FERIADOS: DAS 14 AS 21 HORAS

GALERIA NACIONAL DE ARTE MODERNA

AV. BRASÍLIA - BELÉM (JUNTO AO MERCADO DO POVO)

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

FRIGORÍFICOS

185/200 LITROS 8990\$

RÁDIO PRIMAVERA

Rua Gomes Freire, 9-B
Lisboa - T. 549406 574042

COLISEU

Nova Companhia de Circo
Internacional

20 atrações mundiais

e a original fantasia em pista de

Branca de Neve e os 7 Anões

O SURPREENDENTE

E ESPECTACULAR

CIRCO DO NATAL

Todos os dias às 16 h. e 21.30 h.

Domingos - Dia de Natal

e Ano Novo

As 14.30, 17.15 e 21.30 h.

O PROGRAMA ESPECIAL DO NATAL.

Canal da Crítica

TV: a reacção e a mediocridade ao ataque

MÁRIO CASTRIM

A informação da TV gosta de fazer o jeito aos amiguinhos. Gosta de os ajudar nas suas tarefas. Afinal de contas são tarefas comuns, não é verdade?

Ontem, em grande entrevista, um dos grandes fachos do teatro de revista. A preceder, parte de um quadro em cena. Falcismo puro e saudosista. E a informação da TV deu. Deu, com girândolas de sorrisos do José Alberto de Sousa. O qual agora até deu em comentarista internacional!

A atracção da mediocridade chegou aqui. Mediocridade e reacção de braço dado. Está certo. Mas na RTP não se dão conta que estão a ir longe de mais?

TV SALOIA

Ao longo de um período de emissão acontecem as coisas mais estranhas e mais anedóticas. Não as menciono porque os rapazes e as raparigas, não é verdade, são novos no ofício e porque torna e porque deixa. Adiante.

Ultimamente, na Televisão Portuguesa, usa-se muito a saioice familiar. Os locutores, os apresentadores, os comentadores, chamam-se uns aos outros pelo nome próprio. Uma espécie de pensão onde todos se conhecem. Não se dão conta do ridículo da situação. Parecem tão felizes...

Ontem, uma das novatas quis integrar-se no sistema:

— Agora, o Pedro Varandas pode continuar. E o locutor de

Sumário:

— Não sou o Pedro Varandas, sou o Pedro de Oliveira.

A excessiva familiaridade tem destes percalços. Quando é que a nossa Televisão atingirá a fase adulta?

... NÃO SE FALA MAIS NISSO

Por acaso, no Sumário fizeram ligeiríssima referência à vitória da unidade num sindicato de Leiria. Ainda acreditei que os «processos sumários» tivessem acabado em Portugal e que notícia mais desenvolvida fosse dada no jornal principal.

Não foi. O jornal principal dedica principalmente a sua amizade e camaradagem de armas à UGT. Depois, uns restinhos são para os outros.

Com as eleições realizadas em Fanhões aconteceu uma coisa misteriosa. Deram, no Telexjornal principal de domingo, uma reportagem informativa. Referiram-se aos resultados nas 24 horas. Depois, silenciaram totalmente.

Realmente, face à derrota do PPD, era melhor não tocar no assunto...

MÃOS ROTAS...

Pereira de Sousa é um profissional cheio de vitalidade. Está em todas. Faz «pivot» nos Telexjornais, faz reportagens, faz o Totobola, faz o «Desporto e Vida», eu sei lá. O que desmente o excesso de pessoal na RTP. Ou o que prova quantos óptimos profissionais estão na prateleira da inactividade ou do subemprego.

Ontem lá esteve ele a pau com o serviço em «Desporto e Vida». Onde, a certa altura, nos apareceram as franhas do Eugénio Salvador e do Hugo Maia de Loureiro, o qual foi crismado de «desportista de renome internacional»...

Isto é mesmo assim. Para amigos, mãos rotas.

RECADO PARA SOLNADO

Aliás, certos indivíduos comportam-se na Televisão como se estivessem em sua própria casa. Certas forças influentes na Televisão adoptam-nas, dão-lhes popularidade, imagem pública, simpática. É o caso, por exemplo, do Rui Guedes, figura de proa de manifestações fascistas: meia dúzia de vezes actuou ele na «Operação Pirâmide»!

Não digo que tal promoção seja da responsabilidade de Raul Solnado. O pobre homem não pode tomar conta de tudo. Mas para a outra vez tem de pensar três vezes antes de convidar certas pessoas. Se lhe apetece pensar, claro.

Entre outras, são os casos de Gonçalo Lucena, que se aproveitou da Pirâmide para veicular ideologia fascista, e de Badaró,

que para lá foi com as suas gracinhas anti-soviéticas.

Propalar agressividade e porcaria através da «Operação Amor» é uma coisa piramidal, ó Solnado. Para a outra vez veja lá com quem se mete. Porque de repente a «Operação da Amizade» transforma-se em operação de barriga aberta — e é cá um fedor...

CONHECER CAMILO

Maria Alzira Seixo a falar dos romances de Camilo: um espectáculo de Televisão.

Nós vimos. Vimos ontem como é possível entrar em determinados assuntos e torná-los acessíveis às grandes audiências, sem quaisquer concessões de facilidade. Para tanto, Maria Alzira Seixo serviu-se da sua capacidade de expressão — que é realmente notável — e acrescentou-lhe ingredientes apropriados: depoimentos, leitura de páginas de Camilo, etc. Aquela meia hora ficou mais viva, tão viva que passou sem se dar por ela.

Maria Alzira Seixo não se propôs a defesa do romance passionai de Camilo. É, por agora, uma tarefa difícil. Ela teria de mostrar que, para além da efemeridade dos temas, subsiste a perenidade da linguagem, dos processos artísticos. Certa-

mente que muitas ferramentas e objectos existentes no tempo de Camões já não se usam hoje: mas a sua linguagem ainda se usa. Talvez resida aí a característica essencial da arte: a sua sobrevivência para além das condições sociais que a provocaram.

Maria Alzira ainda nos deu o lamiré, e foi mesmo nesse tom que fechou a sua intervenção. Mas não insistiu muito, e fez bem. Discutir estética, na TV, e na TV de hoje, não resulta. Falar, do alto do trapézio voador, para meia dúzia de pessoas, não vale a pena.

Maria Alzira seguiu outro caminho: procurou dar várias direcções de Camilo, direcções que passassem longe do «Amor de Perdição». Será bom que as pessoas conheçam as obras, e é natural que a Brasileira de Prazins, A Queda de um Anjo, Eusébio Macário, a Corja, Coração, Cabeça e Estômago, etc., venham a ser muito procurados, nestes dias. E oxalá que sim. Se a publicidade na TV funciona para os detergentes e para as lacas, por que diabo não há-de funcionar para a literatura?

Maria Alzira Seixo: eis aqui um nome que os telespectadores portugueses não vão certamente esquecer. Ela conseguiu o milagre de nos dar, pela TV, a literatura não apenas sem gravata, mas também sem «báton». Que volte mais vezes são os nossos votos.

Hoje



A Livia de «Eu, Cláudio»

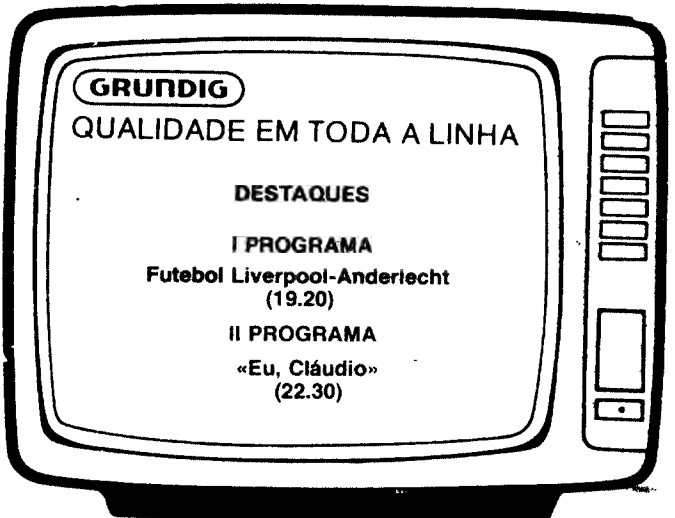
I PROGRAMA

- 18.25 Sumário. Títulos da actualidade nacional e internacional.
- 18.30 «Há Fitas». «Os Cinco» — «Os Cinco e a Planície Misteriosa».
- 19.05 País, País. A notícia e a reportagem regionais.
- 19.20 Eurovisão — Futebol. Supertaça da Europa. Transmissão directa do jogo Liverpool-Anderlecht. Começamos de Rui Romano.
- 21.15 Jornal RTP/1. O país e o estrangeiro através da notícia e imagem e o boletim meteorológico.
- 21.55 Perfil. Breve encontro com figuras da cultura portuguesa. Hoje: David Pinto Madeira.
- 22.05 O Astro. A novela de Janeta Clair. Hoje o 47.º episódio.
- 22.45 Zoom. Sumário da actualidade internacional.
- 23.30 24 Horas. As notícias mais importantes das últimas 24 horas.
- 23.50 Fecho.

TUDOR BATERIAS · PILHAS

II PROGRAMA

- 18.45 Ano Propedéutico
- 20.30 Abertura e Espaço Audiovisual. Gaiola para um compositor — Birdcage for a composer — um filme sobre John Cage.
- 22.30 Eu, Cláudio. Série baseada na obra de Robert Graves e adaptada por Jack Pulman. Realização de Herbert Wise.
- 23.35 Fecho.



Amanhã

I PROGRAMA

- 09.15: Ano Propedéutico, 18.25: Sumário, 18.30: Jardins Zoológicos — Roma, 19.05: País País, 19.25: Mulheres, 20.00: Jornal RTP 1, 20.35: Perfil, 20.40: O Astro — episódio n.º 48, 21.20 Vamos jogar no Totobola, 21.30: Os novos Vingadores, 23.15: 24 Horas, 23.30: Fecho.

II PROGRAMA

- 18.45: Ano Propedéutico, 20.32: Síntese, 21.00: Directissimo, 22.00: Informação-2, 22.30: Directissimo 2.ª parte, 23.30: Fecho

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

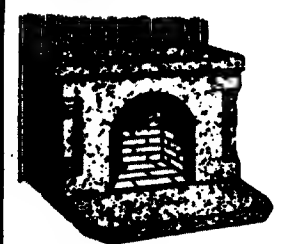
COM RADIO TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 88 27 86 - 89 98 26

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

FOGÕES DE SALA



CONSTRUÍDOS EM XISTO, TJOLO, PEDROLITE E GRANITO

Exposição na Fábrica AMÉRICO RODRIGUES MAIO

Rua S. Roque da Lameira, 834
Tel. 5 02 63
PORTO

Envia-se catálogo ilustrado contra 50\$00. restituíveis no acto da compra

COMUNA

TEATRO DE PESQUISA

hoje às 21,30h

HOMEM MORTO HOMEM POSTO

— BRECHT —
Tradução Fiamma P. Brandão
Direcção de João Mota

DOMINGO SÓ ÀS 16H - 2.ª FEIRA DESCANSO
PREÇO UNICO 60.00

PRAÇA DE ESPANHA - METRO PALHAVA-MARCAÇÕES TEL 762624

SUBSIDIO DA S.E.C.

macorex

REVESTIMENTOS ALCATIFAS
PAPÉIS DE PAREDE

CAMPANHA ESPECIAL DE PREÇOS
DE 12-XII-78 A 30-XII-78
VISITE AS NOSSAS LOJAS:

AV. DE ROMA, 93-B (METRO ALVALADE)
R. MARIA ANDRADE, 60-D (METRO INTENDENTE)
(ABERTO AOS SABADOS)

ofereça LIVROS neste NATAL

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS EDITORES E LIVREIROS

ofereça LIVROS neste NATAL

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS EDITORES E LIVREIROS

TEATRO

ABC

TEL. 36 67 45

BOM É VER
A REVISTA

DIREITA
VOLVER

MODALIDADES EM DESFILE

LUTA

O Sporting conquistou nove títulos no torneio de lutas amadoras intitulado «Joaquim Vital», disputado nas instalações do ISEF, na Cruz Quebrada. Os restantes triunfos foram alcançados pelo Runa (6), Benfica (2), Belenenses (2), Galitos e Romeirense.

Vitor Gomes (do Galitos) forneceu a nota de sensação do torneio ao derrotar o «internacional» Alberto Covas (Sporting) na final do escalão de 57 quilos da categoria de esperanças.

Resultados em juniores: 51 quilos - 1.º, Fernando Santos (Benfica); 2.º, Amílcar Pereira (Sporting); 3.º, José Luís (Romeirense); 55 quilos - 1.º, Luís Martinho (Runa); 59 quilos - 1.º, Fernando Carvalho (Runa); 2.º, Agostinho Alonso (Belenenses); 63 quilos - 1.º, José Guerreiro (Sporting); 2.º, António Garcez (Runa); 3.º, Artur Domingues (Benfica); 68 quilos - 1.º, Joaquim Gomes (Romeirense); 73 quilos - 1.º, Eduardo Didelet (Belenenses); mais de 78 quilos - 1.º, João Figueiredo (Sporting).

Esperanças: 52 quilos - 1.º, Raul Lopes (Benfica); 2.º, Jorge Sarmento (Sporting); 57 quilos - 1.º, Vitor Gomes (Galitos); 2.º, Alberto Covas (Sporting); 62 quilos - 1.º, Fernando Ardisson (Sporting); 2.º, Abdulai Indjai (Atlético de Queluz); 3.º, João Pedro (Galitos); 68 quilos - 1.º, Claudino Pires (Belenenses); 2.º, Carlos Marques (Benfica); 3.º, Joaquim Carvalho (Runa); 74 quilos - 1.º, Ernesto Rodrigues (Sporting); 2.º, Fernando Santos (GIPA).

Seniores: 43 quilos - 1.º, José Biscoito (Sporting); 57 quilos - 1.º, João Grilo (Sporting); 2.º, Carlos Matos (Belenenses); 62 quilos - 1.º, Luís Grilo (Sporting); 68 quilos - 1.º, Joaquim Vieira (Sporting); 2.º, Jorge Soares (Atlético de Queluz); 74 quilos - 1.º, João Silva (Sporting); 2.º, Vitor Madeira (Runa); 3.º, Francisco Gomes (Runa); 82 quilos - 1.º, Joaquim Oliveira (Runa); 90 quilos - 1.º, Adriano Morais (Runa); 2.º, Domingos Pombo (Benfica); 100 quilos - 1.º, Francisco Roque (Runa).

CANOAGEM

A delegação na Guarda da DSD organiza um curso de canoagem, a partir de hoje e até ao dia 21 do corrente mês. Este curso é o primeiro passo para o desenvolvimento desta modalidade desportiva na região da Guarda. A canoagem será prati-

cada em vários planos de água dos rios Mondego, Coa, Alva e nas lagoas da serra da Estrela.

Entretanto, aquele organismo promoverá, de 20 a 22 do corrente, na serra do Caldeirão, nas proximidades da Guarda, um curso de iniciação ao montanhismo, o qual vai ser orientado por técnicos do Clube de Montanhismo do Porto.

HALTEROFILIA

O Futebol Clube do Porto foi o vencedor do Torneio Nacional por Equipas de Halterofilia, cuja fase final decorreu nas instalações da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense. Os portistas totalizaram 610,41 pontos. A seguir, classificaram-se a Escola Comercial e Industrial de Setúbal (610,12 pontos), Luso do Barreiro (600,75), União Piedense (596,85), Círculo de Ferro (502,62), Ginásio Clube Figueirense (256,37), Ginásio Clube Português (207,37) e Carcavelos (150,38 pontos).

Durante a competição foram batidos quatro recordes nacionais. Américo Pinto (FCP) estabeleceu novo máximo do arranque, com 96 quilos, no escalão de 75 quilos da categoria de juvenis. Na mesma categoria, o seu companheiro Tavares da Silva alcançou três recordes no escalão de 82,5 quilos: 97,5 no arranque, 122,5 no arremesso e 215 no total. António Felisberto (Escola de Setúbal) obteve novo máximo do arranque (97,5 quilos), no escalão de 100 quilos da categoria de juniores.

VOLEIBOL

Tomaram posse os novos corpos gerentes da Associação de Voleibol do Porto, presidente da assembleia geral: Manuel da Cunha Moreira; presidente da direcção: Avelino Simões; presidente do conselho fiscal: dr. Américo Rodrigues da Silva; presidente do conselho técnico: Manuel Rijo; presidente do conselho jurisdicional: dr. António Moreira dos Santos.

A modalidade de voleibol da DGD de Coimbra vai este ano tentar desenvolver uma actividade mais dinâmica e eficaz em todo o distrito de Coimbra, propósito que o responsável, monitor António Castro pensa tornar realidade.

O plano já elaborado terá como ponto prioritário a dinamização sobretudo nas camadas mais jovens da população (escalões etários entre os 9 e os 15 anos). Neste sentido foram (ou estão a ser ainda montadas) diversas escolas desportivas de voleibol pelo distrito: casos da Figueira da Foz, Tavares, Santo Varão (concelho de Montemor-o-Velho), Cantanhede, Lórvão e Coimbra (na Escola Primária do Bairro Norton de Matos e no Colégio Rainha Santa Isabel). Frequência média por escola: 30 jovens.

Dentro do mesmo plano, outras iniciativas vão ser levadas a cabo: como o Torneio Escolar, bastante importante uma vez ser o desporto escolar mola real do desenvolvimento da modalidade, não só a nível regional mas também a nível nacional.

E o voleibol estende a sua actividade, intervindo também no desporto de recreação: actividade aberta a todas as idades, a que a população adere facilmente, numa experiência vivida concretamente no Choupal, todos os fins-de-semana.

ATLETISMO

A nadadora americana Kim Peyton, que pertenceu à equipa que venceu os 4X100 metros livres nos Jogos Olímpicos de Montreal, sofre de um tumor no cérebro e deve ser operada



Prossegue o estágio de pré-olímpicos de atletismo, nas instalações do ISEF (Cruz Quebrada). Fernando Mamede, Carlos Cabral, Aurora Cunha e Helder Jesus simulam que vão atirar-se à piscina mas, à cautela, não se encostam muito à beira do tanque

ainda antes do Natal. Peyton tinha sido uma das melhores «sprinters» americanas entre 1972 e 1976. Este ano deixará de competir.

Integrado nas comemorações do cinquentenário do Sport Lisboa e Evora, esta colectividade, em colaboração com a delegação distrital da DGD, vai promover uma corrida de «S. Silvestre» no próximo dia 31, com início pelas 20 horas. As inscrições (gratuitas) encontram-se abertas até ao dia 28 na Delegação Distrital da DGD e no Sport Lisboa e Evora.

Integrado nas festas natalícias, o Grupo União Sport (de Montemor-o-Novo) em colaboração com a Delegação Distrital da DGD de Évora leva a efeito, uma prova de atletismo denominada «Grande Prémio do Natal», no próximo dia 24, pelas 15 horas. As inscrições (gratuitas) encontram-se abertas até ao dia 22 na Delegação Distrital da DGD de Évora e até ao dia 23 no Grupo União Sport, em Montemor.

TÉNIS

Mauro Vilar foi o vencedor da prova de singulares-homens do «Torneio de Ténis das Selecções do Reader's Digest», organizado com o apoio da Escola de Ténis João Lagos.

ANDEBOL

A Federação de Andebol aplicou a pena de irradiação ao jogador António Carlos Jorge Ribeiro (do F.C. Gaia) por incidente ocorrido durante o encontro do seu emblema com o Académico do Porto. Por seu turno, o Gaia sofre uma derrota de 0-15 nesse embate, além de multa no valor de 2000 escudos.

Também foram irradiados Almor Oliveira Gonçalves Vaz e Jorge Manuel Monteiro Guedes Pena, respectivamente treinador e jogador do Desportivo Franciscano Holanda.

HÓQUEI PATINADO

Jogos para o Torneio de Abertura em Hóquei Patinado: Campo de Orique, 3-Salesiana, 1; Belenenses, 2-Oeiras, 3; Sporting, 5-Cascais, 2 e Sesimbra, 2-Benfica, 4. Classificação após a 7.ª jornada: Sporting e

RÁPIDAS • RÁPIDAS • RÁPID

HONVED É BOM NO ANDEBOL

O Honved de Budapeste venceu o Zvezdnica de Sarajevo por 22/17 e qualificou-se para a volta seguinte da Taça dos Clubes Campeões Europeus de Andebol.

UM HERDEIRO DOS SAMURAI

O veterano japonês Toshiaki Araki, de 36 anos, venceu o torneio de esgrima dos VIII Jogos

Benfica, 19 pontos; Oeiras, 17; Belenenses, 13; CACO, 12; Cascais e Sesimbra, 11; Salesiana, 10.

Desporto italiano: saliências-78

A actualização da selecção de futebol no campeonato do mundo, na Argentina, o recorde mundial de salto em altura alcançado por Sara Simeoni e a confirmação de Francesco Moser como o melhor ciclista de estrada dos últimos anos foram os factos mais importantes registados em 1978, no desporto italiano.

A equipa «Azzurra», que disputou o «mundial» de futebol, surpreendeu todos com um 4.º lugar em que ninguém acreditava antes da viagem para Buenos Aires; e essa posição poderia ter sido melhor, pois na fase inicial pertenceu aos italianos o futebol mais elegante e prático.

Depois da vitória (1-0) sobre a Argentina, começou o declínio

Drogagem na natação norte-americana

O nadador norte-americano Marc Foreman admitiu ter-se drogado com cocaína e marijuana na véspera de uma competição nacional. Todavia, considera muito dura a pena de dois anos de suspensão de todas as provas internacionais que lhe foi aplicada pela Associação Nacional.

Foreman foi um dos cinco nadadores suspensos devido ao consumo de drogas.

Três mulheres foram suspensas por um ano, enquanto Foreman e outro nadador receberam penas de dois anos de suspensão de todas as competições internacionais, com excepção dos Jogos Pan-Americanos de 1979 e dos Jogos Olímpicos de 1980. Os nomes dos outros nadadores castigados não foram anunciados, mas o «Washington Post» assevera que eles são Steve

Tallman, Jan Ujevich, Beth Harrell e Gina Layton.

Por outro lado, a Associação entendeu também suspender, embora apenas por três meses, treze nadadores. Motivo: não terem seguido as ordens quanto à hora de recolherem aos seus aposentos durante uma competição efectuada em Abril passado no Texas.

Tal como no caso anterior, a Associação não revelou os nomes dos implicados, mas o «Washington Post» apurou dez deles, vários dos quais de primeiro plano mundial: Greg Jaggenburg, David McCagg, Scoot Spann, John Hillencamp, Kim Linneham, Nancy Hogshead, Joan Pennington, Cynthia Hoodhead, Tracy Caulins e Stephanie Elkins.

As suspensões por três meses iniciam-se em 1 de Janeiro de 1979.

italiano, devido ao esgotamento dos seus melhores elementos, e também a graves erros de alguns defesas, em especial o veterano guarda-redes Dino Zoff. O campeonato terminou (porém) com um balanço positivo para Itália, não só pela posição alcançada, mas também porque permitiu ver projectar figuras de grande valor como o «goleador» Faolo Rossi, Tardelli e Cabrini.

O ano que está prestes a terminar serviu para salientar uma «estrela»: a atleta Sara Simeoni, que superou (em Brescia) o recorde do Mundo do salto em altura (com 2,01 metros) proeza que suscitou grande admiração. Outro italiano, Pietro Mennea,

confirmou o bom momento que atravessa o atletismo italiano ao ganhar, nos campeonatos europeus de Praga, as provas de 100 e 200 metros, revelando-se imbatível em ambas as especialidades.

Em ciclismo, Francesco Moser (depois de uma brilhante temporada) perdeu por milímetros, frente ao holandês Gerri Knetemann, o campeonato do Mundo, disputado no circuito alemão federal de Nurburgring, mas não é comum que um ciclista tenha estado a um passo de repetir a proeza do ano anterior, quando se tornou campeão mundial em San Cristobal (Venezuela).

A temporada do desporto automóvel, ficou assinalada com o trágico acidente ocorrido no «Grande Prémio de Itália», disputado em Setembro, em Monza, e no qual perdeu a vida o piloto sueco Ronnie Peterson.

O tradicional circuito italiano está agora no banco dos réus, devido aos seus troços perigosos, e os construtores e os pilotos de «fórmula um» já decidiram não voltar a utilizá-lo no próximo ano.

No boxe, além da consolidação de Rocky Mattioli como campeão mundial de meios-médios ligeiros, não se registaram grandes êxitos para os italianos: Aldo Traversaro fracassou a sua tentativa de arrebatar a coroa a Mike Rossman e, agora, Vito Antuoferno (médios) e Alfio Righetti (pesados) aguardam a sua «chance».

A decadência italiana em ténis foi total, não só a nível individual (Adriano Panatta está no fim da sua carreira), como por equipas, pois a selecção «azzurra» foi uma sombra da que em 1976 ganhou a «Taça Davis».

China à porta das olímpíadas

O restabelecimento de relações diplomáticas entre a República Popular da China e os Estados Unidos significa que a China deve competir, quase de certeza, nos Jogos Olímpicos de Moscovo, em 1980.

A decisão será tomada, em Abril do próximo ano, pelo Comité Olímpico Internacional, na 81.ª sessão do organismo, que se realiza em Montevideo (Uruguai). Tudo indica que Pequim será readmitida no movimento olímpico.

O presidente do COI («lord» Killanin) afirmou que os nove membros do Comité Executivo do COI vão estudar o assunto no «meeting» marcado para 31 de Janeiro, em Lausana (Suíça) quando tomarem nota de um relatório de uma delegação de três membros, chefiada pelo neozelandês Lance Cross, sobre uma visita recente a Pequim.

Posso dizer que tudo vai ser tomado em consideração, mas só da reunião plenária de Montevideo é que sairá uma decisão, afirmou Killanin.

Apesar das divergências políticas entre a China e a URSS, os soviéticos declararam que permitiriam a participação de atletas

da China na Olimpíada de Moscovo.

Os soviéticos afirmaram já, em várias ocasiões, que os inimigos de Moscovo, em especial Israel e Chile, serão convidados a participar nos Jogos Olímpicos e um dos seus representantes nos Jogos Asiáticos tornou claro, na última semana, que a China será igualmente convidada - se for reconhecida pelo COI.

A última vez que a China competiu nos Jogos Olímpicos foi em 1952, em Helsínquia, com uma representação constituída por 38 homens e duas mulheres. Mas, já não participou na Olimpíada seguinte, que se realizou em Melbourne (Austrália) em 1956, porque a Formosa foi autorizada, à última da hora, a participar. A China afastou-se oficialmente do movimento olímpico dois anos mais tarde.

A readmissão da China no movimento olímpico está a causar algumas dores de cabeça ao COI, o qual, pretendeu, ainda recentemente, manter os jogos afastados da política. Mas, para a China, política e desporto são indivisíveis. O desporto é utilizado para aproximações políticas, como sucedeu com a diplomacia do ping-pong, a qual serviu para iniciar as conversações Estados Unidos-China, há sete anos.

A readmissão da China no palco do desporto mundial já começou este ano, quanto a Federação Internacional de Atletismo amador afastou a Formosa em favor de Pequim. A China está filiada, agora, em onze federações desportivas, e os Estados Unidos farão os possíveis para que esse número aumente.

No caso de participarem nos Jogos Olímpicos de Moscovo, os chineses não terão a possibilidade de se apresentarem no desporto em que são mais fortes (ténis de mesa) porque esta modalidade está excluída do programa olímpico.

779
FIM DO ANO
no ALGARVE
Preços desde 1020\$00

Fins de Semana
TORRALTA
6ª Feira a Domingo
Preços desde 1650\$00
Tudo incluído

Mais programas
à sua escolha

Inscreva-se já!
AGÊNCIA DE VIAGENS
HOTELCAR
Avenida da Liberdade, 107
Telefs. 369045/6 369178/9 328891/2

Chester
Bar

O ambiente tranquilo e requintado para uma bebida ao fim da tarde

CHESTER-BAR
para permanecer agradavelmente!

R. Rodrigo da Fonseca, 87
LISBOA

Nos lugares imediatos classificaram-se António Pereira dos Santos (2.º), João Sequeira (3.º) e Luis Santos (4.º) – actual campeão nacional – todos com 5 pontos. A 2.ª série (jogadores compreendidos entre 1700 e 1899 pontos ELO) foi ganha por Edmundo Rocha (com 6 pontos), seguido de Machado Oliveira (com igual número de pontos).

ROTEIRO CULTURAL

Aconteci...entos, acontecimentos—aquilo a que se chama acontecimentos — não os há hoje. Com isto queremos dizer que não se estreiam espectáculos novos hoje, que não há acontecimentos «fantabulosos» hoje (fabulosos + fantásticos = fantabulosos) previstos para hoje e que não acontece, hoje, nada que mereça uma referência especial a abrir o Roteiro Cultural. Como é evidente, isto não é rigorosamente verdadeiro porque o facto de não acontecer nada de «novo» hoje, não quer dizer que não tenha acontecido nos últimos dias alguma coisa destinada a ser «novo» durante muito tempo...

Para começar, o espectáculo «7 Anos de Canções» do Sérgio Godinho chega hoje a Lisboa. Já sabemos que o espectáculo andou pelo País durante quatro semanas e que o Sérgio Godinho já é conhecido deste público que donfunde o «novo» com o «bom». Sabemos isto e sabemos muitas outras coisas (do «novo», por exemplo, que so 10% é que é bom...) acerca deste «público» que aprende no «Match» e no «Playboy» a distinguir o que é «sufisticado» (latest, but very, very, latest) do que não vale a pena ver. Como é evidente a quem não aprende em revistas a distinguir o que é «bom» do

que não o é, o Sérgio Godinho é mesmo bom... Aqui fica, pois, um conselho: vá ao Maria Matos ver este espectáculo em que o Sérgio Godinho actua acompanhado pelo «Grupo Provisório n.º 1» (Paulo Godinho, Luis Caldeira, José Carrapa e Paleka). Pode estar certo de que o Sérgio Godinho vai ser lembrado muito (mas é muito...) tempo depois de já ter sido esquecido o último LP (the latest, the very latest...)

As novidades, porém, não ficam por aqui e, com a nossa proverbial orinoia, não podemos deixar de «valorizar» as novidades (quanto mais não seja, porque não seja, porque não desejamos perder leitores...). No Casino do Estoril, por exemplo, há uma exposição que merece, incontestavelmente, a atenção do público. Referimo-nos à exposição de Olaria de Porches (um pequeno lugar próximo de Lagoa, vila algarvia que revela não ser o Algarve uma provincia unicamente dedicada ao golf e ao ski aquático...). O que se passou em Porches (o tal lugarejo algarvio) conta-se em duas palavras: o pintor Lima de Freitas e o seu amigo Patrick Swift (por motivos que desconhecemos, a menos que sejam de natureza climatológica, mais dado a renovar a nossa olaria do que a olaria irlandesa) resolveram resuscitar a olaria tradicional da região e (esperamos que sem subsídios, para que a história não cheire a uma «operação» qualquer...) e dedicaram nada menos do que quatro meses (nada-mais, nada-me-



Cerâmica de Porches — um aspecto da exposição

nos do que quatro meses...) a resuscitar a olaria do mestre Gregório Rodrigues, como convém a todo o artista que se preza de descobrir qualquer coisa de «popular». De acordo com o panfleto que nos enviaram, «não foi por acaso que Patrick Swift realizou recentemente uma série de conferências sobre a experiência da olaria de Porches, na Universidade de North Carolina, convidado por um professor daquela escola superior americana e perito em matéria de artesanato, Borden Mace». Raras vezes estamos de acordo com os panfletos publicitários que nos mandam mas, desta vez, concordamos inteiramente

com o autor deste texto; também estamos convencidos de que não foi por acaso que o Patrick Swift fez a tal série de conferências na tal universidade de North Carolina, a convite do tal técnico de artesanato, Borden Mace. Estas coisas raras vezes acontecem por acaso...

Independentemente de tudo isto, porém, vale a pena ver a olaria actualmente exposta no Casino do Estoril.

Os nossos leitores que gostam de ópera — e esperamos que sejam muitos — têm hoje ocasião de ouvir a «Sonambula» de Bellini no Teatro de S. Carlos. Trata-se

do primeiro espectáculo da temporada de Inverno deste teatro e não há hùvida de que vale a pena estar presente...

Outro acontecimento que tem lugar hoje, é a inauguração da exposição Tolstoi na Fundação Gulbenkian. A inauguração desta exposição, a todos os títulos interessante, é antecedida por uma conferência de um especialista sobre este grande escritor.

A notícia que se segue diz respeito a um acontecimento que tem lugar amanhã, mas a sua importância justifica que lhe façamos uma referência hoje, tanto mais

que se refere a um acontecimento que tem lugar no Porto e que nos nossos leitores carecem de tempo para «planificar» a sua vida. Encerram amanhã as comemorações levadas a cabo por ocasião do cinquentenário da morte do grande compositor checo Janacek, com um concerto organizado pela «Oficina Musical», no Museu Soares dos Reis, às 21.e 30. Este concerto tem um interesse particular por dele fazerem parte algumas das mais importantes obras do compositor, que serão ouvidas pela primeira vez em Portugal, como é o caso do Concertino para piano e conjunto instrumental, em que será solista Olga Pratz, sendo a parte orquestral confiada a membros da «Oficina Musical». O concerto será dirigido por Álvaro Salazar.

Voltando ao teatro: estão definitivamente marcadas para o dia 22 duas estreias: a de «As Alegres Comadres de Windsor» no D. Maria II e a da peça de Valle Inclán, a que nos referimos no Roteiro de ontem, no TNT.

Prossegue, no Quarteto, a Perspectiva do Cinema Francês. Serão hoje projec-tados os filmes «Lettre de Sibérie» (Sala 1, às 14.30, 16.45, 19.00, 21.15 e 23.30), «Genre Masculin» (Sala 2, às 14.30), «Fou de Mai» (Sala 2, às 16.45, 19.00, 21.15 e 23.30), «O Meu Irresistível Selvagem» (Sala 3, mesmo horário de «Lettre de Sibérie») e «Mouchette» (Sala 4, mesmo horário de «Lettre de Sibérie»).

TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

8.º JUÍZO CÍVEL
Acção Sumária n.º 13.632
- 3.ª Secção
ANÚNCIO

Pela 3.ª Secção de Processos deste 8.º Juízo Cível de Lisboa, correm editos de 30 dias, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os réus JOSEFINA CASIMIRA DOS SANTOS, ALBERTO DOS SANTOS, CECILIA DOS SANTOS, ELISA DOS SANTOS e LAURA DOS SANTOS — cujos estados e profissões e actuais moradas se ignoram, com ultima morada conhecida na Rua da Quintinha, n.º 33, 1.º, em Lisboa, para, no prazo de 10 dias decorrido o dos editos, contestarem a acção sumaria movida pela autora MARIA EMILIA REGO SANTOS.

viúva, doméstica, residente na Rua da Ponta Delgada, n.º 68, 1.º Esq.º, em Lisboa, cujo pedido é o de que se declare que a A. adquiriu por prescrição o jazigo n.º 1335 do cemitério dos Prazeres, em Lisboa; para todos os efeitos legais e nomeadamente para o de requerer à respectiva Câmara Municipal de Lisboa o averbamento em seu nome.

LISBOA, 6 de Dezembro de 1978
O JUIZ DE DIREITO
(a) António de Almeida e Sousa
O ESCRIVÃO DE DIREITO
(a) João Pedroso Junior

tempo

SITUAÇÃO DO TEMPO ÀS 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado e o vento era fraco.

TEMPERATURAS DO AR

VIANA DO CASTELO	0º
BRAGANÇA	-4º
VILA REAL	-2º
PORTO	2º
P. DOURADAS	-4º
COIMBRA	1º
PORTALEGRE	2º
LISBOA	7º
EVORA	5º
SINES	-
BEJA	3º
SAGRES	11º
FARO	6º
PONTA DELGADA	11º
FUNCHAL	13º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
5.47	3.7 m 11.25 1.4 m
18.09	3.5 m 23.34 1.5 m
Dia 20	
6.22	3.6 m
18.49	3.3 m 12.06 1.5 m
Dia 21	
7.02	3.5 m 0.17 1.6 m
19.35	3.2 m 12.54 1.6 m

PREVISÃO DO TEMPO ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu temporariamente muito nublado; vento fraco predominando de noroeste; possibilidade de queda de neve nas regiões do norte e centro.

NAScer AS 7.50
OCASO AS 17.18

DIA 22 DIA 30 DIA 5 DIA 13

rádio

1.º Programa

17.00: Música variada; 18.10: Hoje respondemos por música, por António Vitorino de Almeida - ORQUESTRAS; 19.00. Poemas e poemas - música portuguesa; 20.00: «Jornal da noite»; 20.30: Conjuntos; 21.00: Sinal horário - 1.º episódio do folhetim «A Vida de S. Paulo»; Original de Judite Navarro; 21.20: «Contraponto»; 24.00: «Último jornal»; 00.20: Jazz; 00.30: Vozes na noite

2.º Programa

18.00: Música Sinfónica: - Concerto em la maior, op. 53, de Dvorak - Sinfonia n.º 36, em dó maior, K. 425 «Linz», de Mozart; 19.00. Música portuguesa, 20.00: CICLO HAYDN - Quarteto n.º 58, em dó maior, op. 54 n.º 2; - Grande Missa de órgão (do ano de 1966), em mi bemol maior - Sinfonia n.º 65, em lá maior, 21.35: Conjuntos de Câmara: - Sonata em mi menor, de Beethoven; - Quinteto em la maior, de BRUCKNER; 22.30: O Gosto pela Música, pelo dr. João de Freitas Branco; 23.00: INTER-CAMBIO MUSICAL: Festival de Bayreuth de 1978 - gravações cedidas pela Rádio da Baviera - Abertura e 1.º acto da ópera «O Navio Fantasma», de WAGNER, 23.55: Música sinfónica - Sinfonia n.º 9 em ré maior K. 320 «Trompa de postilhão», de MOZART; - Concerto n.º 2, em sol menor, op. 22, de SAINT-SAENS; 01.00: Fecho

3.º Programa-Nacional e Regional (290 m)

18.00. «Vertical»; 18.20: Prevenção e saúde, pelo dr. José Matilides; 18.50: Temperaturas do ar; 19.05. Teatro trágico, pelos Parodiantes de Lisboa; 19.30: Vertical-Trânsito; 20.15: Vertical Filatélico, por Carlos Oliveira; 21.30: «Quando o telefone toca»; 22.00: «Suplemento» «quando o telefone toca»; 23.05: Novas de Alegria, 00.05: Suplemento desportivo, por Jorge Schnitzer; 00.15: «Dia a dia com o passado»; 01.05: Tempo internacional; 02.00: Fecho

3.º Programa-Local (187.5 m)

16.00. Emissão nacional - «convite»; 18.00. «Compasso»; 18.15: Sai e pimenta (repetição); 18.45: Oça o que não leu, 20.40. Serviço de Agenda.

4.º Programa-Emissão Total em Estereofonia

17.00: «Hora de ponta»; 19.00: «Em órbita»; 20.00. «Forum» - Realização de Jorge Lopes; 22.00: «Audifóno»; 00.00: «Prisma» - Realização de Fernando Quinas «O Homem no Tempo» - Programa de antropologia. Produção de João de Sousa Monteiro e João David Nunes; 02.00: Fecho.

Rádio Renascença

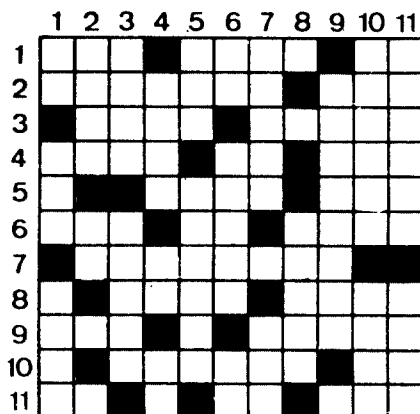
18.08. Apelos; 18.15: Igreja em Notícia-Palavra do dia, 18.30: Transmissão do Terço da Igreja de S. João de Brito, 19.00: Programa da Liga dos Amigos de R.R.; 20.00: Objectivo, 20.54: Apelo; 21.05: Curso de língua alemã; 21.30: Ao Encontro da Grande Música; 22.00 Quando o telefone toca, 22.30. Temas vivos; 23.30: Dicionário de Economia; 23.55: Fecho.

palavras cruzadas

COM PROVÉRBO PROBLEMA N.º 12 217

HORIZONTAIS

- Recusa. Debanda. Letra grega
- Tocara apito. Prefixo que designa ar.
- Jarro (planta). Corrida de novinhos logo após a ferra
- Ribomba. Vossa Alteza. Observou (inv.)
- Regras. Cólera
- Duna na Suécia. Quarto Caminhadas
- Fotografia
- Fechas as asas para descer mais depressa Dança indígena de Cabo Verde.
- Liguei. Medo.
- Velhos. Batraqueio
- Moderato Preposição. Ente



VERTICAIS

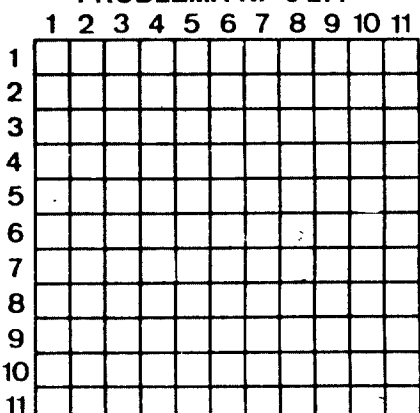
- Sódio (s.q.) Irmã da mãe Aquele que
- Mamífero desdentado espécie de tatu. Viração
- Metal precioso de cor amarela Rio de Itália.
- Cidade e porto das Filipinas Pronome pessoal Neon (s q)
- Freguesia do concelho de Espinosa Freguesia do concelho de Aguiar da Beira.
- Sufixo que designa estado Habitantes Pronafai
- Fechas as asas para descer mais depressa Dança indígena de Cabo Verde
- Liguei. Medo.
- Velhos. Batraqueio.
- Moderato Preposição Ente.

Resolvi completamente este problema?
Procure agora, em segundo tempo, o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 8 277

HORIZONTAIS

- Espécie de rede de pesca usada na costa do Algarve. Ilha da Grécia (Espórades).
- Justapor. Tombaram.
- Apelido. Fruto silvestre.
- Furnos. Erbio (s.q.).
- Atomo. Ligas.
- Estimado. Possuirá.
- Ardil. Possui.
- Autores. Preposição latina que designa movimento. Virgulas dobradas.
- Novocentos e um em romano. Língua antigamente falada no N. da França Antiga capital da Birmânia
- Nome de homem. Possuir
- Transpirar. Serra de Portugal.



VERTICAIS

- Filha de Neptuno e amada por Júpiter (mit). Espécie de feijão chinês.
- Separaram.
- Sufragio. Ruim. Czar da Rússia cognominado «O Terrível»
- Anéis. Gosta muito de clima.
- Militares sem graduação.
- Antes de Cristo. Fecho as asas para descer mais depressa. Levanto.
- Autores. Caules.
- Desgastastes.
- Herdade delimitada por marcos. Pessoa que embarça ou retarda
- Desbasta. Rio de Portugal.
- Califa que mandou incendiar a biblioteca de Alexandria Tostara

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 12 216

HORIZONTAIS

- Amacamos. AR
- Tacadas Ice
- Re Assa Ha
- NAO. Arnal.
- Ícas
- Cós. Grá. Tua.
- HA. Ais Em
- Arcai. Sem
- MORTE. Moer.
- Rolo Le. Mua.
- Oso Porto.

VERTICAIS

- At. Bicha. Ro
- Mar Coarmos
- Acenas Colo
- Ca. As. Faro.
- Adao It.
- Mas. Era. Elo
- Ossa. Ais Er
- Ara SEM
- Momo
- ACHAQUE. Eu.
- Real. Amoras.

Provérbio: NÃO HÁ MORTE SEM ACHAUQUE

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 8 276

HORIZONTAIS

- Ocelo. Amara
- Raparem
- Ta. Rimar. Va
- Ota. Nó. Al.
- Uro. Cs.
- Tão. Piada.
- Vingana.
- Avião. Único
- Medir. Calam
- Alé. Dar. Re.
- Remataram.

VERTICAIS

- Orto. Tramar
- Atua. Vele
- Er. Aro. Idem
- Lar. Vai.
- Ópio. Pior
- Am. Ain. Da
- Aran. Agucar
- Mero. Danara.
- Am. Caril.
- Vás. Igar.
- Anal. Maomet

cinemas

Lisboa

TURNO 45

Até às 22 horas

ALCANTARA — Av. da República, 74-A. Tel. 771379. **AGUIAR** — Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 98-A. Telef. 7646-768343. **ALAMEDA** — Alameda das Torres, 201-B. Tel. 790942. **BARRETO** — Rua do Loreto, 24-30. Tel. 327284. **CENTRAL DA LAPA** — Rua dos Navegantes, 10. Tel. 661734. **CHINDE** — R. Agostinho Lourenço, 6-B. Tel. 890331. **EUSIL** — Rua Barão de Sabrosa, 104. Tel. 687949. **FINDOR** — Rua D. Maria Pia, 514. Tel. 687949. **GALENO** — Av. Oscar Monteiro Torres, 38-A. Tel. 774920. **GOMES** — Rua Rodrigo da Fonseca, 101-A. Tel. 682333. **HIGILUX** — Rua de Pedrouços, 50-52. Tel. 610280. **INTENDENTE** — Largo Intendente Pina Manique, 50. Telefone 547838. **LÍBIA** — Av. Igreja, 4-B-C. Tel. 891681. **LOPES RIBEIRO** — Rua do Cruzeiro, 117. Tel. 633288. **MADRE DE DEUS** — Rua margem, 15-B (B. Grilo). T. 382470. **MARQUES** — Est. de Benfca, 648. Tel. 700096. **ORIENTE** — Rua Lopes, 120. Tel. 843381. **PAES** — Rua Abade Faria, 22-A. Tel. 723965. **PAN-CADA** — Rua Rebelo da Silva, 9. Tel. 43340. **REBOCHO** — Rua Ten-Cor. Ribeiro dos Reis, 12-B. Tel. 743871. **SAGRES** — Av. Luis Bivar, 69-71. Tel. 547213. **SALUTAR** — Rua B. 75-A-B (B.º da Liberdade). Tel. 683694. **SILVA** — Cal. Santo André, 16. Tel. 862074. **UNIFA** — Rua da Vitória, 21. Telefone 323793. **URBANO FREITAS** — Rua Silva Carvalho, 1-9. Tel. 662838. **ZEMA** — Rua General Justiniano Padrel, 21. Tel. 832580. **ZIRA** — Praça Casas Novas, lote 68 (B.º Encarnação). Teis. 311216-310172.

Permanente

BARRETO — Rua do Loreto, 24-30. Tel. 327284. **LOPES RIBEIRO** — R. do Cruzeiro, 117. Tel. 633288. **ORIENTE** — Rua Lopes, 120. Tel. 843381. **PAES** — Rua Abade Faria, 22-A. Tel. 723965. **CHINDE** — R. Agostinho Lourenço, 6-B. Tel. 890331. **FINDOR** — Rua D. Maria, 514. Tel. 687949. **SILVA** — Cal. St.º André, 16. Tel. 862074. **REBOCHO** — Rua Ten-Cor. Ribeiro dos Reis, 12-B. Tel. 743871.

NOTA — As farmácias que não estão de serviço permanente encerram das 13 às 15 horas para almoço.

Outra Banda

ALMADA: Castro Rodrigues, R. Capitão Leitão, 21-A (Tel. 2750076); **COVA DA PEDRA**: Atlântico, Av. Rainha D. Leonor, 45-A (Tel. 2764466); **LARANJEIRO**: Moderna, R. Dr. António Elvas, 84 (Tel. 2490305); **COSTA DA CAPARICA**: Carlos, Av. do Mar, 34-A Quinta de St.º António; **SEMI-SABRA**: Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (Tel. 2233028); **BARREIRO**: Mascarenhas Neto, R. Almeida Garrett, 1 (Tel. 2076454); **SEIKAL**: Godinho, L. da Igreja, 51 (Tel. 2218580); **MONTIJO**: Moderna, R. Bulhão Pato, 60 (Tel. 2310156); **MOTA**: Silva Rocha, R. da República, 16 (Tel. 239029); **ALHOS VEDROS**: Portugal, Av. da Bela-Rosa, 8 (Tel. 204250); **ALCOCHETE**: Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Tel. 234137).

Linha de Cascais

ALGÉS: Combatentes, Av. Comb. G. Guerra, 166 (Tel. 2113953); **ALCABIDECHÊ**: Carvalho, Até às 21 horas; **PORTO SALVO**: Ferreira Bastos, Até às 21 horas; **CARCAVELOS**: Central, Até às 24 e das 0 às 9 horas; **S. DOMINGOS DE RANA**: Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (Tel. 280085). Até às 21 horas; **PAÇO DE ARCOS**: Pargana, Av. Eng.º Bonneville Franco (Tel. 2435147). Até às 24 e das 0 às 9 horas; **OEIRAS**: Oeiras, L. Henrique Paiva Couceiro (Tel. 2430485). Até às 22 horas; **NOVA OEIRAS**: Leal, Até às 21 horas; **PARADE**: Macau, R. Elias Garcia, 60-C (Tel. 2471785). Até às 24 e das 0 às 9 horas; **PARADE**: Junqueira Mendes, Até às 21 horas; **MURTAL**: Primavera, R. das Parreiras, 2 (Tel. 2472278). Até às 21 horas; **AMO-REIRA**: Amoreira (Tel. 262313/267314). Até às 22 horas; **CASCAIS**: Nova Est. de Alvide-Fontainhas (Tel. 281044). Até às 21 horas; **Marginal**, Av. Marginal, 1 (Tel. 280078). Até às 24 e das 0 às 9 horas.

Linha de Sintra

AMADORA: Girassol, R. Elias Garcia, 17-C (Tel. 974161). Permanente; **Heménica**, R. Elias Garcia, 2 (Tel. 933613). Até às 22 horas; **DMAIA**: Damaia, P. Alexandre Gusmão, 9-A (Tel. 970523); **QUELUZ**: Zeller, R. da República, 83 (Tel. 950045); **CAMARATE**: Bataíha, R. Avelino S. Oliv.º, 6 (Tel. 2518669); **CACÉM**: Garcia, Av. dos Missionários, 2 (Tel. 2942181); **ALGUEIRÃO**: Rodrigues Rato (Tel. 2912038). Até às 24 horas; **AGUALVA-CACÉM**: Mira Sintra, P. N. Torre, 310. Até às 20.30 horas; **MERCES**: Claro Russo, Permanente; **RIO DE MOURA**: Riomouro, Av. Oscar Mont.º Torres, 8 (Tel. 2960194). Até às 23 horas; **SINTRA**: Gomes da Silva (Portela). Permanente; **COLARES**: Abreja (Tel. 299088).

Porto

(De dia e só até às 22 horas)

PASTELEIRA — Rua André de Resende, 92 Tel. 687011. **ALMEIDA CUNHA** — Rua Formosa, 327 Tel. 24874. **SAMPAIO** — Rua de Cedofeita, 636 Tel. 21782. **BIRRA** — Pr. da Liberdade 125 Tel. 26463. **MAFALDA** — Rua do Monte Cativo, 444 Tel. 481687. **S. JERONIMO** — Rua de Santos Pousada, 622 Tel. 54526. **CARDONA DOS SANTOS** — Rua D. Manuel II, 90 Tel. 315051. **ORIENTAL** — Rua do Bonjardim, 727 Tel. 27878.

(De dia e toda a noite)

CONTUMIL — Rua de Contumil 540 Tel. 485755. **MARQUES DE MENDONÇA** — Rua do Ameal, 251 Tel. 487118. **COSTA LIMA** — Av. da Boavista, 855 Tel. 60606. **VAZ TEIXEIRA** — Rua do Heroísmo, 56 Tel. 5285.

Coimbra

ESTADIO — Rua do Brasil, 348 r.c. Tel. 74700. **ADRIANA** — Pr. da República, 20-22 Tel. 23609.

abCINE

803065

Centro Comercial de Alvalade

SALA A
14.30, 16.30, 18.45 e 21.30
Não acons. men. 18 anos
HOLOCAUSTO 2000
SALA B
As 15, 17, 19, 21 e 23.45 horas
Não acons. men. 13 anos
AVISEM OS ESPARTANOS

ALVALADE

897490

Av. de Roma

15.15, 18.15 e 21.30 horas
Não ac. men. 13 anos
Eles estão de volta
TRINITY COWBOY INSOLENTE
Com: Terence Hill e Bud Spencer

APOLLO

763319

Av. Julio Dinis, 10-A

Atenção: 5 sessões diárias
13.30, 16.15, 19, 21.30 e 24
Peter Ustinov, Jane Birkin e
Mia Farrow em:
MORTE NO NILO
Um filme de John Guillemin
Technicolor

AVIS

547163

Av. Duque D. Avila, 45

As 15.30, 18.30 e 21.30 horas
Não acons. men. 13 anos
KINARA
A história de um amor nascido do odio
e transformado em paixão!
Com: Jeetendra e Hema Malini

BERNA

776098

Av. Marquês de Tomar

As 14, 16.30, 19 e 21.30 horas
Int. men. 13 anos — Colorido
John Travolta, Karen Lynn Gorney em
SATURDAY NIGHT FEVER
Febre de sábado à noite
Música original escrita e interpretada
por Bee Gees
5.ª semana

CALEIDOSCÓPIO

795093

Campo Grande

14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
Int. men. 13 anos — Colorido
John Travolta, Karen Lynn Gorney em
SATURDAY NIGHT FEVER
Febre de sábado à noite
5.ª semana

CASITIL

580194

Rua Castilho

15.30, 18.30 e 21.30 horas
Não acons. menor. 18 anos
Um filme de Alan Parker
O EXPRESSO DA MEIA-NOITE
Com Brad Davis, Randy Quaid
Bo Hopkins
5.ª Semana

CINEBOLSO

573407

Rua Actor Taborda, 27-B

As 12.30, 14.30, 16.45, 19 e 21.30 h
Int. men. 18 anos
OS PRAZERES SUPREMOS
Pornográfico
AS 69 POSIÇÕES
As 24 h — Não acons. men. 13 anos
ANNIE HALL

CINE CAMÕES

324194

Rua do Loreto, 15

As 13.40, 16.30 e 21.30 horas
Não acons. men. 13 anos
O AMOR IMORTAL
As 19.15 h — Grupo D (18 anos)
DILLINGER

CITY CINE

549999

Rua Tomas Ribeiro, 34

14.30, 16.45, 19.00, 21.30
Não acons. men. 13 anos
SOU TIMIDO,
MAS ANDO A TRATAR-ME
Pierre Richard, Aldo Maccione
Int. men. 13 anos
As 23.45 h.
TEMPOS MODERNOS

CONDES

322523

Av. da Liberdade, 2

As 14, 16.30, 19 e 21.45 horas
Para todos
É uma loucura de rir sem parar!
O INCORRIGIVEL TEMOSO
Com: Louis de Funès e Annie Girardot

DOIS MIL

210055

Av. Bombeiros Voluntários

Lote 113 Alges
As 15.30, 18.30 e 21.30
O MONTY PYTHON
E O CALICE SAGRADO
Não acons. men. 13 anos

D. JOÃO V

971794

Praça Centro Comercial Damaia

As 21.15 horas
A MULHER DRAGÃO
Int. men. 18 anos

EDEN

320768

P. dos Restauradores, 21

As 14, 16.30, 19 e 21.30 h.
Não acons. men. 18 anos
Com: Roy Scheider, Lorraine Gary e
Murray Hamilton em:
TUBARÃO 2
Um filme de Jeannot Szwarc
Technicolor — Panavision

ESTUDIO

555134/5

Av. Afonso Henriques, 35

As 15.30, 18.30 e 21.30 horas
Não acons. men. 18 anos
Há casais que não se entendem. Há
pais e filhos que não se compreendem.
Mais do que desajustamento as suas
vidas são vítimas da ignorância e do
silêncio.
O MILAGRE DO AMOR

ESTUDIO 444

779095

Av. Defensores de Chaves, 83

15.30, 18.30 e 21.30 h.
MORTE NO NILO
Com: Peter Ustinov, Jane Birkin,
Mia Farrow e David Niven
O filme começa 5 minutos apos o inicio
do espectáculo

EUROPA

661016

R. Almeida e Sousa, 35

As 15.30 e 21.30 horas
Diga-me lá se faz favor:
QUE FARIA VOCÊ NO MEU LUGAR?
Com Marlene Jobert e Jean-Claude Braly

REVEILLON

Não se deixe atrasar
Peça na bilheteira o programa elucidativo
e compre já o seu bilhete

IMPÉRIO

555134/5

Al. Afonso Henriques, 35

15.15, 18.30 e 21.30 h.
É uma loucura de rir sem parar!
Louis de Funès e Annie Girardot em:
O INCORRIGIVEL TEMOSO
O grande divertimento das festas

LONDRES

801313

Av. de Roma, 7-A

As 14.00, 16.30, 19.00, 21.45 h
A GRANDE DECISÃO
de Herbert Ross
com Anne Bancroft e Shirley MacLaine
Não acons. a men. 13 anos
4.ª Semana

MONUMENTAL

555131

P. Duque de Saldanha

3 sessões: 15.15, 18.15, 21.30 h
Não acons. men. 18 anos
5.ª Semana
OS GANSOS SELVAGENS
31 Dez. — As 21.30 horas
REVEILLON
Não acons. a men. 13 anos
Bilhetes à venda

MUNDIAL

538743

R. Martens Ferrao, 12 A

As 15.15, 18.30 e 21.30 h.
Não acons. men. 13 anos
OS NOSSOS 15 ANOS
(Diálogo Mente)
Encantador, terno e divertido como os
nossos mais belos dias da juventude!
Com: Eleonore Klamvein, Odile Michel
Anouk Ferjac

NIMAS

574362

Av. 5 de Outubro, 42-B

As 14.30, 16.45, 19.00, 21.30 horas
Não acons. men. 18 anos
Galardoado com 7 Óscares
PROVIDENCE
A obra-prima de Alain Renais com Dirk
Bogard e Ellen Burstyn
8.ª semana

NOVOCINE

840678

Av. General Roçadas, 7

Hoje as 15.15 e 21.15
Não acons. men. 13 anos
Cenas da maior pancadaria
ASSIM ATE DA GOSTO
Com Frederick Stafford e Silva Monti

ODEON

326283/4

R. Condes, 12 a 20

As 15.15, 18.15, 21.30
Não acons. men. 13 anos
A DEUSA DO AMOR
ATENÇÃO: O filme é projectado no
inicio da sessão

PATHE

821933

R. Francisco Sanches, 122

As 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30 horas
Int. men. 18 anos
As aventuras da jovem Jones
LADY CHATTERLEY
Contém cenas eventualmente
chocantes
3.ª semana

POLITEAMA

326305

R. Portas de St.º Antão

As 14.15, 16.30, 19 e 21.30 horas
Int. men. 18 anos
UM POR UM
(Um festival de karate fora de serie!)

QUARTETO

771378

R. Flores do Lima, 16

SALA 1 — As 14.30, 16.45, 19, 21.15 e
23.30
LETTRE DE SIBERIE
De Chris Marker
SALA 2 — As 14.30
GENRE MASCULIN
As 16.45, 19, 21.15 e 23.30
FOU DE MAI
De Philippe Delrance
SALA 3 — As 14.30, 16.45, 19, 21.15 e
23.30 h
O MEU IRRESISTIVEL
SELVAGEM
SALA 4 — As 14.30, 16.45, 19, 21.15 e
23.30 h
MOUCHETTE
(AMOR E MORTE)
De Robert Bresson

RESTELO

610375

Av. Torre de Belém

As 21.30 h — Int. men. 13 anos
A mais emocionante aventura — a
invasão de um inimigo mais mortal que
qualquer arma humana
Em 5.ª semana
O ENXAME
Com Michael Caine, Richard Widmark
e Olivia de Havilland

ROMA

887778

Av. de Roma, Lote JRB

As 15.30, 18.30 e 21.30 horas
Int. men. de 13 anos
A PONTE MAIS LONGA
Xangai em chamas na maior epopeia
do Extremo Oriente
Com: Kuu Chuan-Hsiung e Tony Dyer

ROXY

548560

Av. Almirante Reis, 20

As 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45 h.
O filme mais genuinamente divertido do
ano!
A FEIRA DO LIVRO
Um filme de Jamie Uys — Colorido

SÃO JORGE

579144-579344

Av. da Liberdade, 175

As 15.15, 18.30 e 21.30 horas
Não acons. men. 18 anos
Premio especial do jun de Cannes
O UIVO
(The Shout)
Alan Bates, Susannah York, John Hurt

SATELITE

562632

Av. Fontes Pereira de Melo, 61

As 13.30, 16.15, 19 e 21.30 horas
Int. men. 13 anos
A mais célebre história de amor e mistério
de Agatha Christie
MORTE NO NILO
Peter Ustinov, Jane Birkin, Mia Farrow,

STAR

804210

Av. Guerra Junqueiro, 14 C

As 14.30, 16.45, 19 e 21.45
Não acons. men. 18 anos
Um filme de Billy Wilder
O SEGREDO DE FEDORA

TERMINAL

371573

Estação do Rossio

as 11, 13, 15, 17, 19, 21.30 e 23.30 horas
OS NOSSOS 15 ANOS
(DIÁLOG



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.

• ADMINISTRAÇÃO: RUA CASTILHO 183-1 •
TELEFONES 360117/8

• REDACÇÃO: PUBLICIDADE E SERVIÇOS TÉCNICOS
RUA LUIZ BORGES 88
TELEFONES 371159/6 370711/2 370829 377812
PUBLICAÇÃO 360749

• SERVIÇO NOTAS (DEPOIS DAS 7h)
PONTES 271154
MENSAGENS GRAFADAS 370729

• IMPRESSÃO: TELHEIRAS DE RUA 1155
LISBOA PORTUGAL

• DELEGACÃO DO PORTO
RUA DO ALMEIDA 30-2 • TELEFONES 2004 5

Indira presa e expulsa do Parlamento

Indira Gandhi, ex-primeiro-ministro da Índia, foi hoje presa e expulsa do Parlamento, sob acusações de grave violação da imunidade parlamentar e falta de respeito pela Câmara Baixa.

O debate provocou verdadeiro tumulto, dentro e fora do Parlamento. Na Câmara, os membros do partido governamental e a oposição trocaram insultos, durante a discussão da decisão tomada por uma comissão parlamentar que considerou ter a sr.^a Indira Gandhi obstruído a acção de delegados que investigavam a actuação do seu filho, Sanjay, num projecto de construção de carros populares. Três decisões estavam à escolha da Câmara: prender a sr.^a Gandhi, expulsá-la do Parlamento ou suspender a sessão até ao fim da sessão em curso. Acabou por ser tomada a decisão mais gravosa para o antigo primeiro-ministro: expulsão da Câmara e prisão.

Mais de 500 membros do partido da sr.^a Indira Gandhi foram, entretanto presos, devido às manifestações de rua que resultaram em verdadeira batalha campal com a Polícia, a qual utilizou gases lacrimogénios e foi apedrejada por manifestantes. Além destas prisões verificadas em Nova Delhi, foram presas em Calcuta 100 pessoas pelo mesmo motivo.

Boumedienne em estado crítico

As autoridades argelinas solicitaram de Paris um reforço de médicos especialistas, depois do agravamento do estado de saúde do presidente Houari Boumedienne — revelaram hoje de manhã, emissoras francesas.

De acordo com essas emissoras, a equipa de médicos chefiada pelo prof. François Monsalier, do Hospital Cochin, partiu ontem para Argel, juntando-se ao grupo de médicos de sete nações que têm estado a lutar para salvar Boumedienne.

As estações de rádio francesas, citando fontes médicas de Argel, disseram que o estado de saúde do chefe de Estado argelino é «muito crítico».

(Hoje 28 páginas)

VENHA RECEBER AS SUAS "BROAS"

Se é cliente habitual já tem conhecimento de que estamos a oferecer (calças, camisas, etc.). Se não é, venha saber do que se trata. Há «BROAS» para si.

ROSSIO 85 — TELEF. 365018

TOP. ROSS

O MAP ATACA DE NOVO

Atropelos e ilegalidades no distrito de Évora

As duas entregas de reservas, previstas para hoje e amanhã, na UCP «A Luta é de Todos» de Mora, em benefício dos agrários Maria Calista e José Mexia de Almeida foram adiadas para data a fixar. Entretanto como noticiámos o MAP, ocultando uma proposta dos trabalhadores no sentido de arrendarem a Herdade da Asseiceira, consumou a sua entrega à agrária Maria do Rosário Falcão.

A propósito, o Secretariado Distrital das UCP's e Cooperativas de Évora divulgou um comunicado no qual desmascara a política de destruição levada a efeito pelo MAP. Denuncia-se, no documento, que estão na mira da ofensiva mais nove UCP's do distrito de Évora nomeadamente as explorações colectivas Pedro Soares, José Adelino dos Santos, Juventude da Boa Fé, Progresso da Igreja, Rainha do Sul e Montemorense.

Depois da forte ofensiva que incidiu no distrito de Portalegre, onde foram entregues aos agrários já 18 000 hectares de terra, o MAP decidiu agora atacar no distrito de Évora. No respeitante ao caso da Pedro Soares per-

gunta o Secretariado Distrital das UCP's «afinal a quem se destina a reserva?» visto que os serviços do MAP não são explícitos nesse ponto. No primeiro ofício, enviado à UCP em causa, falam em «reserva a atribuir a Manuel António Nunes». No segundo já indicam Manuel Nunes e esposa.

Por outro lado, o organismo representativo dos trabalhadores salienta que a legislação em vigor obriga e concede prazos que devem ser tidos em conta ao contrário da «pressa revelada pelos serviços do MAP», que nem sequer respeitam os trâmites da notificação nem informam as UCP's e Cooperativas das pretensões dos agrários quanto à localização das reservas.

Numa outra passagem do comunicado dos trabalhadores sublinha-se que o responsável pelo sector do contencioso da Direcção Regional do Alentejo do MAP refere que o agrário Nunes exerceu o seu direito de reserva, em 23 de Junho de 1978, quando numa relação de reservas pedidas e, entregue ao Secretariado Distrital de Évora, datada de dia 20 de Junho, já vem mencionado esse pedido.

«Será que os serviços do MAP se antecipam aos próprios agrários?»

As ilegalidades e atropelos do MAP não ficam por aqui. Segundo o Secretariado Distrital das UCP's e Cooperativas de Évora o MAP pretende entregar a Manuel António Nunes e esposa os 70 mil pontos e ainda mais as majorações o que somam um total de 98 000 pontos. Contestam os trabalhadores esta disposição visto que o filho do sr. Nunes, a nora e quatro netos não vivem em comunhão de mesa e habitação. Por outro lado o filho do reservatário encontra-se inscrito na Previdência como empregado do pai, recebendo todos os subsídios e abonos como qualquer beneficiário — o que prova que o agregado doméstico não depende dos rendimentos dos prédios expropriáveis do sr. Nunes.

«Este e outros casos fazem prever que o Governo de Mota Pinto/PPD e CDS e o MAP de Ferreira do Amaral vão intensificar a repressão violenta contra os trabalhadores, no sentido de continuarem com as entregas de terras aos agrários.»

CR dá "luz verde" à Lei das Finanças Locais

Foi hoje publicada no «Diário da República» a resolução do Conselho da Revolução em que declara não se pronunciar pela inconstitucionalidade das normas constantes do Decreto 183/1 de 10 de Outubro último, da Assembleia da República, mais conhecido por «Lei das Finanças Locais». Esta resolução está datada de 29 do mês passado. A partir de agora a promul-

gação da lei depende exclusivamente do Presidente da República, que a deverá remeter à Assembleia da República para publicação.

A Lei das Finanças Locais consta de 26 artigos nos quais se estabelecem os princípios da autonomia financeira das autarquias, dos seus orçamentos e a natureza das receitas municipais e das freguesias, bem como a

participação dos Municípios nas receitas fiscais e das freguesias nas receitas municipais. A lei fixa ainda quais as taxas que poderão ser cobradas pelos Municípios, as multas e quais os empréstimos que poderão ser contraídos pelos órgãos autárquicos.

A publicação desta lei vem sendo insistentemente reclamada pelos órgãos do Poder Local.

Jornalistas pararam

Continuação da pág. 1

sabidades. Por recusarem ser jogados ao sabor dos interesses do patronato, gestão pública e Governo, os jornalistas rejeitam pressões sobre as suas condições de trabalho; não aceitam a degradação das condições de exercício da profissão; e repudiam quaisquer tentativas de limitação da liberdade de informação e do acesso à informação.

Os jornalistas do «Diário de Lisboa» acrescentaram à moção os seguintes dois pontos:

«Os jornalistas do «DL» saúdam reconhecidamente os trabalhadores de outros sectores das empresas e da RTP que têm manifestado a sua solidariedade com a sua luta.

«Os jornalistas do «DL» reafirmam a sua confiança na CNS e nos corpos gerentes do Sindicato pela forma como têm sido conduzidas as negociações sobre o CCT.»

A moção, assim acrescentada, foi aprovada no «DL» por unanimidade e aclamação.

Segundo os respectivos dele-

gados sindicais, a paralisação, nos restantes vespertinos, foi a seguinte:

«Diário Popular» (sede), 100%; «a capital» (sede), 100%; «A Luta», maioria (só não paralisou um jornalista); e «Jornal Novo», 10%.

Quanto às agências, e de acordo com «telexes» recebidos, os números foram os seguintes:

ANOP, 100%. Texto do «telex»: «Na sede em Lisboa e nas suas delegações de Coimbra, Évora, Funchal, Ponta Delgada, Porto e Guarda, os jornalistas da ANOP aderiram a 100 por cento à greve».

Por sua vez, os jornalistas por-

tugueses das agências estrangeiras com delegações em Lisboa cumpriram a 100 por cento a paralisação.

O esquema da paralisação de hoje foi (e é) o seguinte: vespertinos (como se constata pela moção aprovada) das 10 às 12 horas; matutinos, imprensa não diária e rádio, das 17 às 19 horas; e agências noticiosas, das 10 às 11 e das 17 às 18 horas.

Números mais pormenorizados serão publicados amanhã.

Na RTP (Telejornal) efectuou-se ao princípio da tarde um plenário para análise da situação e estudo do apoio a dar aos jornalistas.

Uma "herança" do III Governo

Continuação da pág. 1

segundo o respectivo preâmbulo, tem a ver com a necessidade de «tirar de dificuldades certas empresas» e de acabar com a circunstância de, por vezes, a empresa devedora poder beneficiar de taxas de juro bonificadas nos empréstimos que contrai enquanto a empresa credora poderá não gozar dessa mesma vantagem, visa permitir a aplicação de soluções capazes de assegurar uma progressiva recuperação de situação degradada a que se tenha chegado quanto a atraso no pagamento de serviços públicos prestados, por parte de alguns consumidores e utentes com maior volume de atrasos acumulados, «nos casos em que esses consumidores e utentes possam vir a restabelecer o respectivo equilíbrio económico».

Nos termos do decreto, o presente regime «não será aplicável às empresas e outras entidades

em relação a cujos débitos o Estado tenha assumido a garantia do respectivo pagamento ou que beneficiem de regimes particulares».

Entretanto, aos devedores que, dentro do prazo de trinta dias, contados a partir da entrada em vigor deste diploma, reduzirem no mínimo de 20 por cento as respectivas dívidas, ser-lhes-á facultada a possibilidade de titularerem por letra a importância dessas dívidas.

Eanes no Porto

PORTO, 19 — O general Ramalho Eanes, na qualidade de chefe do EMG das Forças Armadas, acompanhado do chefe do Estado-Maior do Exército e outras individualidades, visitou esta manhã, depois das 11 horas, o Hospital Militar Regional do Porto, deslocando-se de tarde ao Hospital Civil de Vila Nova de Gaia.

DELEGAÇÃO DO PCF EM LISBOA

"Luta-se em toda a Europa contra alargamento da CEE"

Uma delegação do Partido Comunista francês, encontra-se desde ontem em Lisboa. Veio a convite do CC do PCP, e a visita integra-se no âmbito das boas relações existentes entre o PCP e o PCF. A delegação é chefiada por Maxime Gremetz, do «bureau» político do PCF, e integra ainda Jean Garcia, primeiro secretário da Federação do Seine-Saint Denis, Francette Lezard, chefe de redacção-adjunto do «L'Humanité», e Roger Trugnan, da secção de Política Externa do Comité Central.

Existe actualmente em toda a Europa capitalista, uma campanha anticomunista que visa principalmente os partidos comunistas, principalmente nos países onde os partidos comunistas são fortes — disse Maxime Gremetz a «O Diário», e segundo declarações daquele dirigente publicadas na edição de hoje, deste matutino. Gremetz adianta no entanto que também em toda a Europa capitalista se assiste actualmente à luta combativa de grandes sectores da sociedade contra o sistema capitalista, e designadamente contra as for-

mas que ele assume na sua tentativa de sobrevivência à crise incessante que o mina, o Mercado Comum, nomeadamente. Grandes sectores da sociedade europeia — segundo Gremetz — lutam actualmente contra a integração europeia e o alargamento do Mercado Comum, que, em seu entender, põe em causa a independência nacional de cada país.

Gremetz refere-se ainda a questões políticas internas da França, nomeadamente os que afectam a unidade de esquerda, e afirma que estão hoje mais claras as responsabilidades do PS francês no rompimento com o programa comum.

Enquanto em Portugal, a delegação do PCF terá conversações com dirigentes comunistas portugueses. O interesse destas conversações é evidente, sabida a oposição do PCF ao alargamento do Mercado Comum, bem como a do PCP à integração económica europeia. Serão tratadas questões de interesse partilhado pelos dois partidos e problemas actuais do Movimento Comunista Internacional.

MDP comenta Fanhões

«Em Fanhões, como em Évora, as forças democráticas infligiram nova e expressiva derrota às forças reacçãoárias» — diz o MDP/CDS em comunicado da sua Comissão Executiva, a propósito da vitória destacada da APU nas eleições locais de Fanhões, realizadas no domingo.

Começando por saudar «todos quantos se empenharam no processo eleitoral que decorreu em Fanhões, a CE do MDP considera que ali, como em Évora, «ficou demonstrado que, onde as forças democráticas são maioritárias, o índice de abstencionismo é menor, o que traduz um real interesse e uma real participação das populações na

gestão dos seus órgãos autárquicos».

Sobre as alegações do PSD quanto a pretensas irregularidades cometidas durante o acto eleitoral o MDP no comunicado assinala: «O PSD, grande derrotado destas eleições, vem agora tentar cobrir com cláunias o desmascarar da sua arrogância e do seu triunfalismo. Para mais esta tentativa de desestabilização, as forças reacçãoárias tiveram a resposta clara do eleito-rado que demonstrou, mais uma vez, e de forma massiva, que sabe distinguir o trigo do joio, e aposta, firmemente, na democracia».

MONJARDINO EM ENTREVISTA

"Governo ir-se-á embora se lhe faltar apoio mínimo"

Em entrevista publicada hoje no «Diário de Notícias», Álvaro Monjardino, ministro-adjunto do Primeiro-Ministro, a propósito do Executivo a que pertence não dispor, à partida, de nenhum apoio parlamentar, afirma que «o Governo ir-se-á embora se lhe faltar o apoio mínimo», salientando que «se o Plano e o Orçamento para 1979 forem derrotados contundentemente, o Governo interrogar-se-á muito seriamente se valerá a pena continuar em funções».

Durante a entrevista, o ministro-adjunto de Mota Pinto mostrou-se evasivo em relação a perguntas concretas sobre a possibilidade do Governo durar até 1980 e acentuou que será o próprio Gabinete a ajuizar «qual o momento em que os apoios mínimos lhe poderão faltar».

Sobre a Lei Eleitoral, Álvaro Monjardino não exclui a hipótese de ser o Governo a elaborá-la, embora não estejam ainda definidos os termos em que o fará.

Acerca do Serviço Nacional de Saúde, Monjardino, depois de adiantar que o projecto foi comunicado ao Governo por seu intermédio, esclareceu que é prematura qualquer informação do Executivo sobre aquele Serviço dado que o Ministério dos Assuntos Sociais ainda não se pronunciou sobre o assunto.

A propósito das relações com o Parlamento, o ministro-adjunto do Primeiro-Ministro disse que participará «nas reuniões ou nas conferências dos grupos parlamentares com o presidente da Assembleia, que são semanais» e «sempre que não for visto inconveniente e parecer que o Governo tem uma palavra a dizer sobre o assunto», procurará «levar a palavra do Governo ao trabalho das comissões».

«Relativamente aos contactos do Governo — prosseguiu Monjardino — com os partidos políticos como tais, suponho que eles se irão processar mais ao nível de primeiro-ministro».

Finalmente, a uma pergunta sobre os parâmetros que irão balizar a acção do Governo, Álvaro Monjardino não foi muito claro, ao dizer que «não há nenhum Governo que se crie só para salvar ou consolidar o regime».

«Um Governo — concluiu — tem uma função e essa é a de presidir a toda a administração pública. Não acho que isto seja uma tarefa adicional do Governo, mas sim a fundamental. Que o exercício dessa tarefa essencial corra de par com uma tentativa de estabilização sócio-económica que também se traduza em estabilização política, pois essa pode ser uma consequência benéfica para o País, de acordo com a perspectiva patriótica em que se colocaram os membros do Governo».

MOBILIAS TROCO

AS SUAS USADAS POR NOVAS, MODERNAS OU DE ESTILO Facilidades de Pagamento

ARMAZÉNS MÓVEIS JORGE

AV. ALMIRANTE REIS, 35 (aos Anjos) — Tel. 832161

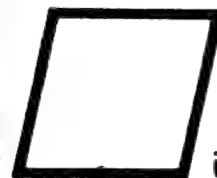
Economia: O petróleo e o dólar - 3

Japão: Novo governo, a mesma política

Etiópia: Na hora decisiva

Cuba: Fidel anunciou libertação de prisioneiros

Estados Unidos: O mistério do "caso Watergate"



SUPLEMENTO

Síntese
da vida
internacional

Le Monde
Prensa Latina
Interpress
Novosti

N.º 51/78

Terça-feira, 19 de Dezembro de 1978

CAMBOJA

Formação da Frente Unida

■ Roland-Pierre Paringaux

□ Le Monde

O anúncio da formação no Camboja «algures nas zonas libertadas», da Frente Unida de Salvação Nacional do Kampuchea (FUSNK) constitui uma viragem capital na luta travada pelos resistentes, khmers, apoiados por Hanói. Após uma fase de guerrilha embrionária, a resistência oficializou-se. Agora passa a ser dotada de estruturas políticas que lhe conferem uma dimensão nacional (um congresso e um comité central de 14 membros), de uma bandeira e mesmo de uma agência de informação. O seu programa político, por ora muito sucinto, resume-se no derrube do regime de Phnom Penh, no não-alinhamento, e no «caminho para o socialismo».

Esta dimensão nacional deveria permitir um reconhecimento internacional de jure ou de facto da representatividade da Frente pelos seus aliados, como foi o caso da Frente Unida Nacional do Kampuchea (FUNK), quando lutava pelo derrube do marechal Lon Nol e pelo fim da intervenção americana.



CAMBOJA

Situação esta, que não deixa de ter os seus aspectos irónicos.

Duros combates

A criação da Frente surge numa altura em que, no plano militar, a resistência e as tropas vietnamitas parecem estar a marcar pontos.

Duros confrontos militares estão a verificar-se desde meados de Novembro entre vietnamitas e cambojanos na região das plantações de borracha, situada na parte nordeste do Camboja, indica-se em Banquecoque de fontes diplomáticas ocidentais bem informadas. Com o apoio da aviação, os solda-

► 2

Apoio de Moçambique aos movimentos de libertação

■ Javier Rodriguez

□ Prensa Latina

MAPUTO - O primeiro-ministro moçambicano, Joaquim Chissano, declarou que os países não-alinhados têm que intensificar o seu apoio material e diplomático aos movimentos de libertação africanos para acabar com o racismo.

Em entrevista concedida à Prensa Latina, destacou a importância da próxima reunião do Bureau de coordenação do movimento não alinhado, que terá lugar no Maputo, durante o mês de Janeiro de 1979 (muito perto do campo de batalha).

O primeiro-ministro disse que esse encontro deverá intensificar a luta contra o imperialismo, o colonialismo e o racismo e o apoio aos países da linha-da-frente, vítimas das agressões da África do Sul e da Rodésia.

Chissano frisou que o capitalismo internacional está a conjugar esforços no sentido de manter intactos os seus interesses económicos e estratégicos na África Austral.

Assegurou, aliás, «que é por isso que o movimento não alinhado deve orientar-se em conjunto, no sentido de tomar medidas urgentes».

Depois de declarar que a reunião do Maputo será um passo importante para a preparação da conferência de chefes de estado e de governo, marcada para o próximo ano, em Havana, acrescentou que os não-alinhados têm também como objectivo a luta pela independência económica de todas as nações que fazem parte do movimento.

Chissano denunciou o imperialismo como inimigo dos povos subdesenvolvidos e que este procura manter em África estruturas que lhe permitam continuar a exploração das riquezas do continente.

Referindo-se aos ataques que a República Popular de Moçambique sofre continuamente por parte dos regimes racistas, fez notar que são uma base de apoio seguro para os movimentos de libertação da África Austral.

O primeiro-ministro lembrou que muitas das agressões se realizam contra os acampamentos de refugiados do Zimbábue, acrescentando que, quando as potências ocidentais apoiam esses ataques, demonstram que a independência de Moçambique só se consolidará depois de conseguir o fim do «apartheid» e a independência do Zimbábue.

«Moçambique não se intimi-

dará com os bombardeamentos e continuará com a sua firme determinação de apoiar a luta do povo do Zimbábue», afirmou Chissano.

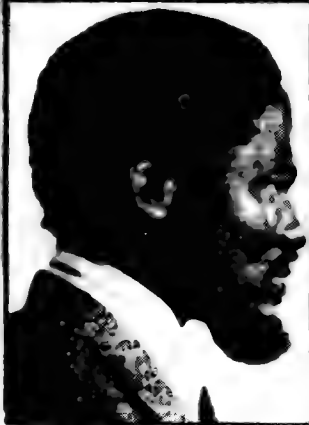
Analisou em seguida a linha a ser tomada pelos países africanos perante a nova estratégia do imperialismo para esta parte do mundo, fazendo sentir a necessidade de destruir manobras como a que visa criar uma força pan-africana que ponha em confronto os povos do continente.

Recordou, seguidamente, que não existe nenhum exemplo de povo africano que tenha sido libertado com o apoio das potências capitalistas, as quais tentam agora semear a confusão, criticando a atitude solidária dos países socialistas.

O dirigente da Frelimo declarou que uma dessas mentiras é dirigida contra Cuba, deturpando as verdadeiras razões internacionalistas da sua presença em África e esquecendo que os soldados imperialistas também estão no continente e são os verdadeiros inimigos dos povos.

Chissano qualificou de «fantocheada e carnavalesca» as eleições unilaterais que os racistas pretendem levar a cabo no território da Namíbia e do Zimbábue,

JOAQUIM CHISSANO



JOAQUIM CHISSANO

«tendo acrescentado que nunca tendo vontade para a opinião pública internacional, nem para a população desses martirizados países».

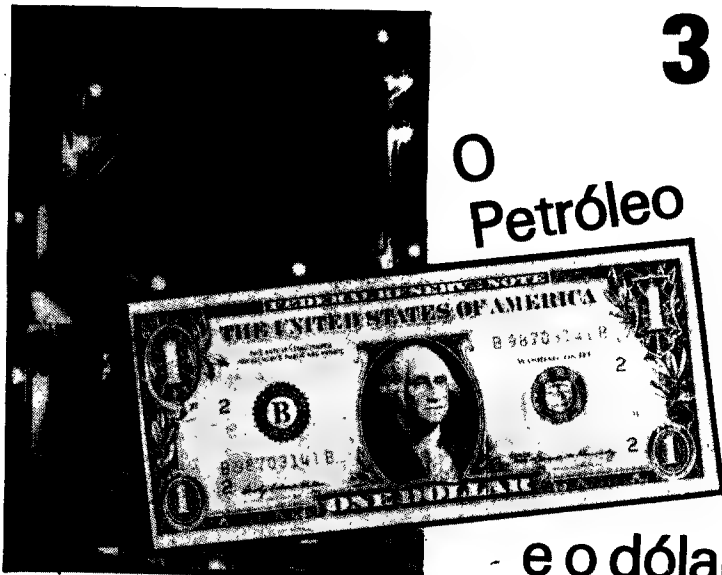
O primeiro-ministro assegurou ainda que a pressão internacional e a luta armada farão fracassar esses planos e que, embora a intervenção imperialista prolongue o combate, o triunfo pertencerá à causa popular.

Referindo-se à recente visita a Moçambique de Isidoro Malmierca, ministro dos Negócios Estrangeiros de Cuba, Chissano qualificou-a de muito frutífera.

Declarou, aliás, que os dois países têm pontos de vista coincidentes em todos os aspectos e a mesma ideia sobre os problemas mais candentes do mundo actual.

Chissano acrescentou que o estreitamento das relações entre Cuba e Moçambique é cada vez maior, reforçando-se progressivamente, como aconteceu com a estadia de Malmierca em Maputo.

Declarou, no final, que a revolução cubana é um exemplo muito importante para todos os povos, dado que indica o caminho correcto para conseguir a independência política e económica, isto é, o caminho para o socialismo. ■



Ninguém quer calafetar a brecha

O dólar desceu de novo. Mais uma vez, assiste-se aos sintomas por de mais conhecidos, do mal crónico de que sofre a divisa americana.

O mercado de divisas é volátil. Acontecimentos, por vezes impossíveis de prever, podem provocar uma verdadeira avalanche. Foi precisamente um «acidente» deste género que acabou de se dar, segundo comenta a Imprensa. As personalidades oficiais afirmam que os especuladores de divisas interpretaram mal a recente declaração do vice-ministro americano das Finanças que disse que, apesar dos seus compromissos, os Estados Unidos não suportaram, nestas últimas três semanas, o

curso do dólar nos mercados monetários internacionais. Mesmo admitindo esta «falsa interpretação», não se pode explicar tudo por um «mal-entendido». É a desconfiança profunda que o dólar inspira que provoca estes acessos agudos de febre monetária.

Logo que a Imprensa e os órgãos oficiais procuram explicar a fraqueza do dólar, invocam imediatamente o défice da balança do comércio externo. Diferentemente de 1975, ano favorável, em 1976, as importações ultrapassaram as exportações em 5,4 mil milhões de dólares, e, em 1977, em 26,7 mil milhões.

Explica-se o enorme défice do ano passado essencialmente pela alta dos preços do petróleo estrangeiro: os Estados Unidos importam mensalmente petróleo no valor de 4

mil milhões de dólares. A América é, todavia, rica em petróleo. Mas os monopólios reduzem a produção interna, porque o preço de revenda é muito mais elevado, importando assim de preferência do Oriente árabe. É sob a pressão dos monopólios petrolíferos que, desde há um ano, o Congresso discute o programa energético do Governo Carter. Isto traduz a sua intenção evidente de reduzir a produção interna, tanto que não será abolido o controlo dos preços do petróleo e do gás.

Uma outra causa do défice da balança comercial reside no facto dos Estados Unidos importarem mais artigos acabados do que vendem. No ano passado, importaram mercadorias japonesas no valor de mais 8,5 mil milhões de dólares, do que o valor das exportações para o país do Sol Levante. Tal como no início dos anos 70, o défice comercial americano é coberto pelos dólares que fogem para os bancos estrangeiros. Ora estes já acumularam stocks que ultrapassam todas as normas da segurança monetária.

Apesar de tudo isto, segundo os acordos monetários e as declarações oficiais, não se esconde o desejo dos Estados Unidos em exercer uma pressão-dólar sobre os seus parceiros.

Do ponto de vista americano, tal política tem as suas razões. Uma descida do dólar, em relação ao marco ou ao yen, por exemplo, faz encarecer as mercadorias países no mercado americano. É assim que um volkswagen custa o dobro

de dólares do que há cinco anos. Passa-se o mesmo em relação aos carros, televisões e rádios japoneses. Ora, o mercado americano absorve perto de um terço da produção duma sociedade japonesa do tipo da conhecida «Sony». Mesmo que ela consiga manter os lucros ao mesmo nível, em dólares, as suas receitas, depois de convertidas em yens, serão sensivelmente inferiores.

A baixa do curso do dólar em relação às outras divisas apresenta ainda uma outra vantagem para os Estados Unidos: aumenta a competitividade das suas mercadorias nos mercados externos. Além disso, os seus parceiros comerciais «resgatam» milhares de milhões de dólares para tentar manter o seu curso. Porque, «salvando o dólar», protegem os seus mercados duma invasão americana.

Esta dependência para com o dólar é aproveitada pelos emissários de Washington para incitar a Europa Ocidental e o Japão a estimular o seu crescimento económico. Na ideia dos autores do projecto, que nada tem de novo (os Estados Unidos tinham insistido na sua aplicação já em Maio de 1977, na Cimeira de Londres), é provocar um aumento da procura interna e, com ela, um aumento das exportações americanas.

Todavia, os seus parceiros não têm intenção nenhuma de abrir as portas às mercadorias americanas. Apesar da pressão bastante forte de Washington sobre Tóquio, durante os seis meses que duraram as negociações comerciais, ela aca-

bou por dar resultados insignificantes para os Estados Unidos: o Japão aceitou reduzir os direitos alfandegários sobre 300 tipos de mercadorias e aumentar as quotas de importação de certos produtos agrícolas. Quanto ao resto, o acordo assinado em Janeiro abunda em frases pomposas, sem compromissos concretos, sobretudo no que diz respeito à limitação da expansão comercial japonesa no mercado americano. Seja o que for, a pressão do dólar sobre o yen, provocou, em 1977, um aumento do curso deste em 22 por cento, o que equivale à introdução dum direito alfandegário afectando todas as mercadorias japonesas exportadas para os Estados Unidos.

A pressão do dólar sobre o marco alemão prossegue os mesmos objectivos. Segundo o balanço de 1977, nos dois primeiros meses deste ano, o dólar baixou 11 por cento em relação ao marco. O que reduz a nada todos os apelos que Washington dirige a Bona, para que «estímule» a economia alemã-occidental. O «Wall Street Journal» escrevia a este propósito: «Os porta-vozes oficiais da Alemanha Ocidental dizem em privado que se o curso do câmbio do dólar se mantiver ao seu nível actual, de 2,10 marcos, a economia da República Federal não poderá provavelmente aumentar as suas cadências de crescimento... E se o dólar voltar a baixar até aos dois marcos, a economia da RFA fará certamente um «volte-face», e o resto da Europa Ocidental poderá mergulhar na recessão.»

A "Frente Unida" do Camboja

dos de infantaria vietnamita e os grupos de «resistentes» khmers teriam progredido e infligido pesadas perdas às forças de Phnom Penh.

Os combates foram localizados pelos serviços de informação ocidentais na região dita do «anzol», zona fronteiriça atravessada pela estrada nacional 7, ao longo da qual se situam as plantações de Krel, Memot, e Nuol, a uma dezena de quilómetros no interior do território khmer.

Trata-se de sectores onde estiveram instalados até 1975, as forças comunistas vietnamitas e que ficam directamente em frente das cidades vietnamitas de Loc Ninh e An Loc.

Parece que com o regresso da estação seca, propícia aos movimentos de tropas e aos «raids» aéreos, depois dos meses pluviosos da monção, os combates se intensificaram naquela zona estratégica.

Não se sabe, no entanto, se a intensificação dos combates se deve a tentativas cambojanas de reconquistar terreno ou se a uma nova ofensiva dos resistentes. Há cerca de dois meses que chegam notícias de diversas fontes oficiais e privadas sobre uma ofensiva vietnamita no Camboja e o «golpe de misericórdia» no regime de Pol Pot. Ora, por um lado, Hanói tem desmentido sistematicamente essas informações, e, por outro, o regime de Phnom Penh tem resistido a todos os «complots» e ofensivas que, de há um ano a esta parte, têm sido, falsa ou verdadeiramente noticiadas.

Nada indica que o Vietname tenha intenção de se lançar em ofen-

sivas presentes ou futuras contra o Camboja, isto apesar da sua considerável superioridade numérica e material. Se o Vietname se metesse nessa aventura, isso implicaria um grave prejuízo para a sua credibilidade internacional, para a sua política de desanuviamento no Sudeste Asiático e para a melhoria da sua situação interna.

Para agravar o apodrecimento do regime de Phnom Penh, não é necessária, aliás, nenhuma iniciativa de grande envergadura. O discreto apoio à resistência interna, a manutenção de uma guerrilha de usura, bastarão. Há meses que a Rádio Hanói vem predizendo a queda iminente do Governo do Kampuchev. Mas, segundo os raros diplomatas que se dirigem ao Camboja, as «vagas de levantamentos populares» parece não terem causado até agora grande pânico nos dirigentes de Phnom Penh.

Contudo, desde Setembro, o regime multiplicou os apelos aos vietnamitas para que «cessassem a agressão e renunciassem ao projecto de federação», condições que, na abertura das negociações, parecem preocupar os dirigentes de Phnom Penh e de Pequim. Estes constantes apelos — o último, lançado pela Rádio Phnom Penh, data de 2 de Dezembro — são interpretados em Banguéque como um sinal de enfraquecimento do regime cambojano e da sua incapacidade de restabelecer, a médio prazo, a situação. Hanói, até ao presente momento, tem vindo a rejeitar estas aberturas, classificando-as de «manobras destinadas a enganar a opinião».

Na ausência de qualquer modificação dramática da política chinesa



de não-intervenção militar directa, o tempo joga a favor do Vietname. Mas, seja qual for a situação em que se encontre a equipa de Pol Pot, convém, incluindo a propalada amplitude dos combates, acolher com reservas certas alegações que surgem quotidianamente na guerra das propagandas.

Ninguém, por exemplo dispõe de número precisos quanto à importância da «resistência» interna ao regime de Pol Pot. Esses números variam, segundo as fontes — e vão de algumas centenas até vinte e cinco mil.

Da mesma maneira devem ser interpretadas todas as informações

respeitantes aos conselheiros militares chineses no Camboja. São centenas ou vários milhares? Quais são os da União Soviética e os do Vietname? E quantos...? A existência de material sofisticado implica automaticamente a sua presença — mas, de qualquer maneira, torna-se impossível avaliar o seu número.

Os «Khmers» dispõem, como afirmam os vietnamitas, de «Migs 19» e de pilotos chineses? Os vietnamitas receberam, como afirmam Phnom Penh e Pequim, «Migs 23»...?

A propaganda política de tendências opostas, contribui para a confusão. Assim é que Rádio Hanói

tem apelado ao levantamento dos «povos de todas as nacionalidades» do Camboja (visando claramente as minorias étnicas Khmer Loeu, Khmer Stieng, etc.) e Rádio Phnom-Penh tem acusado, por sua vez Hanói de perseguir as seitas religiosas Hoa-Hao e Cao Dai, cujos adeptos se encontram no delta do Sul, nas proximidades da fronteira cambojana.

No dia 1 de Dezembro, Rádio Hanói acusava a China de «ingerência flagrante» nos assuntos internos do Vietname ao apoiar a população que se sublevasse contra o Governo — e via nisso uma prova da «política expansionista e chauvinista de Pequim.»

JAPÃO NOVO GOVERNO, A MESMA POLÍTICA

■ Philippe Pons

□ LE MONDE

Tóquio — Ohira, eleito primeiro-ministro pelo Parlamento no dia 7 de Dezembro, apresentou imediatamente o seu governo. Embora a sua eleição tenha sido retardada por um problema criado pelos adversários no seio do partido maioritário, ele obteve, na Câmara Baixa, os 254 votos dos liberais democratas e dos independentes filiados na formação governamental.

O novo primeiro-ministro saiu aparentemente vencedor da querela interna, visto ter mantido a sua decisão de nomear Saito, um dos membros da sua acção, para a direcção do secretariado geral do P.L.D., lugar-chave para controlar o partido, a que se opunham os outros clãs que desejavam que ele fosse atribuído a uma personalidade menos ligada a Ohira. Os lugares de presidente do Conselho Executivo e de presidente do Conselho Político couberam respectivamente a Kuraishi, do clã Fukuda, e a Komoto, ministro do Comércio e da Indústria no gabinete precedente e membro da facção do antigo primeiro-ministro Niki.

Como a vice-presidência do P.L.D. cabe a Nishimura, o número dois da facção Tanaka, pode pensar-se que Ohira, com o antigo primeiro-ministro na sua sombra controla a formação maioritária. A única concessão de Ohira foi declarar que essas nomeações eram «provisórias».

Nota-se no novo gabinete a manutenção de Sonoda como ministro dos Negócios Estrangeiros. Aparentemente Ohira quis conservar uma personalidade experimentada, conhecedora dos «dossiers» necessários à preparação da cimeira dos países industrializados que deve efectuar-se em

Tóquio no mês de Junho e à realização das negociações comerciais com os Estados Unidos. Tanto mais que Ohira suprimiu o posto de ministro de Estado encarregado dos assuntos económicos com o exterior, criado há um ano. O ministro dos Negócios Estrangeiros tinha um auxiliar preciso na pessoa de Ushiba, diplomata de



Ohira, primeiro-ministro do Japão

carreira que ocupava esse lugar. Está, de resto, previsto que este continuará a supervisão das negociações do Tokyo Round e preparará a cimeira de Junho.

Ohira anunciou um gabinete «novo e experiente», mas a

maioria dos observadores estão cépticos. É certo que se nota o aparecimento em cena, de figuras novas (o que não quer dizer elementos jovens: a média da idade do governo é de sessenta e três anos). Trata-se, em geral, de velhos políticos sem uma grande experiência governamental ou que ocuparam lugares de segundo plano em vários gabinetes. As pessoas perguntam a si próprias se os ministros encarregados dos assuntos económicos estarão à altura da sua tarefa, dadas as dificuldades que o Japão atravessa actualmente. Ypei Kakeno (conhecido por senhor Prudência) é um perito de assuntos fiscais, do grupo de Ohira e que fez toda a sua carreira no ministério que actualmente vai dirigir.

A escolha de Ohira para o ministério da Justiça criara grande expectativa, devido à amizade que o liga a Tanaka, cujo processo (participação no caso Lockheed) está actualmente em curso. A pasta foi atribuída a Yoshimifurui (de setenta e cinco anos), próximo de Ohira, como ele amigo da China, mas que não pertence a nenhum grupo. Foi, em todo o caso, uma garantia para Tanaka. De um modo geral, Ohira escolheu personalidades de meias-tintas. Trata-se de políticos um pouco à sua imagem, que passam por «pombas» do P.L.D. — à excepção do ministro da Agricultura Watanabe, membro da Eirankai (Associação das Tempestades da Primavera), grupo de extrema-direita do P.L.D., que lhe foi imposto por Nakasone. O regresso das «pombas» preocupa os coreanos do Sul. Ohira, amigo da China, passa por ser mais flexível que Fukuda, uma eminência parda do «Lobby» pró-Seul, no que diz respeito ao reconhecimento de Pyongyang.

Os grandes clãs não parecem dispostos a facilitar a tarefa de Ohira, que só tem o apoio do clã de Tanaka. Não é de esperar grandes mudanças na orientação política, visto o novo gabinete se destinar mais a gerir do que a inovar. ●

AS NOVAS HÉBRIDAS E O MUNDO OCIDENTAL

■ LE MONDE

A França e a Grã-Bretanha, que administram as Novas Hébridas desde 1906, têm a ambição comum de dotar o futuro Estado com estruturas de tipo ocidental. Estabeleceram um regime de autonomia interna precedendo a independência. A aprendizagem da democracia revela-se difícil. Esta primeira experiência chocou desde logo com a vontade do VAP em obter a independência no ano de 1977 e, posteriormente, com uma tática de boicote.

As primeiras eleições, organizadas em 1976, tinham consagrado o VAP como a principal força política do arquipélago. Foram parcialmente anuladas, na sequência de fraudes em Luganville (Santo). Um

segundo escrutínio conduziu a uma assembleia composta de representantes eleitos em partes iguais dos nacionalistas e dos moderados, mas o VAP decidiu boicotar os seus trabalhos. Como as novas instituições ficaram paralisadas, as duas potências tutelares decidiram organizar novas eleições. Não tendo conseguido obter a organização de um referendo sobre a independência, os dirigentes nacionalistas decidiram boicotar o escrutínio. Esta é a razão pela qual a Assembleia Representativa eleita em 29 de Novembro de 1977 que designou o governo autónomo das Novas Hébridas (dirigido por Georges Kalsakau), apenas conta com a participação de representantes dos partidos moderados.

Esta tática de obstrução sistemática da parte do VAP levou-o à proclamação, no dia 29 de Novembro, de um governo provisório

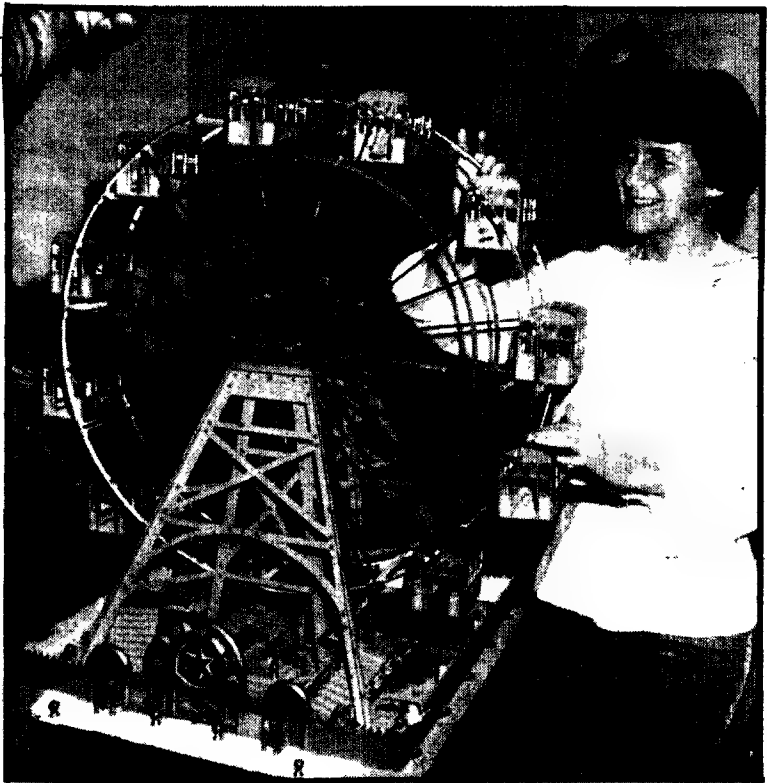
popular (People's Provisional Government, P.P.G.). Nesse mesmo dia, ao querer proteger a proclamação do P.P.G. em Port-Vila, a milícia britânica teve violentos confrontos com os contramanifestantes moderados. As milícias tiveram que retirar e o residente britânico apresentou desculpas públicas.

Contudo, o P.P.G. foi instalado nos feudos do VAP, o que constituiu uma derrota para os nacionalistas.

Os moderados não souberam explorar esta vantagem e enredaram-se nas suas próprias querelas, nomeadamente entre os «Man Santo» e os «Man Vila» (1). Ao mesmo tempo, o VAP mostrava-se mais conciliador, para tranquilizar os neo-hebridanos, pouco favoráveis aos processos utilizados em 29 de Novembro. O

FOTO
EXCLUSIVO

Uma grande exposição intitulada «Índia, cinco mil anos de arte» esteve patente ao público parisiense no Petit Palais. Entre as obras exibidas figurava este «Deus hindu Siva, mestre de dança», que data do VII século antes de Cristo. (Foto AGIP)



A dois passos do Louvre, que tantos tesouros artísticos encerra existe, agora, o «Louvre dos Antiquários». Este «irmão mais novo» do grande museu, instalado em dependências contíguas, deve-se aos fundos da Caixa de Reforma dos Empregados dos Correios e Telecomunicações britânica. Efectivamente, o «Post Office Superannuation Fund» (POSSF), proprietário do imóvel, proporcionou a Paris o mais importante centro permanente de antiguidades da Europa: 240 salas, numa superfície de 10 000 metros quadrados, distribuídos por três andares. Na foto: «A grande roda», um dos brinquedos dos nossos antepassados



Já que estamos em maré de objectos miniaturais, veja-se este televisor de bolso posto à venda em Londres por um preço que não ultrapassa os sete mil escudos. Com quatro pilhas, o possuidor deste objecto pode ver os dois canais da TV britânica durante oito horas seguidas. Se quiser continuar o vício televisivo, só tem de ir à primeira esquina munir-se de mais quatro pilhas. E assim por diante. (Foto Keystone)

A Etiópia

■ Mirta Balea

□ Prensa Latina

A actual administração etíope, que em 1974 derrubou o imperador Hailé Selassié, tem enfrentado desde o princípio ataques internos e externos, com o objectivo de conduzir o país a um colapso político.

Uma forte luta nacional contra os defensores dos patrícios feudais

reclamam: Djibouti, a parte ocidental da Etiópia e a província queniana de Juba, com o porto de Kisimayu.

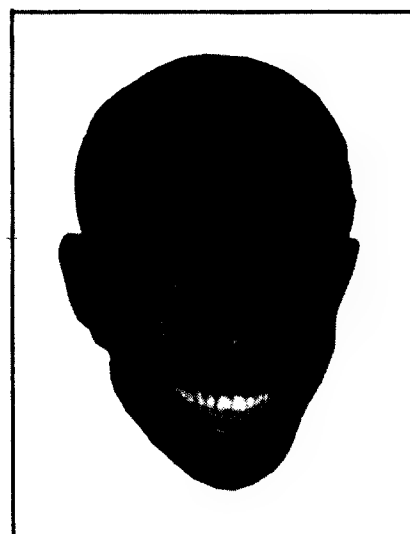
Na realidade, os somalis só se mudaram para a Etiópia, após ter sido construído o caminho de ferro de Addis Abeba-Djibouti no princípio deste século e se ter convertido em centro de actividade económica, a Baía de Djibouti.

Esporadicamente, entravam na

acordo com os princípios contidos nas Cartas da Organização de Unidade Africana (OUA) e da ONU.

Os estatutos da organização africana prevêem também a inviolabilidade das fronteiras herdadas do colonialismo, questão que foi ignorada pela Somália na sua agressão contra a Etiópia.

Devido à assistência militar prestada pelos países socialistas, a revolução foi vítima de ataques



Mengistu Hailé Marian

uma unidade homogênea, mas uma mistura de povos procedentes das montanhas de Hamasen, Serae e Akeleguzay e do norte do Tigre, de idioma tigrino e de outros núcleos linguísticos tais como os Afar, Saho e Kunama.

Os regimes reaccionários árabes, que apoiam os separatistas, pretendem provocar a separação da Eritreia, negando o direito histórico e soberano da Etiópia a uma posição no Mar Vermelho e tentando converter estas águas num lago árabe.

Os direitos das nacionalidades oprimidas da região da Eritreia estão coligidos no Programa Democrático Nacional Revolucionário do CAMP, que concede às diversas etnias do país a opção de esco-

na hora decisiva

afastados, as actividades insurreccionais da organização monárquica, União Democrática (UDE) e do movimento ultradireitista Partido Revolucionário do Povo Etíope (PRPE) tiveram o seu expoente máximo na dissensão de alguns dirigentes do processo político iniciado no país.

Um elemento externo veio juntar-se a estes confrontos dentro do país, a partir do momento em que as forças somalis cruzaram a fronteira e ocuparam grande parte da região de Ogaden, em Julho de 1977. A agressão foi acompanhada de uma declaração do presidente Mohamed Siad Barre, que na cimeira da OUA, reunida em Libreville, Gabão, no mesmo mês e ano, assegurava: «O império da Abissínia começa a desintegrar-se.»

Nessa altura, a Etiópia não estava tão bem preparada militarmente, dado que o povo e o Conselho Administrativo Militar Provisório (CAMP) encontravam-se absorvidos com os problemas nacionais herdados do feudalismo pré-revolucionário. Isto constituiu, sem dúvida, uma vantagem para a Somália nos primeiros combates, dado que as forças armadas etíopes tiveram de se equipar com armas inteiramente novas.

A guerra aumentou a consciência do povo e o interesse das massas pela defesa da revolução, o que se traduziu numa unidade nacional mais forte. Na altura, surgiu um «slogan» que ainda hoje se ouve nas ruas de Addis Abeba: «Lutaremos enquanto produzimos e produziremos enquanto lutamos.»

A Invasão somali

Os prejuízos materiais que a Etiópia sofreu com a guerra defensiva contra a Somália foram calculados em centenas de milhões de dólares, ao que se acrescenta o massacre de centenas de civis nas aldeias de Ogaden.

É um facto bem conhecido, que os dirigentes da Somália planeiam fazer a sua expansão territorial à custa do Quênia, Etiópia e Djibouti para estabelecer aquilo a que eles chamam Grande Somália, mencionada na Constituição desse país e simbolizada na bandeira nacional.

Durante anos, os dirigentes somalis reafirmaram publicamente essa política, baseada numa ficção histórica e legal, face à impossibilidade de demonstrar que as suas fronteiras eram outras antes de 1960.

Nunca fizeram parte integrante da Somália os territórios que hoje



Etiópia, procedentes da Somália, tribos nómadas em busca de terras e de água para pastagem. Isso, porém, não implicava que se considerassem automaticamente como parte integrante do país.

Na esperança de concretizar as suas ambições expansionistas, os somalis fizeram uso de 17 anos de preparação militar, uniram-se à Liga Árabe com o propósito de obter apoio dos regimes reaccionários dessa região e declararam-se marxistas-leninistas para conseguir ajuda dos países socialistas nessa aventura.

Só após os países socialistas se terem negado a dar semelhante apoio, o que implicaria o abandono do princípio de soberania e integridade territorial da Etiópia, os dirigentes somalis se viraram para o Ocidente e começaram a falar do perigo soviético no chamado Corno de África.

Em Julho de 1977, em plena efervescência da contra-revolução interna etíope e quando estavam em pleno auge as sabotagens e actos terroristas, a administração dos Estados Unidos suspendeu o envio de armas à Etiópia, pagas antecipadamente, e as autoridades somalis aproveitaram para lançar o ataque à região de Ogaden.

Era uma agressão não provocada, mas premeditada. Por isso, quando se discutia sobre a possível solução do conflito por via pacífica, a Etiópia argumentava, invariavelmente, que a condição prévia devia ser a total e incondicional retirada das tropas invasoras.

A Etiópia tinha, aliás, o direito legítimo e incontestável de pedir ajuda aos países amigos, para se defender da agressão externa, de

políticos que negavam a verdadeira essência da luta etíope. Como foi defendido pelo dirigente máximo cubano, Fidel Castro, os combatentes cubanos não substituíram os etíopes no campo de batalha, somente lutaram ao lado das milícias e do povo da Etiópia.

Eritreia

Se se ler a história da Etiópia, poder-se-á comprovar que a re-

gião administrativa da Eritreia fez sempre parte integrante desse território, assim como o Ogaden.

A Etiópia tem sido sempre um Estado do Mar Vermelho, excepto por um breve período, em que os italianos controlaram essa região. Sabe-se que a denominação de Eritreia é um produto puramente colonial.

Contrariamente ao que se tem afirmado, a Eritreia não constitui

lher o seu futuro social, económico, cultural e político.

Com este propósito, o Governo etíope elaborou uma Política de Paz de Nove Pontos, em 16 de Maio de 1976, de acordo com os

princípios estabelecidos no Programa e segundo uma autonomia regional, que contou com o apoio entusiasta do povo da Eritreia, demonstrado em manifestações públicas. A inoperância do programa é, pois, a aspiração máxima dos regimes reaccionários árabes, dado que lhes permitirá desmembrar e enfraquecer a Etiópia e alargar a sua esfera de influência em África. Com esse fim, organizam, treinam, armam e financiam estes elementos separatistas, evitando que a mensagem da revolução etíope chegue às massas dessa região, segundo declarações do presidente do CAMP, Mengistu Hailé Marian.

Quase se pode afirmar que o Programa Democrático Revolucionário para a Eritreia não se traduzirá em algo de positivo enquanto estes movimentos estiverem sob o controlo da reacção árabe e das potências ocidentais, que desejam interferir na via socialista escolhida pelo povo da Etiópia.

30.º aniversário da Declaração dos Di

■ Novosti

A Declaração Universal dos Direitos do Homem foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU no dia 10 de Dezembro de 1948. Dos cinquenta e oito países representados, nessa altura, na Assembleia-Geral das Nações Unidas, quarenta e oito votaram a favor, oito abstiveram-se e dois estavam ausentes.

A União Soviética foi um dos membros da ONU que, há trinta anos, mais energicamente lutou para que a declaração contemplasse, além dos direitos civis e políticos, os direitos económicos, sociais e culturais. Os países capitalistas tentaram, na altura, lançar mão de todos os meios como fim de bloquear as propostas soviéticas nesse sentido.

Durante a elaboração da Declaração avançaram numerosas propostas de emendas e ressalvas a todos os artigos de carácter socioeconómico, a fim de privá-los do seu conteúdo essencial. Contudo,

grande parte das propostas apresentadas pela União Soviética e pelos outros países da comunidade socialista mereceram o apoio e a aprovação da esmagadora maioria dos membros da Assembleia Geral da ONU.

A sinceridade e o espírito destas propostas foi convincentemente testemunhado pela nova Constituição da URSS que deu força de lei aos mais importantes direitos socioeconómicos dos cidadãos, como o direito ao trabalho, à habitação, à assistência médica gratuita entre outros.

Foi também a União Soviética quem insistiu para que a Declaração não se limitasse a proclamar o direito de opinião e da sua livre expressão, mas que proibisse a ideologia fascista e racial e a propagação da guerra. Como observou Henri Simonet, ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, num recente número da revista «Forum», editada pelo Conselho da Europa, «que utilidade terá o direito ao trabalho se o direito à vida não for respeitado?». Todavia,



aquando da elaboração da Declaração e a pretexto do «carácter absoluto» de todos os direitos, o Ocidente conseguiu evitar que aquelas legítimas restrições fossem tidas em conta.

O homem de hoje não se deixa enganar

A ruidosa campanha propagandística desencadeada pelo ocidente «em defesa» dos direitos do homem não conseguiu confundir os verdadeiros defensores desses direitos. Hoje, como sempre, a força dos factos reais é infinitamente superior aos factos inventados. Por isso mesmo, as tentativas de ingerência nos assuntos internos dos países socialistas, a pre-

Ajuda de Cuba a São Tomé

■ Prensa Latina

SÃO TOMÉ — Internacionalistas e técnicos cubanos estão a desenvolver um plano de ajuda à República Democrática de São Tomé e Príncipe em importantes sectores económicos e sociais.

Médicos, pessoal técnico de saúde pública, professores e construtores cubanos uniram-se a assessores deste mesmo país nos sectores de transporte, pesca, agricultura, desporto e outros, para auxiliar o jovem Estado africano, durante o período de 1977-78 a pedido do seu Governo.

O contingente chegou a ser composto de 105 membros durante esse espaço de tempo, destacando-se o grupo de assistência médica, com quase a quinta parte do total do pessoal.

Os médicos e técnicos cubanos de saúde pública integraram-se nos planos de assistência médica e gratuita à população, postos em prática pelo executivo de São Tomé e Príncipe, a partir do momento em que o país alcançou a

anos de domínio português.

Como herança dos colonialistas, só existiam em 1975, em São Tomé, 7 médicos, pelo que os especialistas cubanos dedicaram a maior parte da sua atenção à população residente nas zonas rurais do país.

A nação equatorial já conseguiu êxitos de relevo nesse campo, reduzindo em mais de 15 por cento, em três anos, a taxa de mortalidade existente e procedendo à formação de técnicos médicos no sector da saúde.

Especialistas cubanos dedicam também a sua atenção aos transportes urbanos procurando organizar uma exploração concreta e racional da actividade rodoviária, com a colaboração de técnicos nacionais encarregados deste serviço público.

A formação de 26 técnicos de desporto e o desenvolvimento do desporto no ensino preparatório e pré-universitário é outro sucesso

do Governo de São Tomé e Príncipe, que contou com a participação de assessores cubanos.

Por outro lado, no campo da educação, o país pôs em marcha a escola de artes e ofícios, encerrada durante o colonialismo e efectuou um curso de formação de professores.

Professores cubanos colaboram também no ensino à população escolar de São Tomé, que registou um desenvolvimento gradual depois da independência do arquipélago.

Cuba ofereceu dois barcos de pesca, construídos em ferro e cimento e ajuda, também na elaboração do projecto de criação de uma empresa de pesca, assim como nos planos para a comercialização dos produtos desta indústria.

Por seu lado, os construtores cubanos terminaram e entregaram dois edifícios de apartamentos na capital e iniciaram o treino de alguns trabalhadores qualificados do país nessa especialidade. ●

FIDEL anunciou libertação de prisioneiros



HAVANA — o presidente do Conselho de Estado, Fidel Castro, anunciou o programa para a libertação de três mil presos por actividades contra a segurança do Estado cubano.

A medida está condicionada à resposta do Governo dos Estados Unidos, informou.

O programa, que é o resultado das conversações mantidas, aqui, por elementos representativos da Comunidade Cubana no estrangeiro, inclui os reclusos que desejem sair do país assim como aqueles que foram presos por tentarem sair ilegalmente do território nacional.

O presidente cubano disse que poderiam ser libertados, pelo menos, 400 presos por mês, desde que tivessem família no território norte-americano e se a sua entrada nesse país fosse autorizada.

Na sua opinião os Estados Unidos não podem negar a entrada no país aos ex-presos, dado que sucessivos Governos norte-americanos, com a sua política de hostilidade, inspiraram e incentivaram as actividades contra-revolucionárias.

Depois de sublinhar que os Estados Unidos «têm obrigação de assumir esse mínimo de responsabilidade histórica» considerou a autorização de entrada como uma atitude elementar para aqueles que foram levados a lutar contra a Revolução e presos por culpa da política norte-americana.

Como afirmou, a concretização desta proposta só dependerá da posição do Governo dos Estados Unidos.

Explicou, ainda, que Cuba não pode fazer uma libertação maciça dos presos, dado que estes iriam enfrentar problemas de emprego e de inadaptação.

Disse que o Governo revolucionário solicitou ao grupo de 75, representantes da Comunidade, que tratassem nos Estados Unidos da solução do problema dos ex-presos.

Fidel Castro informou que foram enviadas, há alguns meses, ao Departamento de Estado, várias listas com nomes de presos contra-revolucionários que podem ser libertados, mas os Estados Unidos têm evitado a resolução sobre a entrada destes presos.

Considerou que o Governo de Washington tem estado reticente e lento, não mostrando grande interesse na solução do problema.

«Encetou um procedimento que ameaça, sublinhou, protelar até ao calendário grego, a partida destes cidadãos para os Estados Unidos.»

O Governo dos Estados Unidos não pode de forma nenhuma esquivar-se da sua responsabilidade com estes cidadãos e, muito menos, numa altura em que a sua administração tanto se empenha na defesa dos direitos humanos, advertiu.

Assegurou, no entanto, que no caso das diligências da Comunidade junto do Governo norte-americano serem negativas, voltariam a reunir no sentido de encontrar novas possibilidades de saída dos presos, do país.

Fidel Castro reafirmou que Cuba mantém a posição apresentada no dia 6 de Setembro passado se-

gundo a qual não seriam libertados os presos que cometeram delitos graves durante a ditadura do general Fulgencio Batista, assim como todos aqueles que estiveram ligados a grupos terroristas.

Manifestou os seus desejos de que não fique nenhuma pessoa nas prisões cubanas, mas acrescentou que nas condições actuais isso será «muito difícil na sua totalidade».

Confirmou que Hubert Matos está incluído no programa, mas que em relação ao caso do preso contra-revolucionário, Eloy Gutiérrez Menoyo, não foi tomada qualquer decisão por este estar ligado a grupos terroristas.

Recordou que Cuba já há muito tempo pratica uma política de libertação dos presos. Deu, como exemplo, a libertação da maioria dos invasores do Playa Girón.

Afirmou que estão, agora, criadas as condições para uma libertação maciça, em virtude da administração do presidente James Carter ter cessado o apoio aos grupos terroristas e aos planos subversivos contra Cuba.

Esclareceu que isto não quer dizer que o Governo norte-americano tenha deixado de ser hostil. «Continua a ser hostil, pensávamos que não era hostil, mas recentemente tivemos provas da sua atitude hostil», disse.

No entanto, advertiu que Cuba já tinha exposto estas questões à Comunidade Cubana no estrangeiro e «não queríamos de forma alguma voltar para trás».

Discutiram-se todos estes pro-



À medida que a luta para os objectivos finais e metas revolucionárias se torna mais intensa, têm aumentado os ataques contra a Etiópia, sob o pretexto de que os direitos humanos são ignorados aí.

Esta campanha tem como fim fundamental tirar ao jovem governo o apoio dos países progressistas e democráticos do mundo.

As nações que hoje acusam a Etiópia, mantiveram-se silenciosas durante a grave violação dos direitos humanos que prevaleceu durante o regime derrubado de Selassié. Nessa altura, porém, a manutenção de estreitas ligações com a monarquia feudal e o seu apoio eram indispensáveis aos interesses locais das potências ocidentais, desejosas de controlar o Mar Vermelho.

A revolução etíope, como assinou o presidente Mengistu, é dirigida contra as forças reacçãoárias e tem como objectivo eliminar o regime autocrático que existe no país.

Perante a onda de agressões

desencadeada contra a Etiópia, o CAMP adoptou medidas para manter a ordem interna como faria qualquer outro governo. Nessa contra ofensiva houve, supostamente, derramamento de sangue. Isso, porém, longe de significar uma violação dos direitos humanos, indica que há uma orientação no sentido da justiça com muitos obstáculos a ultrapassar.

A revolução etíope tem lutado desde o princípio pela igualdade étnica, sexual e de cidadania, enquanto a reacção externa, que pretende fazer recuar o processo, tem tentado semear a desunião entre o povo e agravar as dificuldades deixadas ao país pela monarquia de Selassié.

A actual etapa da Etiópia é de consolidação, e foi iniciada a partir da derrota da Somália em Ogaden, altura em que o país demonstrou uma indubitável coesão em torno do CAMP e do seu dirigente, Mengistu Hailé Marien.

Ogaden foi a prova de fogo da revolução que daí saiu vitoriosa. ●

reitos do Homem

texto da suposta violação dos direitos do homem não engana ninguém.

O homem de hoje é essencialmente diferente do de algumas décadas atrás e muito menos permeável a campanhas pouco honestas.

Hoje, pergunta-se porque é que certos políticos americanos se podem arvorar em defensores dos direitos do homem ou podem acusar os países socialistas, se fecham os olhos à dura realidade do seu próprio país, o mais rico do mundo capitalista — 20 milhões de cidadãos que vivem abaixo do nível oficial de pobreza, seis milhões de desempregados, segundo números oficiais. Para não falar da discriminação racial.

Como é que um país, como os EUA — e referimo-nos a ele porque é o principal instigador no ocidente da falsa campanha «em defesa» dos direitos do homem — que não ratificou senão dez dos quarenta pactos entretanto emergentes da Declaração dos Direitos do Homem, que não participa nos traba-

lhos do Comité da ONU contra o «apartheid», que faz letra morta das sanções decretadas por aquela organização internacional relativas ao boicote levado a cabo pelos racistas da África Austral se pode armar em juiz e acusador?

Como é que aqueles que alimentam a ditadura mais sangrenta da América Latina, a do Chile, e regimes como o do Irão, Coreia do Sul, Nicarágua e outros, podem, simultaneamente, acusar os países socialistas de violarem os direitos do homem.

Pergunta-se como é que os países ocidentais criticam a comunidade socialista, quando nos seus países é corrente o desemprego, a exploração da mão-de-obra infantil, a fome e todas as outras pragas.

É assim que o homem de hoje coloca e analisa os problemas, ao mesmo tempo que luta por tudo o que de muito há ainda para fazer no campo dos direitos do homem, e encrava a máquina propagandística, meticulosamente montada pelos inimigos da liberdade, da igualdade e do progresso social. ●

FIDEL CASTRO

5 ►

blemas, estas políticas e as propostas da Comunidade durante o diálogo, do qual resultou uma decisão colectiva do «Bureau» Político do Partido Comunista de Cuba.

Sobre a ausência de Tony Cuesta, um dos 46 reclusos recentemente libertados e residindo actualmente em Miami, referiu que podia ter vindo e participado no diálogo, mas que não era indispensável.

Considerou as pessoas representativas da Comunidade, que dialogaram em Havana, como um grupo muito seleccionado, na sua maioria professores e personalidades de três gerações de cubanos, e que o grupo, associado àquele que Cuba reconhece, pode perfeitamente levar a cabo as diligências necessárias junto do Governo dos Estados Unidos.

Ao perguntarem-lhe se Cuba espera algo dos Estados Unidos como gesto de reciprocidade, Fidel Castro respondeu que «nós não queremos que façam nada».

«Nós, disse, não mendigamos gestos nem favores dos Estados Unidos», só exigimos que cumpra o seu dever moral de permitir a entrada destes presos e ex-reclusos nos Estados Unidos.

Referindo-se ao assunto dos aviões «MIG-23», Fidel Castro recordou que estão na ilha há um ano e voando há oito meses. Explicou que a posse deste avião de fabrico soviético estava já previsto no Plano de Desenvolvimento das Forças Armadas Revolucionárias Cubanas.

«A presença em Cuba dos «MIG-23» é — sublinhou — conhecida de todo o mundo e os Estados Unidos sabiam-no perfeitamente».

Porém, acrescentou, a CIA não

é tão idiota que ignore que estes aviões existiam em Cuba e Washington conhece perfeitamente bem esta situação. «A pseudo-cria, criada em volta da existência em Cuba dos aparelhos «MIG-23», é o cúmulo do ridículo».

O que se deve perguntar ao Governo cubano, destacou, é se não o preocupa o facto de que os Estados Unidos tenham centenas de aparelhos «B-52», milhares de aviões estratégicos e de bombardeio e dezenas de milhares de bombas atómicas.

Fidel Castro disse que é a Washington que se deve fazer perguntas sobre essa situação.

Que força moral tem esse país, concluiu, para armar um escândalo e quase uma crise só pelo facto de Cuba ter uns tantos aviões «MIG-23», que, reafirmou, não são estratégicos, somente táticos e defensivos. ●



PETROLEOS DE PORTUGAL
ao serviço dos portugueses.

a marca
da nova empresa pública



serviço de qualidade!

PETROGAL



FAÇA AS SUAS COMPRAS
NOS



Até descobrir a enxada,
o homem
cavava com as mãos



1.990\$00

Venha à MULTIBIT
ou escreva-nos
a pedir
mais informações.

MULTIBIT

Comércio e Representações, Lda
Av. de Madrid, 31-A
Lisboa - Portugal

junte o útil ao agradável

O "MISTÉRIO" DO "CASO WATERGATE"

LE MONDE

A recente viagem de Nixon à Europa reavivou na memória de muitos o escândalo Watergate, que esteve na directa origem da sua queda como presidente dos EUA. Quando Nixon se encontrava em Paris, o jornal «Le Monde» publicou as revelações de um antigo deputado sul-vietnamita, Tran Van Khiem, cunhado do falecido presidente Ngo Dinh Diem, e actualmente a viver em França.

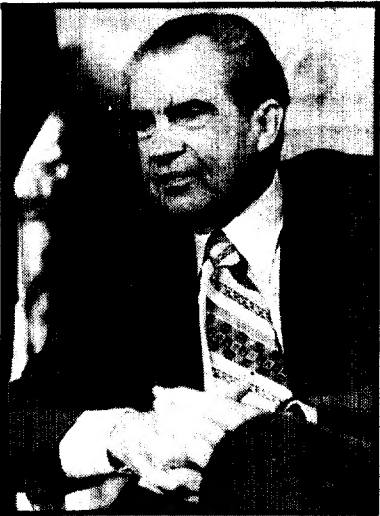
A darmos crédito a estas revelações, Nixon terá sido vítima, no caso Watergate, de uma iniciativa intempestiva de certos elementos da CIA, que agiram com desconhecimento do seu chefe hierárquico, o futuro director daqueles serviços, William Colby, que na altura do escândalo era adjunto de Richard Helms.

Tran Van Khiem diz que foi ele, quem, numa tentativa de deter os referidos agentes da CIA «intempestivos», levou à prisão, «por engano», dos famosos «canalizadores» de Nixon. Khiem diz que manteve o silêncio sobre isto até agora, por recear causar prejuízos a um dos seus compatriotas, Nguyen Tien Hung, professor nos EUA e autor, em 1969, de um plano de destruição dos diques do Vietname do Norte, plano esse que lhe havia sido encomendado por Warren Nutter, adjunto do então secretário de Defesa, Melvin Laird. Khiem espera que, tomando agora a palavra, outros actores do caso façam, por sua vez, mais revelações, permitindo assim que democratas e republicanos viam definitivamente essa página da história dos EUA.

Tran Van Khiem esteve preso durante três anos em Paulo - Condor depois do assassinio de Diem, cuja responsabilidade ele atribuiu ao coronel da CIA, Lucien Coneim. Depois estabeleceu-se nos EUA. Apresenta-se agora sem pejo como um «falcão», responsável pela organização dos famosos «aldeamentos estratégicos» e partidário da guerra levada até ao Vietname do Norte. Mas ao mesmo tempo diz-se adversário decidido da americanização do conflito e dos «métodos cobardes» utilizados pelo comando dos EUA, como o da desfolhação. Garante que ele e o cunhado (Diem) procuraram em 1963 chegar a um entendimento com Hanói, com o apoio do general De Gaulle, e vê aí uma das razões por que os americanos eliminaram o antigo presidente.

Quando teve conhecimento em 1969 do plano do bombardeamento dos diques do rio Vermelho, convenceu-se imediatamente de que se tratava de uma verdadeira operação de genocídio. De facto, em certos sítios o leito do rio situava-se acima do nível das terras habi-

tadas. Se os diques fossem destruídos, milhares de vidas humanas ficariam ameaçadas. Decidiu então mandar para um amigo de confiança que tinha na Suécia uma cópia do manuscrito no qual apontara os factos e resolveu alertar sem tardança a opinião pública americana, a fim de tentar impedir a efectivação desses bombardeamentos. Quando em 1972 esse plano entrou em execução, Van



Nixon

Khiem dirigiu-se a McGovern, então candidato democrático à presidência. Mas não chegou a avistar-se com o candidato. Encontrou-se com um colaborador de McGovern, Robert Sherman, com Ramsay Clark (que fora ministro da Justiça de Kennedy) e com o senador Gavel, que tinha publicado os papéis do Pentágono. Enviou mensagens para o primeiro-ministro sueco de então, Olof Palme e para o diplomata indiano Kaul, antigo membro da Comissão Internacional de Controlo do Armistício no Vietname, que ele tinha conhecido em Saigão.

Como o bombardeamento dos diques continuasse, apesar dos seus esforços e apesar da viagem de Ramsay Clark ao Vietname do Norte, decidiu dar uma conferência de imprensa. Antes disso, dirigiu-se à embaixada soviética em Washington para pedir que um colaborador dessa embaixada assistisse à conferência de imprensa. No dia 6 de Abril de 1972, Khiem tinha mandado publicar no «Washington Post» um artigo, citando uma carta violenta que recebera de um soldado sul-vietnamita onde se denunciava a corrupção dos americanos de Saigão e dos seus amigos sul-vienamitas. Desde então, o autor destas revelações passou, segundo diz, a ser perseguido constantemente por agentes dos serviços secretos americanos. Segundo afirma, é aí que se origina todo o escândalo Watergate.

Um dia, depois de ir à Rua K, Van Khiem dirigiu-se ao complexo Wa-

tergate, onde se situava a Embaixada da Suécia e a sede do Partido Democrático. Os agentes que o perseguiam foram despiados por ele e, como não o viram entrar na embaixada sueca, entenderam que ele ia à sede do Partido Democrático. Assim teria nascido a ideia de que existia uma «sinistra ligação» entre McGovern e os soviéticos. Assim teria sido Nixon conduzido para uma falsa pista que o levaria à demissão.

Ainda segundo Tran Van Khiem, só esta razão pode justificar a expedição dos famosos «canalizadores» armados de microfones e de aparelhos fotográficos para se apoderarem de certos documentos no escritório de O'Brien, organizador da campanha de McGovern. Tratava-se de arranjar provas para demonstrar a existência de um conluio entre certos chefes do Partido Democrático e a URSS.

Tran Van Khiem, sentindo-se cada vez mais perseguido por «anjos da guarda» dos serviços secretos, decidiu informar as embaixadas da Suécia e da França e o colaborador de McGovern de que os seus seguidores podiam estar a preparar-se para acções ousadas tendentes a descobrirem a natureza dos contactos. Van Khiem não duvida que foi este alerta que permitiu a prisão dos «canalizadores». Estes terão caído no laço que estava afinal preparado para os perseguidores de Van Khiem, os quais muito provavelmente andavam em missão não comandada pelos seus chefes superiores. Khiem está convencido de que os seus perseguidores eram agentes da CIA e não do FMI e que nada tinham a ver directamente com a equipa dos «canalizadores». A CIA procuraria intimidá-lo e fazê-lo sair dos EUA, depois de ter tentado em vão pegar-lhe pela feitura de um «livro de memórias». Van Khiem supõe mesmo que só não foi vítima de um «golpe sujo» da CIA graças ao bom acolhimento que lhe prestou Claude Arnaud, então embaixador francês nos EUA e que agora representa o governo francês em Pequim.

«Le Monde» escreve a propósito destas revelações que Tran Van Khiem é o único responsável por elas. Mas salienta que elas têm o mérito de dar uma explicação plausível, para uma questão que continua até agora sem resposta: porque é que Nixon, seguro de uma vitória eleitoral mais que certa, se arriscou a mandar os seus «canalizadores» numa missão de violação de domicílio, calcando deliberadamente as leis? A versão fornecida por Khiem pode explicar este acto. Na verdade, se Nixon tivesse podido estabelecer a «cumplicidade» de McGovern com a URSS, isso seria um golpe de monta, que a seu ver, valia os riscos corridos. E quanto a caber na cabeça de Nixon uma ideia tão absurda (de que havia uma ligação do candidato democrático com Moscovo), é fácil de acreditar, se nos lembrarmos que Nixon se celebrou no começo de sua carreira política quando quis mostrar que um dos seus conselheiros de Roosevelt, Alger Hiss, era um agente soviético.

Durante a sua breve estadia em França, o ex-presidente Nixon foi «vedeta» do célebre programa da TV francesa «Les Dossiers de L'Ecran». Muitos franceses disseram-lhe, no contacto directo com a «vedeta»: «Gostamos de si, sr. Nixon». Gostos não se discutem, lá diz o ditado. ●

SEMANA INTERNACIONAL

UMA NOTÍCIA COM 29 ANOS DE ATRASO

O estabelecimento de relações diplomáticas plenas entre os EUA e a República Popular da China, anunciadas em simultâneo no dia 16 pelo presidente Carter em Washington e pelo presidente Hua Kuo-Feng em Pequim, era uma notícia previsível há sete anos, esperada há seis e adiada há 29. Previsível, desde que em Abril de 1971 os EUA levantaram parcialmente o embargo contra a China e uma equipa de pingue-pongue iniciou os contactos entre os dois países. Esperada desde que em Fevereiro de 1972 o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, visitou a China e subscreveu o célebre «Comunicado de Xangai». Adida desde que em 1 de Outubro de 1949 foi proclamada a República Popular da China, ficando consumada, deste modo, a derrota das forças reacçãoárias, que, em torno de Chang Kai-shek, tomaram o caminho do exílio na Formosa.

Chega a parecer mentira que tantos anos tivessem de passar, que tantas etapas tivessem de ser vencidas para que dois dos maiores países do mundo acordassem entre si esta coisa normalíssima de trocar embaixadores e manter contactos permanentes nos mais diversos domínios. E, no entanto, esta coisa normalíssima, esta coisa previsível, esta coisa esperada não deixa de ser um acontecimento marcante (se não mesmo histórico) nestes derradeiros dias de 1978.

Marcante não só pelo que em si significa como também pelo que em si comporta. O seu significado só pode satisfazer as forças progressistas e democráticas de todo o mundo. As perspectivas abertas é que infelizmente são susceptíveis de provocar apreensões.

Há 30 anos, quando se consumou a vitória da revolução chinesa, o mundo começava a deixar de ser uma «coutada» do imperialismo, mas este ditava ainda as suas leis, por mais absurdas que fossem. Inconformados com a vitória da revolução, os Estados Unidos decidiram ignorar as centenas de milhões de chineses que habitavam os 9561 milhões de quilómetros quadrados do continente para considerarem como a China os 36 mil quilómetros quadrados da Formosa e como chineses os seus 13 milhões de habitantes. Seguidos nisto pelos países que giravam na sua órbita, os EUA inventaram um Estado soberano, que constituía um desafio a todas as leis da razão, da justiça, do progresso. E o certo é que até 1972 foi esse Estado que teve representação no Conselho de Segurança da ONU.

Foram os compromissos assumidos pelos EUA para com a Formosa que impediram desde 1971 até agora a normalização das relações entre os dois países. O «Comunicado de Xangai», assinado por Nixon, considerava que a questão da Formosa era um assunto interno da China, passo decisivo que levou no entanto seis anos a traduzir-se em factos concretos.

Cortando as relações diplomáticas com a Formosa, denunciando o tratado de defesa mútua que consubstanciava a sua qualidade de potência-matriz, retirando todos os efectivos militares e civis de Taiwan, os EUA não põem simplesmente termo a uma situação absurda. Despedem-se de uma época da sua História. O mundo já não lhes consente a qualidade de fazedores de Estados. Esta verdade de há muito sabida, de há muito reconhecida, ganha todo o seu relevo com a decisão anunciada no dia 16. Tanto relevo, com efeito, que uma outra criatura dos EUA — Israel — logo após um acto de soberba intransigência (a recusa às últimas propostas do Cairo) não escondia o seu pânico ao conhecer o destino da Formosa.

Nascido, embora, em circunstâncias muito diferentes das da Formosa, o Estado de Israel tornou-se um puro e simples «milagre americano», pois a política expansionista por que enveredou só tem sido possível devido ao auxílio maciço dos EUA e ao seu apoio levado às raíes do absurdo. Mas tal como a realidade do continente chinês acabou por se impor aos EUA, assim a realidade do mundo árabe não



pode mais ser ignorada por Washington. De certo modo, a decisão de vender aviões sofisticados a países árabes constitui uma espécie de «Comunicado de Xangai» assinado pelos EUA e que Israel se verá obrigado a entender nas suas verdadeiras implicações.

Por mais que a China pareça hoje ignorar essa realidade, o certo é que esta vitória diplomática conquistada sobre os EUA ao fim de quase 30 anos se deve exactamente ao mundo socialista e à força crescente do sistema com o qual o imperialismo cada vez mais agudamente se confronta.

Mas a trágica ironia desta situação reside no facto de as perspectivas abertas pela normalização sino-americana serem altamente desfavoráveis ao progresso e à paz. Se a política chinesa continuar a trilhar os caminhos que há uns largos anos vem seguindo, não se pode deixar de recear que estas relações diplomáticas com Washington se venham a traduzir num reforço da aliança contranatura de Pequim com o imperialismo. Se assim acontecer, é evidente que isto constituirá mais um obstáculo de monta para a vitória final do sistema socialista e dos movimentos de libertação.

NOVAS HÉBRIDAS

3 ►

VIII Congresso do VAP, realizado em 21 de Junho passado em Lamen, decidiu «suspender» a actividade do P.P.G. Deste modo, o VAP está em condições de recuperar o terreno perdido.

Por outro lado, as potências residentes esforçam-se por facilitar a constituição de um governo de união. Para que isso seja possível, é necessário que a nova linguagem

do VAP não seja puramente tática, pois os observadores são de opinião que a linha dura do VAP terá retomado o controlo do aparelho do partido. Seja como for, todos os responsáveis do VAP já se referem aos moderados, falando em termos de «oposição». ●

(1) A rivalidade entre os habitantes das ilhas de Espírito Santo e de Port-Vila limita-se a uma hostilidade recíproca.

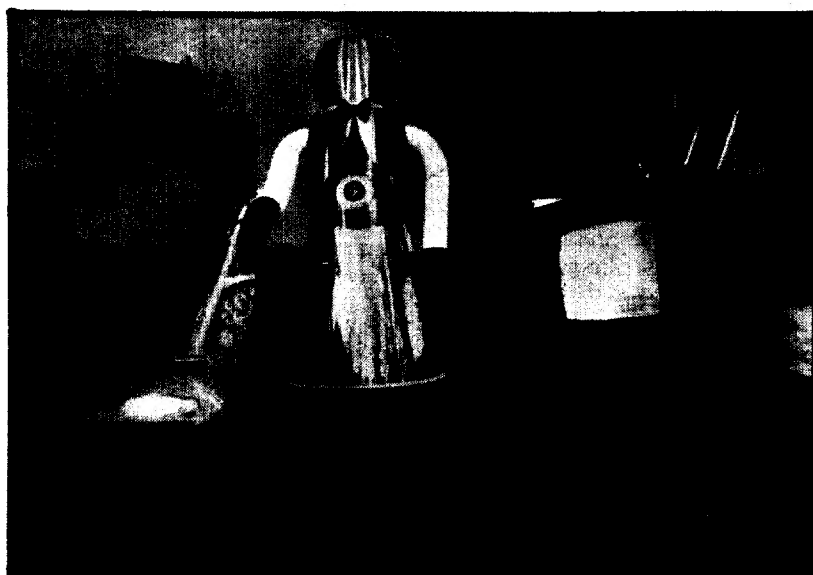
PELO
MUNDONO INTERVALO
DAS "BATALHAS"...

Muito presos às suas tradições históricas, os ingleses divertem-se a criar sociedades, destinadas a reconstituírem os factos do passado. Os «sócios» dessas agremiações (que normalmente aceitam também membros vindos do estrangeiro) encontram-se anualmente, vestem-se com trajes da época e divertem-se à sua maneira. Está neste caso a Sociedade Knot, fundada há 10 anos, que este ano se entreteve a reviver o cerco

do castelo de Sudeley, um episódio da Guerra Civil que opôs os cavaleiros da cabeça redonda de Cromwell aos lealistas. Os contendores chegaram a tomar-se a sério e nove foram parar ao hospital. Entretanto os jornalistas buscam as horas insólitas destas insólitas comemorações e foi assim que estes dois sócios da Knot foram fotografados num momento de pausa muito especial, durante a batalha. (Foto Ferieque).

COOPERAÇÃO INDUSTRIAL
FRANCO-CHINESA

A China e a França assinaram recentemente importantes acordos de cooperação comercial, nos domínios da informática e da electrónica. Trata-se de mais um passo dado pelos dirigentes de Pequim nos seus esforços tendentes à modernização da economia do país. Na foto: o ministro chinês da Indústria, Tisen Min, aperta calorosamente a mão do seu colega francês, André Giraud, a seguir à assinatura dos acordos. (Foto Keystone).

ROBOT...
EMPREGADA DOMÉSTICA

Pela «módica» quantia de 160 mil escudos qualquer casal deste planeta tem resolvido o seu problema dos afazeres domésticos. Bastará adquirir este «robot» (de aspecto não muito atraente, mas enfim), que se encontra à venda nos EUA. Habilidades deste estranho objectivo: abrir portas, servir jantares, aspirar carpetes, tomar conta de crianças, etc., etc. Além disso, consegue articular 250 palavras (inglesas, ao que supomos). A companhia que o criou tenciona fabricar 125 destes servos mecânicos por dia. Para o alimentar, basta uma bateria que acciona o computador que lhe serve de alma. (Foto Keystone).

MINEIROS
NA
ÁFRICA DO SUL

O congresso dos sindicatos sul-africanos apelou numa declaração publicada em Dar es-Salam, para o movimento sindical mundial, para que sejam condenadas as autoridades racistas que violam constantemente os direitos mais elementares do homem.

«Pelo menos três pessoas morrem por dia nas minas da República da África do Sul» pode ler-se numa declaração do congresso dos sindicatos sul-africanos publicada nesta capital.

«Um número recorde de acidentes produz-se na indústria mineira da República da África do Sul», afirma o documento. Anualmente milhares de homens morrem ou ficam feridos nas minas sul-africanas.

HOUE PRÊMIO MAS NÃO HÁ PAZ

O dia 17 de Dezembro era a data limite que egípcios e israelitas tinham combinado para assinar os

acordos subsequentes às resoluções da «cimeira» de Camp David. Tudo foi posto em jogo para que a

paz separada egípcio-israelita fosse assinada, como primeiro objectivo a atingir na estratégia ame-

ricana no Médio Oriente. Tudo: inclusive o Prémio Nobel da Paz. Contudo, os israelitas não se movem um milímetro das suas posições rígidas, e esperam, pacientemente, que Sadat do Egipto capitule por inteiro e desista de qualquer ligação do problema palestino aos acordos a assinar. O dia 17 de Dezembro passou, sem que os acordos fossem assinados. Mas no dia 10, o primeiro-ministro israelita, Menahem Begin, deslocou-se a Oslo para receber o galardão. Diga-se de passagem que a cerimónia deu azo às maiores medidas de segurança de que há memória na capital norueguesa. O laureado não pôde pisar o chão, pois andou sempre de helicóptero. Mas isso não impediu que violentas manifestações de rua assinalassem a entrega do prémio. O presidente Sadat (que, em conjunto com Begin, foi premiado, não apareceu, enviando, para o substituir o seu colaborador Sayed Marei). Na foto: a presidente do Comité Nobel, sr.^a Aase Lionaes, o representante de Sadat e Menahem Begin, no castelo de Akershus, onde decorreu a cerimónia. (Foto Sipa Press).



EXCLUSIVO

N.º 51/78

